Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores 4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração 5

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores 6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras 7

3.2 - Medições não contábeis 8

3.3 - Eventos subsequentes às DFs 10

3.4 - Política destinação de resultados 11

3.5 - Distribuição de dividendos 13

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas 14

3.7 - Nível de endividamento 15

3.8 - Obrigações 16

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras 17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco 18

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado 38

4.3 - Processos não sigilosos relevantes 41

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest 43

4.5 - Processos sigilosos relevantes 44

4.6 - Processos repetitivos ou conexos 45

4.7 - Outras contingências relevantes 46

4.8 - Regras-país origem/país custodiante 47

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 48

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 53

5.3 - Descrição - Controles Internos 56

Índice

5.4 - Programa de Integridade 61
5.5 - Alterações significativas 64
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 65

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM 66
6.3 - Breve histórico 67
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação 69
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico 70

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas 71
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista 77
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais 78
7.3 - Produção/comercialização/mercados 81
7.4 - Principais clientes 86
7.5 - Efeitos da regulação estatal 87
7.6 - Receitas relevantes no exterior 91
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira 92
7.8 - Políticas socioambientais 93
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades 94

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante 95
8.2 - Alterações na condução de negócios 96
8.3 - Contratos relevantes 97
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 98

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante 99
9.1.a - Ativos imobilizados 100
9.1.b - Ativos Intangíveis 101
9.1.c - Participação em sociedades 102
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev. 104

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 105

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro 136
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 138
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 139
10.5 - Políticas contábeis críticas 145
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 147
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 148
10.8 - Plano de Negócios 149
10.9 - Outros fatores com influência relevante 150

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 158
11.2 - Acompanhamento das projeções 159

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa 160
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias 179
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA 185
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos 187
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF 188
12.7/8 - Composição dos comitês 194
12.9 - Relações familiares 197
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle 198
12.11 - Acordos /Seguros de administradores 201
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm 202

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração 204
13.2 - Remuneração total por órgão 209
13.3 - Remuneração variável 213
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações 215
13.5 - Remuneração baseada em ações 219
13.6 - Opções em aberto 220
13.7 - Opções exercidas e ações entregues 221
13.8 - Precificação das ações/opções 222

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão 223
13.10 - Planos de previdência 224
13.11 - Remuneração máx, mín e média 225
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização 226
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem. 227
13.14 - Remuneração - outras funções 228
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada 229
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração 230

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 231
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos 232
14.3 - Política remuneração dos empregados 233
14.4 - Relações emissor / sindicatos 234
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos 235

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária 236
15.3 - Distribuição de capital 239
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 240
15.5 - Acordo de Acionistas 241
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm 244
15.7 - Principais operações societárias 245
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico 247

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel. 248
16.2 - Transações com partes relacionadas 250
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade 251
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas 252

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social 253
17.2 - Aumentos do capital social 254
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação 256
17.4 - Redução do capital social 257

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social 258

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 259

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto 260

18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos 261

18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários 262

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 263

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 264

18.6 - Mercados de negociação no Brasil 265

18.7 - Negociação em mercados estrangeiros 266

18.8 - Títulos emitidos no exterior 267

18.9 - Ofertas públicas de distribuição 268

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas 269

18.11 - Ofertas públicas de aquisição 270

18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários 271

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra 279

19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria 280

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 281

20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação 282

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação 283

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos 284

21.2 - Descrição - Pol. Divulgação 285

21.3 - Responsáveis pela política 287

21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação 288

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**André Alarcon de Almeida Prado**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marco Antonio de Modesti**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Eu, **André Alarcon de Almeida Prado**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 1.191.947 SSP/ES e inscrito no CPF/ME sob o nº 005.125.617-70, com endereço comercial na Alameda Bom Pastor nº 2216, Barro Preto, Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Diretor Presidente da BBM Logística S/A ("Companhia"), neste ato declaro que (i) revi o Formulário de Referência referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) todas as informações contidas no referido Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19 e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

André Alarcon de Almeida Prado
Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **Marco Antonio de Modesti**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 3.591.208-8 e inscrito no CPF/ME sob o nº 724.238.039-15, com endereço comercial na Alameda Bom Pastor nº 2216, Diretor Administrativo Financeiro da BBM Logística S/A ("Companhia"), neste ato declaro que (i) revi o Formulário de Referência referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) todas as informações contidas no referido Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19 e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Marco Antonio de Modesti
Diretor de Relação com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, uma vez que as declarações individuais do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores foram apresentadas nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência, respectivamente.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	20/11/2017
Descrição do serviço contratado	Auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019. Revisão limitada e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018 e 2019. Relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Transportes Translovato Ltda. para o exercício de 31 de dezembro de 2019. Serviços de investigação forense referente à contratação de serviços de manutenção e à contratação de diárias de motoristas na filial da Companhia localizada em Capão do Leão. Serviços de conformidade e assessoria fiscal. Revisão de impostos diretos e indiretos com a identificação de eventuais créditos e débitos tributários que a BBM não tenha registrado de acordo com a legislação fiscal vigente nas obrigações acessórias fiscais. Retificação das obrigações acessórias conforme calculado pela Administração da BBM para regularização das inconsistências identificadas. Serviços de auditoria adicionais, para emissão das Demonstrações Contábeis da Translovato e revisão do laudo PPA. Revisão das informações financeiras do demonstrativo pro forma da Companhia, que considera a aquisição da Translovato como se tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2019.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Valores para o exercício de 2019: Serviços de auditoria e revisão: R$ 485.000,00 Serviços de Investigação Forense: R$140.000,00 Serviços de conformidade e assessoria fiscal: R$417.369,24 Serviços de auditoria para emissão das demonstrações contábeis da Translovato e revisão do laudo PPA: R$165.000,00. Revisão das demonstrações financeiras pro forma: R$60.000,00.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
João Alberto Dias Panceri	20/11/2017	016.871.839-10	Nunes Machado, 68, Centro, Curitiba, PR, Brasil, CEP 80250-000, Telefone (41) 33042500, e-mail: JPanceri@kpmg.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

Não há outras informações que a Companhia julgue sejam relevantes.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	120.751.000,00	99.488.000,00	68.237.000,00
Ativo Total	664.116.000,00	312.319.000,00	214.395.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	608.880.000,00	507.618.000,00	289.750.000,00
Resultado Bruto	55.048.000,00	50.117.000,00	27.423.000,00
Resultado Líquido	13.746.000,00	5.817.000,00	3.105.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	40.760.818	36.232.057	27.581.083
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	2,510000	2,750000	2,470000
Resultado Básico por Ação	0,370000	0,190000	0,200000
Resultado Diluído por Ação	0,37	0,17	0,18

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

a) Valor das medições não contábeis

A Companhia registrou EBITDA no valor de R$ 59,85 milhões em 2019, R$ 47,55 milhões em 2018 e R$ 31,18 milhões em 2017:

(R$ Mil)	2019	2018	2017
Receita Líquida	608.880	507.618	289.750
EBITDA[1]	59.855	47.552	31.182
Margem EBITDA (EBITDA / Receita Líquida)	9,83%	9,37%	10,76%

[1] EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization.*): lucro antes das receitas (despesas) financeiras liquidas do imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(R$ Mil)	2019	2018	2017
Lucro Líquido (prejuízo)	13.746	5.817	3.105
Resultado financeiro líquido	21.444	16.137	14.769
Imposto de renda e contribuição social	(9.749)	5.696	(3.195)
Depreciação e Amortização	34.414	19.901	16.503
EBITDA	**59.855**	**47.552**	**31.182**

Outro índice que a Companhia entende ser relevante é o índice de dívida líquida/EBITDA.

(R$ Milhões)	2019	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos[(1)]	169,4	127,3	83,3
Debentures[(1)]	49,4	-	-
Dívida Bruta	**218,9**	**127,3**	**83,3**
Caixa e equivalente de caixa	62,5	18,7	45,3
Dívida Líquida	**156,4**	**108,6**	**38,0**
EBITDA	59,9	47,6	31,2
Dívida Líquida/EBITDA[(2)]	**2,61**	**2,28**	**1,22**

(1) Considera a soma do passivo circulante e não circulante.
(2) O cálculo deste índice já considera as dívidas da Translovato, empresa adquirida em 11 de dezembro de 2019, porém o EBITDA só considera 20 dias de resultados da Translovato.

c) Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações.

A Companhia utiliza o EBITDA como medição não contábil, com o intuito de prover informação financeira adicional sobre a sua capacidade de gerar resultados operacionais e possibilitar uma comparação com os concorrentes de mercado, os quais, em geral, também utilizam tal medição. De acordo com a Instrução CVM 527, o EBITDA é o lucro antes das receitas (despesas) financeiras liquidas, do imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, assim como não consta nas práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado (i) como substituto para o lucro líquido, como indicador de desempenho operacional da Companhia, (ii) como substituto do fluxo de caixa ou (iii) como indicador de liquidez da Companhia.

A Margem EBITDA é um indicador financeiro de rentabilidade operacional que é resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida. Esse percentual permite saber a lucratividade

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

da operação da companhia antes da remuneração do capital de terceiros, dos impostos e da recuperação dos recursos investidos. Quanto maior for a margem EBITDA, melhor será o desempenho da empresa nesse indicador.

A dívida bruta é a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos mais o saldo de debêntures registrados no curto e no longo prazo.

A dívida líquida é o resultado da dívida bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia entende que a medição o índice de endividamento Dívida Líquida / EBITDA é um bom indicador na avaliação do seu grau de endividamento em relação à sua capacidade de geração de resultados e consequente geração de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Não houve eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2019 nas demonstrações financeiras consolidadas.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	2019	2018	2017
Regras sobre a retenção lucros	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social.
Valores das retenções de lucros	Reserva Legal: R$687 mil Retenção de Lucros: R$11.156 mil	Reserva Legal: R$291 mil Retenção de lucros: R$5.996 mil	Reserva Legal: R$155 mil Retenção de lucros: R$2.819 mil
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 5,0% Retenção de lucros: 81%	Reserva Legal: 5,0% Retenção de lucros: 78%	Reserva Legal: 5,0% Retenção de lucros: 76%
Regras sobre a distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.
Periodicidade das distribuições de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço. Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.	semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço. Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.	semestral ou em períodos menores e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço. Poderá a Diretoria, ainda, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.
Restrições às distribuições de dividendos	Não havia restrições às distribuições de dividendos.	Não havia restrições às distribuições de dividendos.	Não havia restrições às distribuições de dividendos.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não aplicável, tendo em vista que, além das regras previstas em seu Estatuto Social, a Companhia não possui e nem nunca possuiu uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.		

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado		13.746.000,00	7.378.000,00	3.557.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		11,380000	5,850000	4,550000
Dividendo distribuído total		0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido		11.843.000,00	5.996.000,00	2.819.000,00
Data da aprovação da retenção			26/04/2019	17/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Outros								
Ordinária			0,00					
Ordinária					0,00		0,00	

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	543.365.000,00	Índice de Endividamento	4,49987990	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		2.500.000,00	7.500.000,00	0,00	0,00	10.000.000,00
Títulos de dívida	Garantia Real		13.564.000,00	35.872.000,00	0,00	0,00	49.436.000,00
Financiamento	Garantia Real		17.358.000,00	42.963.000,00	4.707.000,00	0,00	65.028.000,00
Empréstimo	Quirografárias		31.915.000,00	62.485.000,00	0,00	0,00	94.400.000,00
Total			65.337.000,00	148.820.000,00	4.707.000,00	0,00	218.864.000,00
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

(i) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em complemento às informações disponibilizadas no item 3.5 deste Formulário de Referência, a Companhia esclarece que nos exercícios sociais findos em 2019, 2018 e 2017, após a apuração do lucro, a Companhia realizou ajustes de avaliação patrimonial pela depreciação mensal e pela baixa de determinados bens, decorrentes da reavaliação desses bens realizada para adequação ao CPC 27.

(ii) Aumento de Capital

Adicionalmente, informamos que em 19 de maio de 2017, a Companhia realizou Assembleia Geral Ordinária para aprovar um aumento de capital no valor de R$ 9.538 mil, com base na reserva para retenção de lucros apurados nos exercícios anteriores.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, devendo os potenciais investidores analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e as respectivas notas explicativas, antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco".

a. ao Emissor

Nosso negócio tem mão de obra intensiva e nossa habilidade de atrair, treinar e reter profissionais capacitados em todos os níveis da Companhia é um fator-chave para nosso sucesso.

Nosso mercado de atuação é competitivo e depende de mão de obra especializada e qualificada para gerir nossas operações com eficiência, implementar e operar novas tecnologias e desenvolver soluções logísticas adequadas para nossos clientes. Há competição por profissionais com estas experiências e capacitações, assim como carência de mão de obra. Assim, nosso sucesso depende da habilidade de atrairmos, treinarmos e retermos profissionais capacitados para a condução de nosso negócio. Não é possível garantir que conseguiremos atrair ou manter profissionais qualificados para gerir, implementar e operar novas tecnologias e desenvolver soluções, ou que não incorreremos em custos substanciais para tanto, o que pode prejudicar os resultados da Companhia.

Adicionalmente, nossos negócios são dependentes da experiência e capacitação dos nossos altos executivos e caso algum deles deixe de integrar nosso quadro diretivo, poderemos ter dificuldades para substituí-los, o que poderá prejudicar nossos negócios e resultados operacionais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Nossa competitividade e estratégia de crescimento dependem de obtenção de capital intensivo de longo prazo. Podemos não conseguir ter acesso a novos financiamentos para conseguir viabilizar nossas necessidades de capital ou cumprir com nossas obrigações financeiras.

Dependemos da nossa capacidade de captar recursos, seja por dívida ou aumento de capital, para manter nossa competitividade e executar nossa estratégia de crescimento. Não é possível garantir que seremos capazes de obter tais recursos dentro dos termos e condições necessários, seja em função de condições macroeconômicas adversas que, por exemplo, ocasionem uma restrição de crédito ou aumento significativo das taxas de juros praticadas no mercado, seja pelo nosso desempenho ou por outros fatores externos ao nosso ambiente, o que poderá nos afetar adversamente de forma relevante.

Além disso, a nossa incapacidade de obter novos financiamentos ou refinanciar nossas dívidas, quando necessário, ou obter ou renovar garantias de seguros em prazos razoáveis, pode se tornar um desafio para cumprir nossas obrigações financeiras ou explorar oportunidades de negócios. Este cenário pode ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira e resultados das operações.

A Companhia pode não ter sucesso com sua estratégia de crescimento por meio de aquisições de novos negócios ou marcas, as quais envolvem riscos.

Uma das estratégias de crescimento da Companhia é a identificação, avaliação e aquisição de novos negócios e marcas estabelecidas. Para atingir esse objetivo, a Companhia precisa identificar, avaliar e adquirir negócios e marcas e concluir tais aquisições em condições atrativas, bem como ter ou obter os recursos necessários para realizar tais aquisições e conduzir apropriadamente o processo de integração de tais negócios e marcas adquiridos. E, após a aquisição, a Companhia precisa integrar, à suas plataformas existentes, as operações, os sistemas gerenciais e o controle financeiro dos negócios que adquire, bem como identificar e aproveitar sinergias e reduzir custos operacionais. Esta estratégia envolve riscos, dentre os quais se incluem:

•a Companhia pode pagar mais do que o real valor do negócio;
•o processo de auditoria (due diligence) conduzido antes de concluir a aquisição poderá não identificar e proteger a Companhia de todos os passivos contingentes, tais como contingências cíveis, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, irregularidades na condução dos negócios, contingências relacionadas a propriedade intelectual, e demonstrações financeiras preparadas em desacordo com as práticas contábeis vigentes ou deficiências significativas de controles internos, ainda que não materializadas;
•poderão surgir contingências fiscais, ambientais, trabalhistas e criminais para as quais a Companhia seja considerada subsidiariamente ou solidariamente responsável;
a Companhia pode enfrentar resultados financeiros e operacionais desfavoráveis de suas operações no curto ou médio prazos;
•a Companhia pode não ter disponíveis os recursos necessários para adquirir os negócios e/ou marcas que deseja;
•a Companhia pode ter que incorrer em dívidas adicionais em razão das aquisições, as quais poderão limitar sua capacidade financeira;
•a Companhia pode não conseguir obter financiamentos em condições favoráveis ou poderá não concluir as aquisições nas condições que vislumbra ou que atendam suas expectativas de retorno;

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

•o processo de identificação, avaliação e negociação de novas aquisições e de integração de novos negócios pode exigir tempo e esforço significativos dos seus administradores;
•a Companhia pode adquirir participações societárias que não representem a totalidade ou a maioria do capital social de algumas sociedades adquiridas e, consequentemente, pode ter sócios majoritários ou minoritários em tais investimentos, com os quais pode enfrentar conflitos ou divergências de ordem econômica, estratégica, financeira ou operacional, que poderão eventualmente se concretizar em disputas ou outras ineficiências;
•as aquisições poderão gerar ágio e eventuais necessidades de provisão para sua recuperação que poderão reduzir o lucro da Companhia;
•as aquisições poderão estar sujeitas à aprovação de autoridades antitruste, incluindo o Conselho de Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, o qual poderá negar a aprovação necessária ou impor restrições (incluindo a venda obrigatória de ativos) às aquisições;
•a integração de sistemas e de outros recursos pode ser substancialmente mais demorada e custosa do que o planejado e desviar a atenção da administração da Companhia; e
•a administração da Companhia pode não ter sucesso em implementar sua cultura organizacional nas sociedades eventualmente adquiridas.

O impreciso ou incorreto mapeamento dos riscos acima poderá afetar a capacidade da Companhia de ter sucesso na sua estratégia de crescimento.

Para maiores informações acerca de aquisições recentes realizadas pela Companhia, ver itens 6.3, 8.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.

O valor de revenda de ativos utilizados nas nossas operações de serviços dedicados é um fator importante para o retorno esperado dos nossos contratos nestas operações.

No segmento de serviços dedicados, nosso modelo de negócios consiste em um ciclo que se inicia com a compra financiada de ativos que serão utilizados na prestação de serviços a nossos clientes e sua posterior revenda ao final desses contratos. A precificação desses contratos leva em consideração a alienação dos ativos ao término dos contratos, e os valores obtidos nesta revenda são determinantes para atingimento do retorno mínimo esperado de cada operação. As condições de mercado, restrição ao crédito e aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente a liquidez e/ou o valor desses ativos. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de revenda do ativo, criando um maior deságio em relação ao preço pelo qual a Companhia o adquiriu. Adicionalmente, os resultados da Companhia poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada em sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro. Tais fatores podem resultar na sua venda por valor inferior àquele estimado quando da precificação do contrato e, portanto, impactando o retorno e afetando negativamente nossos negócios.

Despesas com indenizações, seguros, acidentes, roubos, defeitos e danos podem afetar negativamente nossos resultados.

Somos suscetíveis a acidentes envolvendo os equipamentos e veículos que utilizamos nas operações de logística dedicadas e nos serviços de transporte, bem como acidentes rodoviários e, ainda, a roubo de carga. Qualquer aumento significativo na frequência ou severidade dos acidentes e dos roubos, compensações aos trabalhadores ou decisões judiciais desfavoráveis podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira, assim como nossa imagem e reputação no mercado. Ademais, podemos ser responsabilizados e obrigados a pagar

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

indenizações a clientes e vítimas que tenham sofrido perdas, o que pode impactar negativamente nossos resultados operacionais e nossa reputação. Não mantemos seguro para o casco de nossos veículos e equipamentos. Além disso, certos tipos de perdas e eventos podem não estar cobertos por nossas apólices de seguro, incluindo, mas não se limitando a incidentes causados por força maior, ou acidentes causados por nossos clientes em razão do descumprimento da legislação aplicável. Além disso, o ressarcimento em razão de eventos cobertos por nossas apólices de seguros pode não ser efetuado de forma célere e pode não cobrir determinadas despesas.

Adicionalmente, não temos como garantir se conseguiremos renovar as apólices de seguro de que dispomos no momento do seu vencimento ou se conseguiremos renová-las em termos adequados e favoráveis. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices de que dispomos ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente os nossos negócios e a nossa condição financeira.

Estamos sujeitos a obrigações específicas e restrições à nossa capacidade de contrair dívidas adicionais nos termos de alguns contratos financeiros.

A Companhia possui contratos financeiros, os quais preveem determinados *covenants* a serem cumpridos pela Companhia. Para mais informações, ver Seção 10.1 (d)(iv) deste Formulário de Referência.

Caso a Companhia não seja capaz de cumprir as obrigações (financeiras ou não-financeiras), ou deixe de obedecer às limitações estipuladas nos respectivos contratos, isso pode acarretar no vencimento antecipado de dívidas existentes em razão de vencimento cruzado (*cross default*) ou vencimento acelerado (*cross aceleration*) de determinados contratos celebrados pela Companhia, na limitação do acesso da Companhia e de suas controladas a novas linhas de financiamento para execução de seu plano de investimentos, bem como afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Precisamos investir constantemente em sistemas de tecnologia da informação, inclusive para prevenir tentativas de ameaças cibernéticas, e tais sistemas estão sujeitos a riscos externos que não podemos controlar.

Somos dependentes de sistemas automatizados para operar os negócios. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia.

Os investimentos em tecnologia e segurança da informação possuem importância fundamental na melhoria contínua da nossa eficiência operacional e na redução de riscos relacionados à continuidade dos nossos negócios, atendendo desta forma às exigências do mercado em que atuamos, e consequentemente influenciando a retenção e atração de novos clientes.

Os nossos sistemas e equipamentos de tecnologia podem estar sujeitos a falhas causadas ou não por elementos externos, tais como ataques físicos ou cibernéticos através de vírus e programas de software, que possam impactar componentes de infraestrutura básica como energia elétrica, comunicação de dados e sistemas de armazenamento. Qualquer interrupção nos sistemas ou infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os nossos negócios, como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

As falhas que não puderem ser contornadas, podem interromper ou danificar os nossos sistemas de tecnologia da informação e comunicação, impactando desta forma nossas operações internas, reduzindo a nossa capacidade de prestar serviços

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

aos nossos clientes e a possibilidade de nossos clientes e fornecedores acessarem nossos sistemas, afetando adversamente os nossos resultados. Caso não seja possível evitar essas violações de segurança, podemos nos sujeitar a obrigações legais e financeiras, além de termos a nossa reputação prejudicada, o que pode gerar perdas substanciais de receita decorrentes de diminuição de vendas e do descontentamento de clientes.

Parte significativa das nossas operações ocorre em imóveis de propriedade de terceiros.

Na data deste Formulário de Referência, utilizamos apenas um imóvel próprio em nossas operações e apoio, e todos os demais imóveis que utilizamos são locados e, portanto, pertencem a terceiros. Não temos como garantir as renovações desses contratos no futuro. Na hipótese em que sejam renovados, tais renovações podem ocorrer em termos que não sejam adequados e/ou favoráveis. Se os nossos contratos de locação forem rescindidos antecipadamente, não for possível renová-los ou se as suas respectivas renovações implicarem em condições desfavoráveis aos nossos interesses, podemos ser obrigados a alterar a localização dos nossos estabelecimentos para locais que não sejam tão adequados, considerando as localidades em que estão situados atualmente. Além disso, um eventual aquecimento do mercado imobiliário pode levar os preços dos aluguéis a subir acima das nossas expectativas, o que pode impactar os nossos resultados caso não sejamos capazes de repassar este custo aos nossos clientes.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nós.

Somos réus e/ou parte interessada em investigações, inquéritos, processos judiciais, arbitrais ou administrativos das mais diversas naturezas.

Não podemos garantir que nós e/ou nossos administradores não seremos parte em outros processos e/ou procedimentos, incluindo de natureza cível, trabalhista, previdenciária, ambiental, criminal ou tributária. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento, que afetem a nossa imagem e/ou reputação ou impeçam a realização dos nossos negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito relevante adverso nos nossos negócios, reputação, condição financeira e resultados operacionais.

Não podemos garantir que os resultados destes processos nos serão favoráveis, ou, ainda, que o provisionamento realizado para os processos (de acordo com as políticas e regras contábeis que nos são aplicáveis) ao longo do tempo seja suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores que não tenham sido provisionados anteriormente em montantes suficientes, podem causar um efeito adverso nos nossos negócios, em nossa situação financeira e em nossa imagem perante o mercado.

Ainda, estamos sujeitos a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais. Podemos ser autuados por tais autoridades e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, os quais, caso decididos de forma desfavorável, poderão ter um efeito adverso nos nossos negócios e em nossa situação financeira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Para informações sobre os processos, procedimentos e investigações nos quais somos partes, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Utilizamos representantes comerciais em algumas das nossas operações, e a perda de um representante relevante ou de um número significativo de representantes pode afetar nossos resultados.

Em algumas das nossas operações, atuamos também por meio de representantes comerciais. Por exemplo, temos um único representante no Uruguai, com o qual mantemos um contrato de longo prazo. Essa dependência de um único representante traz vulnerabilidade à Companhia, uma vez que, no caso de indisponibilidade do representante, os recebimentos no país podem ser comprometidos.

A eventual rescisão antecipada ou não renovação do contrato de representação de um representante relevante ou de um número significativo de representantes em termos satisfatórios pode representar uma perda significativa de clientes e afetar os nossos resultados.

Nós dependemos de determinados integrantes da nossa administração, equipe de funcionários e colaboradores e de certos consultores estratégicos, como os membros de nossos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

O nosso desempenho e sucesso dependem, de forma significativa, de integrantes essenciais da nossa administração, de alguns de nossos funcionários e colaboradores e de consultores estratégicos, de modo que a perda ou afastamento de tais integrantes poderá ser prejudicial para o nosso futuro. Assim, a perda de quaisquer dos diretores ou de outros colaboradores essenciais, poderá acarretar um impacto adverso relevante nos nossos negócios, nos resultados de nossas operações, na nossa situação financeira, bem como no preço de mercado de nossas ações.

Podemos não conseguir obter ou renovar todas as licenças, alvarás e permissões necessárias à condução dos nossos negócios.

Nós e nossas controladas e subsidiárias necessitamos, periodicamente, da obtenção ou renovação, conforme o caso, de licenças, alvarás e permissões (tais como, licenças de órgãos ambientais, alvarás de prefeituras e municípios e outros documentos relevantes que são fundamentais para a instalação, operação e execução das nossas atividades). Nós e nossas controladas e subsidiárias precisamos obter e manter em vigor ou renovar periodicamente tais licenças, alvarás e permissões perante diferentes órgãos públicos para a continuidade de nossas atividades.

Caso isso não seja possível, poderemos estar sujeitos à aplicação de sucessivas multas ou ter nossas operações paralisadas/suspensas.

Podemos ser adversamente afetados por violações à Lei Anticorrupção e/ou a outras leis anticorrupção que nos sejam aplicáveis.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), introduziu o conceito de responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, sujeitando o infrator a sanções cíveis e administrativas. De acordo com a Lei Anticorrupção Brasileira, as pessoas jurídicas beneficiadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R$6.000,00 e R$60.000.000,00.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O não cumprimento de leis de combate à corrupção, o surgimento de quaisquer investigações de má conduta ou a evolução de investigações, como inquéritos civis públicos, para ações judiciais, incluindo ações civis públicas, ou o ajuizamento de processos administrativos, judiciais ou procedimentos arbitrais contra nós, nossos dirigentes, administradores, colaboradores ou outros indivíduos ligados ou agindo em nosso nome ou benefício, poderá resultar em aplicação de multa, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras sanções previstas na regulamentação vigente, incluindo a impossibilidade de contratação com o poder público, podendo afetar de modo adverso relevante nossos negócios, imagem e condição financeira.

Adicionalmente, nossos processos de governança, nossas políticas, bem como nossos procedimentos de gestão de riscos, controles internos e compliance podem não ser suficientes para prevenir ou detectar (i) violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de nossos administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam nos representar, (iii) a mitigação adequada dos riscos que a nossa política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos aos quais podemos vir a estar expostos, e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar a nossa reputação, nossos negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações ordinárias de forma negativa. Assim, irregularidades nesse sentido podem resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar nossos negócios e nossa imagem.

A Companhia poderá descobrir casos em que falhou em cumprir com as leis, regulações ou controles internos aplicáveis. Se quaisquer controladas, empregados, administradores ou outras pessoas se envolverem em práticas fraudulentas, corruptas ou ilícitas, ou mesmo em qualquer violação a leis, a regulações ou políticas internas aplicáveis, a Companhia poderá vir a sofrer ações coercitivas ou ser responsabilizada pela violação às referidas leis, regulamentos ou políticas de controles internos, o que pode resultar em penas, multas ou sanções, e afetar adversamente a cotação dos valores mobiliários de sua emissão, ocasionar o vencimento antecipado de determinados contratos nos quais a Companhia e suas controladas sejam parte, bem como afetar a imagem e reputação, a condição financeira, os resultados operacionais e os negócios da Companhia.

Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a leis de privacidade, proteção de dados pessoais e cibersegurança, além de outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação.

Nós coletamos, utilizamos, processamos, armazenamos e gerenciamos dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de nossos negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos à incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro, furto, roubo ou vazamentos. Tais fatos podem causar impacto adverso relevante nas nossas operações, incluindo perda de receita, responsabilidades legais, danos à reputação e paralização das nossas operações.

Atualmente, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma legislação complexa e as autoridades governamentais têm se mostrado cada vez mais sensíveis e atuantes em questões relacionadas à privacidade e dados pessoais. Os nossos esforços para proteger os dados pessoais que processamos podem não ser suficientes e, ainda, podemos falhar no cumprimento das regras de proteção de dados pessoais estabelecidas na legislação atual. A Lei n.º 13.709/18, publicada no Diário Oficial da União em 15 de agosto de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”), entrará em vigor

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

em agosto de 2020 e espera-se que tal lei transforme o atual regime de proteção de dados pessoais no Brasil. A legislação estabelece uma nova estrutura legal para o tratamento de dados pessoais e prevê os direitos dos titulares de dados pessoais, padrões legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, requisitos para obter consentimento, obrigações e requisitos relacionados a incidentes de segurança, vazamentos e transferências de dados, bem como a criação de uma autoridade nacional de proteção de dados. Podemos enfrentar dificuldades em cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais do Brasil, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que serão introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica. No caso de descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, podemos estar sujeitos, além da responsabilidade civil, a penalidades, incluindo, mas sem limitação, advertências, a exigência de remover dados pessoais do nosso sistema e multas de até 2% (dois por cento) do nosso faturamento do último exercício (excluídos tributos) ou do nosso grupo econômico, até um máximo de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração. A ausência de medidas para proteger os dados pessoais, ou a nossa incapacidade de cumprir com a legislação aplicável pode nos afetar adversamente, podendo resultar em relevantes danos financeiros e à nossa reputação.

Podemos vir a precisar de recursos adicionais no futuro. Isso poderá ser sanado por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das nossas ações e resultar em uma diluição da participação de eventuais investidores.

Podemos necessitar de recursos que podem ser captados por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço das ações e na diluição da participação do investidor.

Nossos negócios exigem capital intensivo para financiar a renovação da nossa frota e para implementar a nossa estratégia de crescimento.

A implementação da nossa estratégia de crescimento e o aumento da nossa competitividade dependem da nossa capacidade de realizar investimentos, de renovar e de expandir a nossa frota. A capacidade de financiar a renovação e a expansão da nossa frota depende, por sua vez, do nosso desempenho operacional e da nossa capacidade de obtenção de financiamentos de longo prazo. Não podemos garantir que conseguiremos obter financiamento suficiente para financiar nossos investimentos em bens de capital e para financiar a nossa estratégia de expansão, nem que conseguiremos financiamento a custos aceitáveis, Condições macroeconômicas negativas, condições da indústria, seu desempenho ou outros fatores externos podem, por sua vez, afetar negativamente a nossa estratégia de crescimento, bem como nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, por força de determinados contratos financeiros, estamos sujeitos a certas limitações de margens de endividamento e métricas financeiras, que podem restringir nossa capacidade de investimento e de captação de novos financiamentos.

Ainda, falhas na renovação da frota podem fazer com que nossos negócios se tornem menos competitivos, o que pode afetar negativamente os nossos negócios, a nossa condição financeira e os nossos resultados operacionais.

As nossas medidas de segurança da informação para proteger nossos sistemas de tecnologia, produtos e/ou serviços podem falhar ou não serem suficientes para evitar incidentes, o que pode afetar negativamente a nossa receita, aumentar a nossa exposição e a responsabilidades legais e litígios, bem como impactar a nossa reputação.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os servidores, plataformas e outros recursos que utilizamos podem sofrer danos ou interrupções devido a desastres naturais, erros, fraudes, catástrofes, atos terroristas, falta de energia, falhas de telecomunicações, atualizações indevidas, problemas de integração ou migração, ataques cibernéticos, sabotagem, entrada não autorizada, vírus, invasões físicas ou eletrônicas e violações similares aos computadores, sistemas, data centers, entre outros. Indivíduos podem se apropriar inadequadamente de informações proprietárias, confidenciais e/ou pessoais, sob nosso controle ou em nosso nome, bem como interromper as operações, danificar os computadores e/ou prejudicar os nossos negócios. Além disso, pode ser preciso despender recursos significativos para proteção contra violações de segurança ou mitigar o impacto de tais violações.

As violações de segurança também podem nos acarretar responsabilidades nos termos da legislação vigente, além de aumentar o risco de litígios e investigações governamentais. Além disso, à medida que há expansão das nossas operações, ela poderá estar exposta ao impacto de violações de segurança e vazamentos de dados de sociedades que viermos a adquirir.

Na hipótese das nossas medidas de segurança serem comprometidas, resultando no acesso indevido de dados internos, de dados de clientes, ou na hipótese de ocorrer acesso indevido dos sistemas de TI, ocasionado sua indisponibilidade ou os modificando incorretamente, nossos produtos e serviços poderão ser percebidos como vulneráveis, bem como a nossa marca e reputação podem ser prejudicadas, o que pode reduzir a receita de ganhos, as despesas econômicas e nos expor.

Podemos não pagar dividendos aos acionistas detentores de nossas ações.

Nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação societária brasileira, casos em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Nosso Conselho de Administração poderá determinar a não distribuição de dividendos aos nossos acionistas em um determinado ano fiscal se não tivermos lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com nossa situação financeira no momento.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas pelos seguros contratados, bem como a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Tendo em vista que uma parcela das receitas da Companhia está relacionada ao setor de agronegócio, mais especificamente à indústria de papel e celulose, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente suas operações.

O setor de agronegócio está sujeito a características específicas, inclusive, mas não se limitando a: (i) natureza predominantemente sazonal, com o que as operações são afetadas pelo ciclo das lavouras; (ii) condições meteorológicas adversas, inclusive secas, inundações, granizo ou temperaturas extremamente altas, que são fatores imprevisíveis, podendo ter impacto negativo na produção agrícola ou pecuária; (iii) incêndios e demais sinistros; (iv) pragas e doenças, que podem atingir de maneira imprevisível as safras; (v) preços praticados mundialmente, que estão sujeitos a flutuações significativas, dependendo (a) da oferta e demanda globais, (b) de alterações dos níveis de subsídios agrícolas de certos produtores importantes (principalmente Estados Unidos e Comunidade Europeia), (c) de mudanças de barreiras comerciais de certos mercados consumidores importantes e (d) da adoção de outras políticas públicas que afetem as condições de mercado e os preços dos produtos agrícolas; (vi) concorrência de commodities similares e/ou substitutivas; e (vii) acesso limitado ou excessivamente oneroso à captação de recursos, além de alterações em políticas de concessão de crédito, tanto por parte de órgãos governamentais como de instituições privadas, para determinados participantes.

Não há como assegurar que, no futuro, o agronegócio brasileiro terá taxas de crescimento sustentável. Tendo em vista que uma parcela das receitas da Companhia está concentrada no setor de agronegócio, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente suas operações.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses dos atuais acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses de eventuais novos acionistas e investidores.

A Companhia atualmente é controlada em conjunto por seus acionistas, Marcos Egídio Battistella, Juares Luiz Nicolotti e Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia. Os interesses dos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses de eventuais novos acionistas ou investidores. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos e outras ações que podem ser conflitantes com os interesses dos eventuais novos acionistas e investidores ou não resultar em melhorias dos nossos resultados operacionais. Além disso, os acionistas controladores da Companhia podem vender ou de alguma forma transferir suas ações que representem o controle da Companhia. Qualquer alteração no controle da Companhia pode afetar adversa e materialmente sua administração, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

c. a seus acionistas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui riscos decorrentes de seus acionistas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

d. a suas controladas e coligadas

Eventual processo de liquidação da Companhia ou de suas controladas pode ser conduzido em bases consolidadas.

O Poder Judiciário brasileiro ou os próprios credores da Companhia e/ou de empresas do seu grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de liquidação da empresa de seu grupo econômico como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do grupo econômico da Companhia.

e. a seus fornecedores

As atividades da Companhia dependem do bom relacionamento e da reputação de seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com seus fornecedores. Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem seus contratos, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com a renovação dos contratos existentes, por exemplo, e suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados. Além disso, se os fornecedores da Companhia deixarem de usar práticas comerciais éticas e cumprirem as leis e regulamentos aplicáveis, como quaisquer leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo, e de proteção ambiental, a reputação ou patrimônio da Companhia poderão ser prejudicados devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias. Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores, em especial aqueles com produtos/serviços mais restritos, como fornecedores de semirreboques, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

Riscos relacionados à terceirização de parte substancial de nossas atividades de serviços dedicados à cadeia de suprimentos e de transporte de cargas gerais podem nos afetar adversamente.

Respondemos integralmente, perante nossos clientes, por eventuais falhas na prestação do serviço realizado por agregados e terceiros que contratamos, e não podemos garantir que o serviço prestado por eles apresente a mesma excelência daquele prestado por nossos empregados. Ainda, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas terceirizadas poderá afetar a qualidade e continuidade dos nossos negócios. Caso qualquer uma dessas hipóteses ocorra, a nossa reputação e os nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

Além disso, na hipótese de uma ou mais empresas terceirizadas não cumprirem suas obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, seremos considerados subsidiariamente responsáveis e poderemos ser obrigados a pagar tais valores aos empregados das empresas terceirizadas inadimplentes. Não podemos garantir que empregados de empresas terceirizadas não tentarão reconhecer vínculo empregatício conosco.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Nossos resultados podem ser afetados caso não consigamos manter nossos atuais percentuais de descontos na aquisição de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves novos junto aos fornecedores.

Nossos investimentos em expansão e renovação da nossa frota de máquinas e equipamentos pesados e veículos leves podem ser afetados caso não consigamos manter nossos atuais percentuais de descontos junto aos fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos pesados e de veículos leves novos (os quais não são garantidos e são renegociados periodicamente), o que pode ser provocado, por exemplo, pela diminuição do nosso volume de compras, pelo aumento na demanda por tais ativos no mercado, por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes, por outras alterações macroeconômicas, dentre outros fatores. Nesse caso, poderemos não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, da vantagem de obter tais descontos. Como os preços que cobramos dos nossos clientes levam em consideração o custo de aquisição de ativos novos para a prestação dos nossos serviços, podemos ter que aumentar os preços de nossos serviços para compensar a diminuição de eventuais descontos que obteríamos na compra de ativos novos, diminuindo, assim, nossa competitividade, ou podemos ter que reduzir nossas margens para manter os preços que praticamos, impactando negativamente a rentabilidade dos nossos contratos. Consequentemente, nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

Aumentos significativos na estrutura de custos do nosso negócio, podem nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos a aumentos por parte de nossos fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários ao exercício de nossas atividades, tais como combustíveis, peças de reposição ou mão de obra. Caso ocorra o aumento nos custos relativos aos insumos e serviços necessários ao exercício de nossas atividades, estamos sujeitos a riscos relacionados à dificuldade de repassar o aumento de nossos custos para nossos clientes, incluindo o aumento no preço de insumos, compensação pela prestação de serviços, peças automotivas, maquinários, pneus e o aumento com custo trabalhista, dentre outros, por meio do aumento no preço de nossos serviços.

O preço e disponibilidade dos nossos insumos e mão de obra dependem de fatores políticos, econômico e condições de mercado que estão além do nosso controle e não podemos prever quando os preços desses insumos ou mesmo da mão de obra sofrerão alterações. Podemos não prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados pelo aumento da demanda ou oriundos das políticas de venda praticadas pelos fabricantes, além de fatores externos como inflação e aumento da alíquota de tributos incidentes ou do preço de determinadas commodities no mercado internacional. Além disso, paralisações de trabalho, greves, redução da carga horária dos nossos funcionários ou dos nossos prestadores de serviços podem igualmente acarretar em aumentos de custos advenientes, por exemplo, de multas decorrentes de aumentos de remuneração ou pagamento de horas extras adicionais.

Caso nossos custos sofram um aumento significativo e não consigamos repassar esse aumento para nossos clientes, nossos resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

f. a seus clientes

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Nossos três maiores clientes representam um percentual relevante da nossa receita total. A não renovação dos contratos com esses ou outros clientes pode nos afetar adversamente.

Parte importante de nossas receitas vêm de três grandes clientes, que mantêm contratos de longo prazo conosco. Em 31 de dezembro de 2019, esses clientes representaram 51% da nossa receita. Caso estes contratos sejam rescindidos antecipadamente ou não sejam renovados, teríamos uma perda de receita significativa que impactaria negativamente a nossa rentabilidade.

Nosso plano de negócios e estratégia de crescimento presumem a manutenção do nosso índice histórico de renovação de contratos com nossos clientes após seus respectivos vencimentos. A redução de tal índice por qualquer motivo, inclusive devido a fatores externos ou que não se relacionem com a qualidade dos serviços prestados por nós, poderá resultar em uma redução da nossa receita e afetar negativamente nossa estratégia de crescimento. Não podemos garantir que nós seremos bem-sucedidos na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com nossos clientes, em termos razoáveis. A não renovação dos contratos com os nossos principais clientes ou de parte significativa dos contratos celebrados com nossos clientes poderá resultar na redução de nossa receita e impactar adversamente nossos negócios, condição financeira e nossos resultados.

Adicionalmente, se os contratos com nossos clientes forem rescindidos, voluntariamente ou em decorrência de decisões judiciais, ou não renovados, bem como, se rescindidos, caso nossos clientes não honrem as multas contratuais previstas para os casos de rescisão, se o contrato não prever multa em casos de rescisão por decisão judicial ou se tais multas não forem suficientes para cobrir as perdas decorrentes de tal rescisão, nossos resultados financeiros poderão ser afetados de maneira adversa.

Como somos uma prestadora de serviços, nossos resultados dependem da nossa base de clientes e do volume de negócios por eles gerados.

Como somos prestadores de serviços, nossos resultados dependem dos contratos celebrados com nossos clientes, entre outros fatores relacionados à nossa base de clientes, incluindo a manutenção de políticas de relacionamento, políticas de crédito, bem como a manutenção das demandas e da satisfação com nossos serviços e a ausência de efeitos materiais adversos nos negócios dos nossos clientes. Uma redução no volume dos nossos negócios com nossos principais clientes pode resultar em uma redução em nossas margens operacionais devido à redução de escala e à consequente redução na diluição dos nossos custos fixos. Ainda, se nossos clientes sofrerem efeitos econômicos materiais adversos causando uma menor demanda pelos nossos serviços ou aumentando de forma significativa o índice de inadimplência dos nossos clientes, nossos resultados financeiros poderão ser afetados de maneira adversa principalmente quando considerado o grande número de ativos imobilizados que possuímos para atendimento aos nossos clientes.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

A falta de conservação das rodovias brasileiras pode afetar adversamente nosso custo de serviço de transporte.

Grande parte de nossos custos e despesas refere-se à manutenção e depreciação de nossa frota. A falta de conservação das rodovias brasileiras pode causar avarias aos veículos, maior tempo em trânsito, gasto adicional de combustível, desgaste prematuro de pneus e perda de carga, ocasionando o aumento das nossas despesas com manutenção e tempo de inoperância, redução do nível de serviço e valor residual

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

dos nossos ativos para aquém do previsto, o que poderá impactar adversamente de forma relevante a nossa condição financeira e os nossos resultados.

A substancial competição, principalmente de outros prestadores de serviços de gestão logística, pode prejudicar o desenvolvimento das nossas atividades.

Nosso segmento de atuação é altamente competitivo e fragmentado. Competimos com diversos concorrentes formais e informais no segmento de provedores de serviços logísticos, inclusive com prestadores de serviços em operações de outros modais. Qualquer alteração no ambiente competitivo pode implicar em uma queda de demanda nos segmentos de negócios nos quais operamos ou um aumento nos custos de captação e retenção de clientes, podendo afetar adversamente nosso crescimento e rentabilidade.

A competição resulta fundamentalmente na redução das margens nos segmentos de atuação. Caso não sejamos capazes de atender à demanda de serviços e preços de nossos clientes da mesma forma que nossos concorrentes para superá-los e mantermos ou aumentarmos nossa participação no mercado, nossos resultados poderão ser adversamente afetados de forma relevante.

Greves e paralisações podem afetar nossas operações e impactar os nossos resultados.

As nossas operações de transporte e de serviços logísticos podem ser afetadas em caso de paralisações significativas e greves envolvendo nossos funcionários, que são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por convenções coletivas, acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, bem como envolvendo caminhoneiros ou carreteiros, como a ocorrida no Brasil em maio de 2018. A ocorrência desses eventos poderá afetar adversamente nossos negócios, relacionamento com clientes e nossos resultados operacionais.

Caso o governo crie uma linha de crédito com taxa de juros subsidiadas para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, a Companhia pode ter dificuldades em expandir seus negócios

Caso o Governo venha a criar linhas de crédito para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos com a concessão de taxas de juros subsidiadas, tal medida poderá facilitar o acesso à compra dos referidos ativos por seus concorrentes, clientes e mercado em geral. Diante dessa situação, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em expandir seus negócios, dada a vantagem econômica que seus concorrentes e clientes poderiam ter para a aquisição dos ativos, em detrimento à opção de locação da frota, o que poderia impactar de maneira adversa o crescimento e fechamento de novos contratos pela Companhia.

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso em nossos negócios e no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos por nós.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. Não temos controle e não podemos prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro.

Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- greves de motoristas
- greves de portos, alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- novas legislações determinadas pela ANTT;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Historicamente, a política tem afetado diretamente a economia do País. Crises políticas no passado contribuíram para a redução no nível de confiança de investidores e da população, o que resultou no desaquecimento da economia e na consequente volatilidade dos valores mobiliários de companhias brasileiras.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir nossa margem bruta.

O governo brasileiro regularmente implementa mudanças no regime tributário, representando potencial aumento da nossa carga tributária e da carga tributária de nossos clientes. Tais mudanças incluem alterações em bases de cálculo, alíquotas e, ocasionalmente, a criação de tributos ou incentivos temporários, vinculados a finalidades governamentais específicas. Adicionalmente, mudanças implementadas na legislação fiscal brasileira com propósitos específicos, tal como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos novos, que vigorou entre 2012 e 2013, podem impactar a depreciação da nossa frota operacional e o valor de venda dos nossos ativos desmobilizados. Aumentos da carga tributária a que estamos sujeitos ou efeitos de mudanças na legislação tributária na depreciação da nossa frota ou no preço de venda dos nossos ativos imobilizados podem impactar adversamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Algumas leis ou regulamentações fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Dentre as hipóteses de controvérsia na interpretação da legislação fiscal estão aquelas relativas à forma e ao prazo para a apuração dos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

créditos relativos ao PIS e à COFINS em relação aos veículos automotores registrados no ativo imobilizado da Companhia, outros créditos fiscais, entre outras. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que a Companhia se baseia para realizar seus negócios.

Estão em discussão no Congresso Nacional diversos projetos para ampla reforma tributária, principalmente designada para aumentar a eficiência de alocação dos recursos da economia.

Nos moldes atualmente em discussão, a reforma envolverá uma ampla reestruturação do sistema tributário brasileiro, incluindo a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) incidente sobre bens e serviços que substituiria diversos tributos (as contribuições sociais, o imposto federal sobre produtos industrializados, o imposto sobre operações financeiras e o imposto sobre circulação de bens e serviços). Os tributos a serem substituídos variam de acordo com os projetos de reforma.

Os efeitos dessas alterações ou de quaisquer outras reformas adicionais, se aprovadas, ainda não podem ser quantificados, pois a proposta de emenda constitucional dispõe como passo seguinte a regulamentação dos novos tributos, cuja proposta ainda não foi apresentada. Essas alterações podem trazer impactos sobre os negócios da Companhia que ainda não podem ser apurados, se serão positivos ou negativos. Acrescenta-se que alterações passadas no sistema tributário provocaram incertezas no sistema financeiro, aumentando o custo dos empréstimos.

Estamos sujeitos ao cumprimento da legislação aplicável aos serviços de transporte e das normas regulamentares expedidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e outros órgãos reguladores.

Os serviços de transporte estão sujeitos a extensa legislação e regulamentação. A ANTT é o órgão responsável pela regulação e fiscalização dos transportes terrestres no Brasil. O transporte de produtos perigosos também é regulamentado pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito e DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito.

O transportador deve obter e manter o RNTRC – Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas, regular.

Qualquer descumprimento dessas leis e regulamentos ou falha na obtenção ou renovação dos registros necessários, podem resultar na aplicação de penalidades, tais como multas e perda do registro de transportador.

Ainda, o governo implementa de tempos em tempos mudanças na legislação e na regulamentação, tal como a recente instituição de tabelamento de fretes mínimos. A conformidade com novas leis e alterações nas leis e regulamentos vigentes podem causar um aumento nos nossos custos e despesas, podendo afetar adversamente os nossos resultados.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Nossas operações internacionais estão sujeitas a riscos econômicos, políticos e sociais dos países em que atuamos.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Realizamos o transporte de cargas entre países do Mercosul. Em 31 de dezembro de 2019, cerca de 1,83% da nossa receita bruta foi proveniente de países estrangeiros e cerca de 6,69% proveniente de transporte de cargas de clientes do Brasil para outros países do Mercosul.

A nossa principal sucursal no exterior está localizada na Argentina, e, portanto, uma condição adversa econômica e/ou política naquele país pode trazer uma redução no nosso volume de negócios, podendo afetar adversamente o nosso resultado.

Além disso, condições econômicas, políticas e sociais adversas nesses países podem causar uma diminuição da exportação dos nossos clientes no Brasil para esses países, o que também poderia afetar nosso volume de negócios e o nosso resultado.

j. as questões socioambientais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

Estamos sujeitos à legislação federal, estadual e municipal, bem como regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de responsabilidade civil, com reparação de danos e/ou pagamento de indenizações, além de penalidades criminais e administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa (podendo afetar nossa reputação) e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais podem se tornar mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da observância de leis e regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A observância de leis e regulamentos ambientais em vigor podem causar um aumento nos nossos custos e despesas, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Para informações sobre os processos, procedimentos e/ou investigações envolvendo matéria ambiental nos quais somos parte, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

k. riscos macroeconômicos

Se o Brasil sofrer inflação substancial no futuro, as receitas da Companhia e sua capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros podem ser reduzidas.

Em anos anteriores, o Brasil sofreu com taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. De 2017 a 2018, a SELIC variou de 7,40% para 6,50%. Entre 2018 e 2019, a SELIC variou de 6,50% para 4,90%. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para nós e nossos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.

O Brasil, no passado, vivenciou altíssimas taxas de inflação. A inflação e as medidas governamentais para combater a inflação tiveram efeitos negativos sobre a economia brasileira e contribuíram para o aumento da incerteza econômica no país.

Alguma das medidas do governo e do Banco Central para combater a inflação muitas vezes incluem a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como resultado, as taxas de juros podem flutuar significativamente. Aumentos na taxa básica de juros (SELIC), criado pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), podem ter um efeito adverso sobre a Companhia, aumentando custos e riscos.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, incluindo os Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado dos seus valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais podem prejudicar o valor de mercado das ações das companhias listadas em bolsa de valores, tal como na recente tensão política entre Estados Unidos e Irã, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

As campanhas políticas e eleições presidenciais nos EUA que ocorrerão no ano de 2020 podem gerar um clima de incerteza política e econômica global. A eleição do novo presidente dos EUA tem poder considerável na determinação de políticas e ações governamentais que podem levar a um efeito material adverso na economia global e estabilidade política do mundo, incluindo o comércio e tarifas internacionais. Não há garantia de que a nova administração promoverá a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal, o comércio internacional e promoverá investimentos domésticos e estrangeiros, o que pode ter um efeito material adverso sobre os mercados financeiro s e de valores mobiliários mundiais.

Em 23 de junho de 2016, ocorreu um referendo no Reino Unido referente a permanência do Reino Unido na União Europeia. Ao final do referendo, a maioria dos votos foi em favor da saída da União Europeia ("Brexit"). Em 29 de março de 2017, o Reino Unido notificou a União Europeia sobre a sua intenção de se retirar da União Europeia nos termos do artigo 50(2) do Tratado da União Europeia. O artigo 50 (2) requer que, nos termos das diretrizes do Conselho Europeu, a União irá negociar e

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

firmar um acordo com o Reino Unido, estabelecendo os termos e condições para a saída do Reino Unido da União Europeia, levando em consideração também a estrutura de relacionamento futuro com a União Europeia. De acordo com o artigo 50(2), há um prazo para a saída do Reino Unido após a notificação para a União Europeia que já se expirou e que já foi estendido algumas vezes. As consequências do Brexit são incertas, especialmente no tocante a definição da nova relação entre Reino Unido e União Europeia e os impactos no Brexit na economia global

Em razão de tais fatos, não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Além disso, crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de emissão da Companhia, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido, dentre outros motivos, às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como "Lava Jato". Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados capitais. Não temos controle e não podemos prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

Além disso, em 1º de janeiro de 2019, o novo governo tomou posse e o Presidente Jair Bolsonaro assumiu o poder. Incertezas quanto à implementação, pelo novo governo, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como na legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às nossas ações ordinárias.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira; em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial as dos Estados Unidos e países da União Europeia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Isso poderia dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações da Companhia no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos poderá afetar adversamente os nossos negócios e o valor de mercado das ações da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo serem incapazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação das ações da Companhia, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Riscos relacionados à taxa de câmbio

Em consequência de pressões inflacionárias, a moeda brasileira, no passado, desvalorizou-se periodicamente em relação ao dólar norte americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, durante as quais a frequência dos reajustes variava entre diária e mensal, sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e mercados cambiais duplos. De tempos em tempos, há oscilações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, de um lado, e o dólar norte-americano e outras moedas, de outro. Em 2017, a taxa de câmbio variou de R$ 3,32 para R$ 3,89 em 2018, e de R$3,86 para R$4,03 em 2019, representando uma desvalorização de 17,2% e 4,5%, respectivamente. Desvalorizações do real em relação ao dólar norte-americano poderiam criar mais pressões inflacionárias no Brasil, acarretar aumentos das taxas de juros, limitar nosso acesso a mercados financeiros estrangeiros e provocar a adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal. Por outro lado, a apreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode levar a uma deterioração da conta corrente e do balanço de pagamentos do Brasil e provocar uma redução das exportações do país. Qualquer um dos acontecimentos acima pode prejudicar a economia brasileira, como um todo, e, especificamente, nossos resultados operacionais e o valor de mercado de nossos valores mobiliários.

Variações nas taxas de câmbio podem afetar os negócios de parte de nossos clientes, cujo volume de produção é destinado à exportação. Assim, uma eventual valorização do Real poderia impactar nas receitas de alguns de nossos clientes, na medida em que tal valorização poderia ensejar a redução no volume de produtos exportados. Por outro lado, uma eventual desvalorização do Real poderia favorecer as exportações e, assim, trazer significativo aumento nas receitas de parte de nossos clientes. Este impacto na receita de parte dos nossos clientes, seja positivo ou negativo, poderia eventualmente trazer algum reflexo em nossa receita de serviços.

Além disso, a variação do dólar pode impactar nossas contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro, nossas contas a receber de clientes denominadas em dólares norte-americanos eram de US$2,9 milhões (ou R$11,7 milhões, com base na taxa de fechamento média de R$ 4,03) e representavam 7,85% do total das contas a receber de R$ 149,0 milhões.

Risco de taxa de juros

Nosso resultado é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos.

Nosso risco relacionado à variação da taxa de juros é significativo apenas na medida em que possa causar o aumento do custo dos financiamentos e do parcelamento de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos R$ 169 milhões de endividamento financeiro, dividido da seguinte forma:

Tipo de contrato	Montante (em R$ milhões)	% do endividamento financeiro

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Capital de Giro	143,8	84,9%
FINAME	24,9	14,7%
Leasing	0,7	0,4%

Um aumento de 10,0% no CDI, principal indexador dos contratos de capital de giro, aumentaria as nossas despesas de juros em R$ 876 mil ao ano, enquanto uma redução de 10,0% reduziria as nossas despesas de juros na mesma proporção. Em relação aos outros índices pós fixados, devido à baixa indexação das nossas dívidas, uma oscilação não traria grandes impactos, sendo que um aumento de todos os índices em 10%, refletiria em R$ 17,3 mil.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de nossa emissão.

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

O Brasil perdeu sua classificação de dívida soberana de grau de investimento pelas três principais agências de rating dos Estados Unidos: Standard and Poor’s, Moody’s e Fitch. A Standard and Poor's rebaixou a classificação de dívida soberana do Brasil de BBB- negativo para BB- positivo em setembro de 2015, que foi rebaixada para o BB em fevereiro de 2016 e manteve sua perspectiva negativa sobre a classificação, citando as dificuldades fiscais e a contração econômica do Brasil como sinais de piora situação de crédito. Em janeiro de 2018, a Standard and Poor’s rebaixou a classificação do Brasil de BB para BB-. Em dezembro de 2015, a Moody’s colocou a classificação da dívida soberana Baa3 no Brasil e revisou a classificação de crédito soberano do Brasil em fevereiro de 2016 para Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração dos valores do endividamento do Brasil em meio à recessão e ao ambiente político desafiador. A Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para o BB- positivo com perspectivas negativas em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário de rápido crescimento do país e recessão pior do que o esperado e baixou a classificação da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para o BB com uma perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil novamente para BB-, com base, entre outras razões, no déficit fiscal, o aumento da dívida pública e a incapacidade do governo de implementar as reformas necessárias para a melhora das contas públicas.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu PIB, flutuações acentuadas do real em relação ao dólar americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. Tal cenário pode se intensificar com o novo Governo Federal eleito, sendo certo também que não podemos prever os potenciais impactos das políticas a serem adotadas pelo novo Governo Federal a partir de 2019.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos e, por consequência, no rebaixamento da classificação de crédito (*rating*) da Companhia. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias de nossa emissão e a nota de classificação de crédito da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2019, éramos parte em 736 processos, para os quais nossos advogados avaliam o risco como provável no valor total de R$22,67 milhões, montante devidamente provisionado pela Companhia, e como possível, no valor total de R$25,7 milhões.

Destes processos, 182 são processos da Transeich Assessoria e Transportes S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A, que, nos termos do SPA celebrado por ocasião das aquisições, são conduzidos e indenizados pela Kuehne Serviços Logísticos Ltda, de quem a Companhia adquiriu as sociedades.

Os únicos processos individualmente relevantes são os processos abaixo descritos:

Processo Administrativo n° 11020.721794/2017-83	
a. Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. Data de instauração	03 de agosto de 2017
d. Partes do Processo	Transportes Translovato Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$17 milhões
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo para discussão de dois autos de infração lavrados em face da Companhia para cobrança de débitos de PIS e COFINS decorrentes da glosa dos seguintes créditos: (i) contratação de mão-de-obra para prestação de serviços de carga e descarga; (ii) custo de pedágio incluso no preço do serviço de transporte; (iii) seguro obrigatório (RCTR/C); (iv) vigilância, rastreamento e escolta armada; (v) serviços de telefone, teleconsultas, manutenção de equipamentos de informática, formulários e aluguel de impressoras; (vi) subcontratação de transporte de carga prestado por pessoa jurídica optante pelo Lucro Real ou Presumido; e (vii) subcontratação de transporte de carga prestado por pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração em 31 de agosto de 2017. A Delegacia da Receita Federal deu parcial provimento à impugnação, para reconhecer o direito a crédito relativo à subcontratação dos serviços de transporte rodoviário de cargas de empresas optantes pelo lucro real ou presumido e aos serviços de carga e descarga contratados de pessoa jurídica. Em 23 de abril de 2019, a Companhia apresentou Recurso Voluntário em face da decisão da Delegacia da Receita Federal. Atualmente, o processo encontra-se no CARF aguardando julgamento de Recurso Voluntário interposto pela Companhia e Recurso de Ofício.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Os advogados estimam uma perda provável de R$7.000.000,00 (sete milhões de reais)

Processo Trabalhista n° 0021744-74.2017.5.04.0404	
a. Juízo	4ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul – TRT4
b. Instância atual	Tribunal Regional do Trabalho – TRT4
c. Data de instauração	13 de outubro de 2017
d. Partes do Processo	Transportes Translovato Ltda. (Autora); e União Federal (Reclamada)

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 6.276.224,00
f. Principais fatos	Trata-se de caso movido pela Translovato Ltda., relativo à ação anulatória de auto de infração aplicado em razão de alegada irregularidade na contratação de Empresa de Transporte de Cargas e de Transportadores Autônomos de Carga, e inexibilidade de multa contra a União Federal, com pedido em tutela de urgência postulando que o Juízo profira decisão, liminarmente, para "determinar a imediata SUSPENSÃO DA COBRANÇA DOS AUTOS DE INFRAÇÃO nº 201.419.301 e nº 201.301.319, inscritos em Dívida Ativa da União, se abstendo de exigir por qualquer meio judicial ou administrativo, até tramitação final da ação, com a comunicação aos órgãos legais competentes, sob pena de multa diária a ser fixada pelo Juízo" e, no mérito, com a declaração de nulidade dos autos de infração ou, alternativamente, a redução das multas aplicadas. Em 16/06/2018 foi proferida sentença que julgou procedentes os pedidos para declarar nulidade dos autos de infração nº 201.419.301 e nº 201.301.319 lavrados e de subsequentes multas aplicadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e de dívidas ativas inscritas, respectivamente, no importe atual de R$6.199.869,15 (seis milhões, cento e noventa e nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais e quinze centavos) e de R$76.354,70 (setenta e seis mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos). A União Federal apresentou recurso ordinário, mas em 28/02/2019 não foi conhecido por intempestividade. Em 22/05/2019 a União apresentou recurso de revista ao TST. Aguardando remessa dos autos ao TST.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Os advogados estimam uma perda possível de R$ 6.276.224,00.

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

O valor provisionado do processo tributário descrito no item 4.3 é de R$7.000.000,00. Não foi constituída provisão para o processo n° 0021744-74.2017.5.04.0404.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Não aplicável, pois não há qualquer processo cujas partes contrárias sejam administradores, controladores ou investidores da Companhia e de suas controladas.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, pois não há processos sigilosos.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era parte em 506 autos de infração e processos trabalhistas, judiciais e administrativos, com pedidos repetitivos ou semelhantes, tais como horas extras, diferenças de diárias e danos morais.

Desses 506 processos, 404 são da BBM e /ou da Translovato, para os quais a avaliação de risco é provável no valor total de R$14,1 milhões, montante devidamente provisionado pela Companhia, e como possível, no valor total de R$22,5 milhões.

Os outros 102 processos são da Transeich Assessoria e Transportes S/A e/ou da Transeich Armazéns Gerais S.A. e, nos termos do SPA celebrado por ocasião das aquisições, são conduzidos e indenizados pela Kuehne Serviços Logísticos Ltda, de quem a Companhia adquiriu as sociedades, não estando, portanto, provisionados pela Companhia.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

O valor provisionado, em 31 de dezembro de 2019, para os processos com perda provável descritos acima era de R$14,1 milhões.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Figuramos como investigada no âmbito do inquérito policial nº 099-00220/2014, em trâmite na 99ª Delegacia de Polícia de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro. A investigação foi instaurada em 29 de abril de 2014, a fim de apurar se um dos veículos (semirreboque) da operação de transportes de produtos perigosos (oxigênio líquido) da Companhia, mesmo vazio, porém sem comprovação de descontaminação, transitava sem a licença ambiental aplicável. A autoridade policial capitulou os fatos como possível prática do delito previsto no artigo 56 da Lei 9.605/1998. O Ministério Público requisitou a confirmação de que a carreta transportada não detinha autorização ambiental para o transporte interestadual de produtos perigosos e determinou a verificação sobre a quem recaía, ao tempo dos fatos, a administração da sociedade e a responsabilidade pela emissão da aludida autorização. Por se tratar de crime ambiental, a pessoa jurídica também é passível de responsabilização penal. Atualmente, aguardamos manifestação do Ministério Público sobre eventual (i) pedido de arquivamento; (ii) requisição de investigações complementares; ou, (iii) formulação de denúncia em face da Companhia e/ou da(s) pessoa(s) a quem couber autoria pelos fatos à época.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não aplicável, uma vez que o emissor não é estrangeiro.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2018.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Objetivos:

O processo de gestão de riscos da Companhia é conduzido pela Diretoria Financeira e por membros do seu grupo de gestores internos. Referido processo visa dar suporte ao cumprimento dos objetivos empresariais da Companhia, definindo estratégias de mitigação de eventos que poderiam potencialmente afetá-la. Adicionalmente, referido processo busca gerenciar os riscos de forma compatível com a capacidade de entendimento e mapeamento de risco da Companhia, bem como com seu apetite tolerância aos riscos.

A mentalidade de risco possibilita que a Companhia determine os fatores que podem causar desvios nos seus processos e no seu SGI em relação aos resultados planejados, coloque em prática controles preventivos para minimizar efeitos negativos e maximize o aproveitamento das oportunidades que venham a surgir.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos abaixo relacionados. Conforme pode-se verificar, a descrição dada para os referidos riscos abrange os fatores descritos no item 4.1 deste formulário de referência:

Riscos estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para se proteger ou se adaptar a mudanças no ambiente.

Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da empresa. Esses riscos estão associados à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetivos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.

Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.

Riscos de imagem e reputação: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros. Em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.

Riscos de conformidade (*compliance*): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações e acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

Riscos Conjunturais: são riscos relacionados ao ambiente macroeconômico, político e social das localidades em que operamos, que possam vir a nos afetar indiretamente caso nossos clientes sejam afetados, o que implicaria em uma redução de demanda.

Risco de inflação: é o risco que flutuações nos índices inflacionários têm em nossos resultados financeiros e situação patrimonial. Não estamos diretamente expostos a riscos de inflação, visto que os nossos contratos com os nossos clientes possuem cláusulas de reajuste anual de preços vinculados a índices relacionados aos custos da operação. Portanto, não existe uma exposição relevante a variações de índices inflacionários, uma vez que tais variações são repassadas aos clientes.

Riscos Socioambientais: São riscos que podem afetar direta ou indiretamente o meio ambiente, as comunidades ou pessoas que estejam em áreas de influência da Companhia.

Riscos legais e regulatórios ou de conformidade: Eventos derivados de falhas no cumprimento de aplicação de leis, acordos, regulamentos e das políticas da Companhia, ou, ainda, alterações legislativas ou normativas não previstas e que podem comprometer as atividades da Companhia.

Riscos de Infraestrutura: Esta modalidade de riscos está relacionada a um processo contínuo, que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, monitorar, priorizar e tratar riscos positivos ou negativos, capazes de afetar os objetivos, programas, projetos ou processos de trabalho nos níveis estratégico, tático e operacional da empresa.

Riscos de Pessoal: Riscos causados por falta de pessoal qualificado e de profissionais preparados para exercer suas funções. Existe a possibilidade desses erros serem intencionais, isto, é fruto de uma conduta duvidosa. Os principais riscos de pessoal são: (i) não intencionais, resultado de omissão ou negligência, (ii) de qualificação, isto é, o profissional não tem condição de desempenhar corretamente suas tarefas por falta de capacidade ou habilidade, (iii) fraude, quando a conduta intencionalmente não atende às normas da empresa, se caracterizando por desvios de materiais ou valores, divulgação de inverdades, etc.

Risco na divulgação de informações: possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, inexatos ou intempestivos e expondo a Companhia a multas, penalidades e outras sanções.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A gestão de risco é a abordagem estruturada que a Companhia utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, de acordo com os princípios e diretrizes da ISO 31000. Os eventos internos consistem em sistemas, pessoas e processos internos falhos ou inadequados, ao passo que os eventos externos incluem catástrofes naturais ou operacionais causadas por terceiros, medidas regulatórias, políticas, econômicas ou sociais tomadas por governos ou outros *stakeholders* importantes.

A Companhia minimiza os riscos operacionais por meio de novos controles e melhorias nos existentes, novos planos de mitigação de riscos e transferência de risco por intermédio de seguro.

Os principais riscos são monitorados periodicamente, bem como a efetividade dos seus controles-chave de prevenção/mitigação e a execução de suas estratégias de tratamento. Assim, a Companhia procura ter uma visão clara de seus principais riscos, atuando sobre eles, de forma sistemática, por meio da adoção de medidas de proteção ou mitigação, dentre as quais, por exemplo:

a) Identificação dos riscos: definir o conjunto de eventos externos e/ou internos que possam impactar nos objetivos da Companhia, inclusive aqueles relacionados aos ativos intangíveis. Esse processo deve ser continuamente aprimorado e revisado para a atualização dos riscos da Companhia;

b) Análise dos riscos: verificar a origem dos eventos, causas, consequências e a probabilidade de efetivação das referidas consequências;

c) Avaliação dos riscos: avaliar os impactos em caso de eventual ocorrência do risco, considerando as consequências financeiras ou de outras naturezas, quantificáveis ou não quantificáveis;

d) Tratamento dos riscos: definir qual será o tratamento adotado, considerando, de acordo com o grau de apetite a riscos da Companhia, as seguintes possibilidades: evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar;

e) Monitoramento dos riscos: assegurar a eficácia e adequação dos controles internos estabelecidos e obter informações que proporcionem melhorias no processo de gerenciamento de riscos por meio de avaliações contínuas e imparciais;

f) Informação e comunicação: comunicar, de forma clara e objetiva, a todas as partes interessadas, os resultados de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, contribuindo para o entendimento da situação atual e para a eficácia dos planos de ação;

g) Capacitação de colaboradores: investimentos na capacitação de empregados da Companhia atuantes no planejamento e execução de seus projetos;

h) Soluções tecnológicas: desenvolvimento de soluções tecnológicas para a otimização dos processos da Companhia;

i) Proteção ao meio ambiente: adoção de ações para aprimorar a eficiência nos processos de licenciamento de seus projetos, de forma a evitar atrasos e paralisações, como, por exemplo: (a) promoção de maior integração entre as equipes de meio ambiente e desenvolvimento de projetos; (b) o desenvolvimento de um guia de melhores práticas para licenciamento ambiental e o meio ambiente; (c) a montagem de equipes de especialistas altamente qualificados; (d) incentivo à maior interação com as agências ambientais;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

j) Segurança (*safety*): aperfeiçoamento contínuo dos sistemas de gestão de saúde e segurança do trabalho da Companhia, disseminação perene de informação e campanhas de prevenção com o objetivo de garantir a melhoria dos padrões de saúde e segurança dos colaboradores;

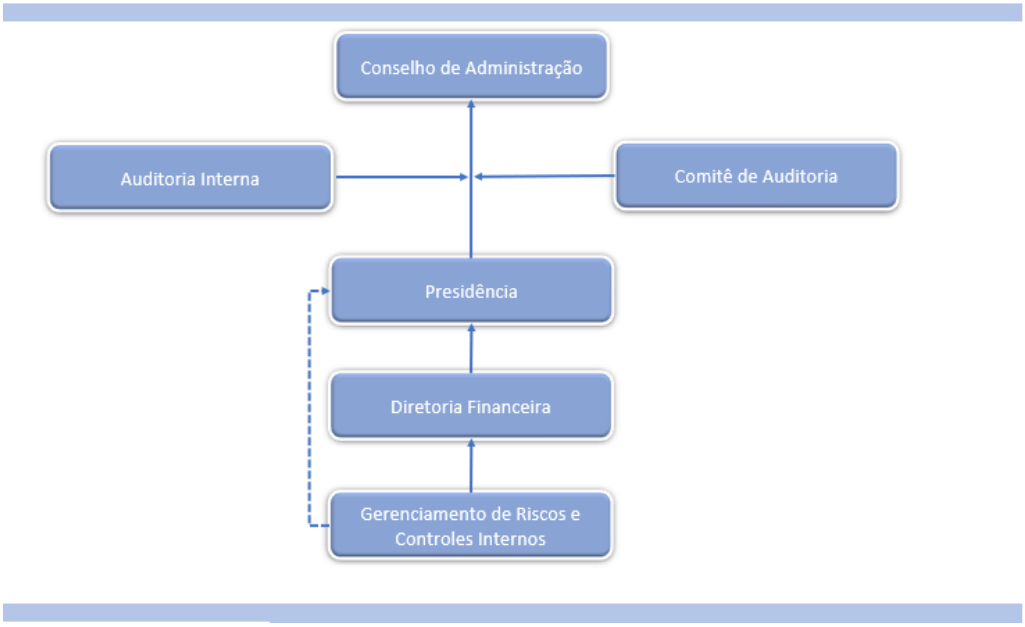
k) Conduta e ética: adoção de controles e mecanismos para detectar falhas de controle e obter informações sobre os casos de quebra de conduta, especialmente por meio do Canal de Ética e Ouvidoria;

l) Comunidade: promoção de suas atividades de forma responsável em todas as localidades em que está presente, almejando o respeito às comunidades e ao meio ambiente;

m) Jurídico: acompanhamento contínuo das contingências e processos judiciais da Companhia, envidando todos os esforços na defesa dos processos dos quais a Companhia e suas controladas são parte;

n) Gestão de Crise: resposta imediata para garantir salvaguarda das pessoas, dos ativos e da imagem da Companhia.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos



- Comitê de Auditoria: é o órgão de assessoramento ao conselho de administração e tem como responsabilidade principal avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos. É também responsável por monitorar a integridade das demonstrações financeiras, bem como as qualificações e independência da auditoria interna na execução de suas atividades.

- Conformidade (*Compliance*): tem por finalidade liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade com o objetivo de mitigar e prevenir referidos riscos, bem como orientar os funcionários da empresa e terceiros sobre as normas internas da Companhia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Auditoria Interna: tem por finalidade investigar denúncias e/ou indícios de fraudes ou descumprimentos das políticas internas da Companhia por meio da análise dos resultados obtidos nos testes de investigação e através do gerenciamento do canal de denúncia da Companhia e se reportará ao Conselho de Administração.

Em dezembro de 2019, a Companhia instituiu também a área de controles internos, devidamente estruturada para implementar a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos.

- Área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos: Responsável pelo conjunto de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir razoável certeza acerca da confiança que pode ser depositada nas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatos, bem como para a correta apresentação de tais demonstrações financeiras, garantindo que foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e que incluem políticas e procedimentos de manutenção dos registros contábeis, aprovações em níveis adequados e salvaguarda de ativos. Segundo o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), os controles internos asseguram o atingimento dos objetivos, de maneira correta e tempestiva, com a mínima utilização de recursos.

A Diretoria Executiva é responsável: (a) pela avaliação e aprovação das estratégias de mitigação de riscos recomendadas pelas áreas supra referenciadas; e (b) pela aprovação dos desdobramentos da política de gestão de risco corporativo em normas, regras e responsabilidades; c) informar ao Conselho de Administração sobre esses procedimentos. As normas e procedimentos de gestão de riscos complementam a política de gestão de risco corporativo e definem práticas, processos, controles, papéis e responsabilidades na Companhia no que se refere à gestão dos riscos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além dos papéis de cada um dos órgãos envolvidos na estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita no item anterior, cabe ao Conselho de Administração a supervisão do processo de avaliação de controles internos executados pela administração e ao Comitê de Auditoria o monitoramento de riscos corporativos aplicáveis à Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Na medida em que a Companhia já realiza ações de mitigação para os riscos de mercado que a afetam, entendemos que, atualmente, não há necessidade de buscar proteção de riscos de mercado de maneira sistemática, motivo pelo qual não possuímos uma política de gerenciamento de riscos de mercado.

A Companhia tem por prática monitorar a sua exposição a esses riscos por meio de acompanhamento mensal de indicadores macroeconômicos e do portfólio de contratos com clientes e fornecedores, sendo tal monitoramento registrado em planilhas internas. Este processo é coordenado pela Diretoria Administrativa e Financeira e pela Diretoria Comercial da Companhia, e eventuais ações de mitigação são reportadas a diretoria geral da empresa e ao conselho de administração.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar de não ter uma política formalizada de gestão de riscos de mercado, a Companhia busca proteção para os riscos de taxa de câmbio e taxas de juros.

Risco de câmbio

Risco de taxas de câmbio é o risco que flutuações na taxa de câmbio têm em nossos resultados financeiros e situação patrimonial. A Companhia possui a maior parte de sua receita e despesa em moeda local, sendo que, em 31 de dezembro de 2019, apenas 12,1% da receita bruta provém de unidades definidas em moeda estrangeira. A Companhia não possui dívidas em moeda estrangeira, e, portanto, não possui passivos expostos a variação cambial.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco relacionado à possibilidade de sofrermos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os nossos ativos e passivos financeiros.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Adotamos a seguinte estratégia para proteção contra os riscos a que estamos expostos:

Risco de câmbio

Para a parcela da nossa receita proveniente de sucursais no exterior e que é denominada em dólares americanos, procuramos renegociar os preços com nossos clientes quando ocorre uma desvalorização da moeda americana, de forma a não sofrermos queda nas margens operacionais. Monitoramos mensalmente a variação cambial e avaliamos os resultados das unidades de negócio internacionais para a tomada de eventual ação junto aos clientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Procuramos equilibrar o nosso endividamento entre taxas pré-fixadas e pós-fixadas, sendo que em nossos contratos pós-fixados o indexador mais utilizados é o CDI (contratos para financiamento de capital de giro), sendo utilizado em conjunto com uma taxa pré-fixada, o que propicia um bom equilíbrio entre taxas pré e pós fixadas e uma certa proteção contra variações abruptas de taxas de juros no mercado. Em 31 de dezembro de 2019, 91% do nosso endividamento bruto possuía uma estrutura de juros pós e pré-fixados (e.g. CDI + Spread), conforme quadro abaixo.

Índice	Montante (em R$ milhões)	% do endividamento financeiro
CDI	147,6	87,13%
TLP/SELIC/IPCA	4,2	2,48%
Taxas pré-fixadas	17,6	10,39%

Analisamos dinamicamente a nossa exposição a taxa de juros, considerando vários cenários e expectativas de mercado no momento da contratação de novos financiamentos e refinanciamentos. Com base nesta análise definimos o que entendemos ser uma mudança razoável na taxa de juros para então decidir os parâmetros de uma nova contratação de dívida ou quitação de dívidas existentes.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não utiliza nenhum instrumento financeiro para a proteção patrimonial (*hedge*). No entanto, a Companhia se utiliza de travas de exportação através de contratos pré-fixados de compra de moeda estrangeira, de forma a diminuir os impactos da variação cambial entre o momento da emissão do conhecimento de frete internacional até o momento do efetivo recebimento dos recursos (em média um prazo de 60 dias).

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Adotamos os seguintes parâmetros para gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos:

Risco de câmbio

Para gerenciamento de riscos cambiais monitoramos semanalmente a variação da taxa de câmbio do dólar americano e peso argentino, conforme divulgadas pelo Banco Central, analisando a sua valorização ou não frente à moeda brasileira.

Risco de taxas de juros

Nossa administração realiza o monitoramento constante das flutuações das principais taxas de juros a que estamos expostos, principalmente o CDI e TJLP, bem como de outros fatores que possam impactar estas taxas de juros (curvas futuras, índices de inflação), de modo a antecipar qualquer aumento relevante da nossa exposição. Com base nesta análise, a nossa administração pode avaliar a mudança dos indexadores de taxas de juros quando das contratações ou renovações de contratos de endividamento.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não detinha nenhum instrumento financeiro para proteção patrimonial (*hedge*) ou outro fim.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Apesar de não possuirmos uma política formal de gerenciamento de riscos de mercado, a administração destes riscos é feita por meio de nosso modelo de gestão e controles internos, com o objetivo de assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança de nossas operações. Tais procedimentos são coordenados pelo Diretor Administrativo Financeiro, Diretor Comercial, Diretor Executivo de Operações Logísticas Dedicadas e pelo Diretor Executivo de Gestão de Transportes, através de: (i) monitoramento mensal dos indicadores macroeconômicos, sendo tal monitoramento registrado em planilhas internas; (ii) gestão ativa dos nossos contratos; e (iii) reunião mensal de resultados com o gestor de cada unidade de negócios onde são analisados os resultados operacionais por cliente. Estas ações são reportadas periodicamente à nossa diretoria e ao nosso conselho de administração.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A nossa administração analisa constantemente a estrutura operacional e de controles internos, e entendemos que as práticas e procedimentos de controle que adotamos são adequados para a nossa operação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Nossos procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam a fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os principais objetivos dos nossos controles internos são: (i) manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa, (ii) fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as receitas e despesas da empresa estão sendo reconhecidas somente de acordo com autorizações da nossa administração, e (iii) fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

Em um primeiro nível, utilizamos em nossas operações sistemas padronizados que requerem aprovações e possuem alçadas parametrizáveis, como o nosso TMS (*Transportation Management System*), ERP (*Enterprise Resource Planning*) e SE (Soft Expert), e que possuem um controle de acesso protegido por senhas e firewalls. Nosso TMS conta com um controle de margens, baseado em tabelas de preços pré-cadastradas e parâmetros definidos pela nossa administração central, de forma que as diversas filiais não têm autonomia para a emissão de documentos fora dos parâmetros aprovados. Os processos de registros contábeis manuais, adiantamentos, prestação de contas e reembolsos são realizados através de aprovações no SE, assim como o aceite de notas fiscais referente ao processo de compras, de forma que qualquer pagamento ou lançamento na contabilidade precise passar por revisão e aprovação.

Em um segundo nível utilizamos controles diários de faturamento, indicadores operacionais, pagamentos e recebimentos, que permitem aos gestores monitorar a evolução quase em tempo real, e identificar movimentações atípicas.

Em um terceiro nível utilizamos reuniões de resultados mensais, onde os gestores prestam contas dos seus resultados aos diretores das unidades de negócio, comparando resultados realizados com o orçamento e com os resultados de meses anteriores e meses de anos anteriores.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Contamos com uma área de auditoria interna que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, por meio da realização de auditorias nas diversas operações, verificação do cumprimento dos procedimentos operacionais existentes, bem como validação do atendimento a legislação vigente. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar as atribuições da área de auditoria interna. A área de auditoria interna se reporta ao Conselho de Administração, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2020.

O orçamento da área de auditoria interna para o exercício de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração, tendo sido considerado suficiente para o desempenho de suas atividades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Adicionalmente, no final de 2019 foi criada uma estrutura exclusiva para a gestão dos controles internos separando as atividades que eram executadas nas áreas de auditoria interna e controladoria.

Contamos também com um canal de denúncias terceirizado, onde toda denúncia é reportada para a auditoria interna, que se reporta para a alta administração, respondida e devidamente investigada, se assim necessário.

O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao conselho de administração e tem como responsabilidade principal avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos. É também responsável por monitorar a integridade das demonstrações financeiras, bem como as qualificações e independência da auditoria interna na execução de suas atividades.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles é avaliada através das auditorias internas, realizadas pelo gerente de auditoria interna, e reportada para toda diretoria, onde o gestor da unidade em questão deve elaborar plano de ação específico para sanar eventuais falhas nos processos.

Em casos específicos a administração da Companhia pode contratar empresa de consultoria externa para avaliar um determinado processo e emitir um relatório de recomendações.

Os principais indicadores e resultados da empresa são apresentados mensalmente pelos diretores de unidade de negócio para o Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor de Operações, situação onde é possível identificar eventuais desvios e definir ações corretivas ou de aprofundamento do processo. Os resultados consolidados são apresentados mensalmente pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro ao conselho de administração da Companhia, o qual pode deliberar para o aprofundamento e detalhamento de qualquer processo ou indicador das unidades de negócio.

A Companhia recebe anualmente do auditor uma carta de controles internos, a qual é apresentada ao Conselho de Administração, devendo a administração da Companhia apresentar plano de ação tempestivo para o saneamento de eventuais falhas nos processos.

Adicionalmente, em 2019 a Companhia iniciou um processo de mapeamento de riscos em seus controles internos com consultoria externa de forma a identificar e eliminar possíveis riscos adicionais não identificados na auditoria interna.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O Formulário de Referência está atualizado com base no último relatório circunstanciado emitido pelos auditores independentes, relativo ao exercício de 2018. O relatório circunstanciado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 está em processo de elaboração e discussão, respeitando o prazo limite de 60 dias após a emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do mesmo exercício.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Apresentamos as quatro deficiências significativas apontadas pelos nossos auditores independentes na última carta de controles internos relativa ao exercício de 2018, bem como as suas recomendações.

Ausência de análise do corte da receita de vendas

Situação observada:
O auditor verificou que não é efetuada uma análise adequada do corte da receita de vendas para o correto reconhecimento da competência dos serviços prestados. Em dezembro de 2018, a Transeich Assessoria ("TAS") e a Companhia reconheceram receitas referentes a serviços prestados em janeiro de 2019, nos montantes de R$ 72 mil e R$ 146 mil, respectivamente.

Recomendações:
O auditor recomendou que seja efetuado procedimento mensal de análise do corte da receita de acordo com a modalidade de frete e período médio de entrega, fazendo com que a receita de vendas seja contabilizada de acordo com o seu período de competência, respeitando os critérios estabelecidos pelo CPC 47/ IFRS 15 Receita de contrato com cliente.

Possíveis efeitos:
A ausência de uma análise adequada da receita reconhecida de acordo com a competência pode acarretar na apresentação inadequada das demonstrações financeiras, assim como também possíveis efeitos fiscais adversos.

Ausência de critério de rateio e contrato formalizado

Situação observada:

O auditor verificou que os serviços administrativos da TAS são executados pelos colaboradores da Companhia, sendo que posteriormente, a Companhia emite notas de prestação de serviços para a TAS. Ressalta-se que não há contrato formalizado entre as partes para suportar a operação, tal como critérios de rateio estabelecidos.

Recomendações:
O auditor recomendou que a Companhia formalize um contrato com critério de rateio estabelecido para suportar as operações entre as partes relacionadas.

Possíveis efeitos:
Questionamentos por parte da Receita Federal do Brasil pela inexistência de um contrato formal entre as partes para o rateio das despesas. No caso da TAS, a despesa administrativa *intercompany* pode ser considerada indedutível para fins de IRPJ e CSLL.

Ausência de Revisão de Conciliação da Folha de Pagamento

Situação observada:
O auditor constatou que, mensalmente, o coordenador de RH da Companhia recalcula a folha de pagamento e os tributos aplicáveis de forma manual em uma planilha em Excel. Após o recalculo, os valores obtidos como resultado são conferidos com os saldos mostrados no sistema. Em caso de divergência, o coordenador analisa os lançamentos efetuados para realizar a conciliação. Caso os valores estejam iguais, o coordenador fecha a folha de pagamento e libera a mesma para pagamento. O auditor verificou que não existem procedimentos de revisão, aprovação e formalização deste controle.

Recomendações:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O auditor recomendou a implementação de procedimentos relacionados à padronização das conciliações dos saldos de folha de pagamento, as quais deverão conter ao menos as informações relativas às justificativas das diferenças identificadas, a data e a evidência formal dos responsáveis pela preparação e pela revisão.

Possíveis efeitos:
A ausência de evidência formal de revisão das conciliações dos saldos de folha de pagamento pode acarretar em saldos contábeis divergentes daqueles apresentados no relatório financeiro, impactando a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Dificulta, também, a identificação dos colaboradores responsáveis pela preparação e pela revisão de tais atividades.

Revisão das Demonstrações Financeiras

Situação observada:
Com base nos trabalhos de auditoria e revisão das demonstrações financeiras, o auditor observou que a Companhia não possui a prática de realizar de maneira formal a revisão das demonstrações financeiras por parte da governança.

Recomendações:
O auditor recomendou que sejam implementados processos e controles para a validação e revisão das demonstrações financeiras.

Possíveis efeitos:
Apresentação inadequada das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Ausência de análise do corte da receita

Comentários da Administração

No caso da Companhia, um eventual problema de reconhecimento de receita pode ocorrer somente nas operações do segmento de gestão de transporte ("TM"), visto que nas operações dedicadas a receita somente é reconhecida mediante medições aprovadas pelo cliente. Implementamos em 2019 uma análise adequada do corte da receita de vendas para o correto reconhecimento da competência dos serviços prestados.]

Ausência de critério de rateio e contrato formalizado

Comentários da Administração
Existem critérios definidos para o rateio das despesas. Em 2019, a Companhia formalizou os critérios através de um instrumento específico discriminando os critérios e regras para rateios das despesas com as suas subsidiárias.

Ausência de Revisão de Conciliação da Folha de Pagamento

Comentários da Administração:
O coordenador do departamento pessoal elaborará um formulário de registro de revisão do cálculo da folha, o qual será devidamente assinado para a devida formalização. Referido procedimento foi implementado em 2019.

Revisão das Demonstrações Financeiras

Comentários da Administração:
As demonstrações financeiras são revisadas pelo gerente de controladoria e pelo diretor financeiro. Tais revisões passaram a ser formalizadas para as demonstrações financeiras a partir do 1º trimestre de 2019.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia desenvolveu, além de seu Código de Ética e Conduta, políticas voltadas à inibição, detecção e remediação de qualquer ilícito, como sua Política Anticorrupção aprovada em outubro de 2018. Ainda, disponibilizou um canal de denúncias a cargo de terceiros, onde são registradas denúncias, inclusive em sigilo, visando a coibir qualquer prática ilegal.

O Código de Ética e Conduta é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, quaisquer alterações necessárias serão avaliadas pelo Comitê de Ética, que se reunirá com o fim de deliberar sobre possíveis alterações no Código anualmente.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A Presidência da Companhia com o suporte da área Jurídica da Companhia criou o Comitê de Ética em outubro de 2018, o qual tem o objetivo de analisar e administrar as consequências para atos que afrontem os valores e condutas do Código de Ética e Conduta e se reporta ao Presidente. Ele tem caráter permanente e seus membros são indicados pelo Presidente da Companhia. O Comitê de Ética é constituído por 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes, todos com mandato por tempo determinado. É permitida a reeleição desde que o mandato não ultrapasse o período de 2 (dois) anos. Não há qualquer vedação ao cumprimento de mandatos alternados.

- O Comitê de Ética tem autonomia para administrar as consequências e contará com ajuda da área de Auditoria Interna para apoiar investigações necessárias. As medidas precisam ser aplicadas de forma adequada e razoável dentro da política disciplinar da CIA e no cumprimento da Lei.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta a fim de reforçar os valores éticos que orientam a condução de suas operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Todas as demais diretrizes da Companhia, formalizadas por meio de suas políticas, igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código.

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código deve ser observado pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, pelos colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e toda e qualquer parte que tenha relação comercial ou operacional com a Companhia.

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O Código é apresentado por meio do programa de integração.

O Comitê de Ética, ao deliberar anualmente sobre possíveis alterações no Código, também decidirá a necessidade da realização de novos treinamentos formais de comparecimento obrigatório para atualização dos colaboradores ao conteúdo do Código.

As demais políticas serão objeto de treinamento específico conforme cronograma da área de desenvolvimento e treinamentos da Companhia, o que ocorre anualmente.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As condutas que desrespeitam os valores e comportamentos delineados no Código serão disciplinadas de acordo com a Política de Medida Disciplinar da Companhia, podendo o infrator ser penalizado desde a aplicação de advertência oral até uma possível demissão por justa causa, conforme parâmetros estabelecidos na política.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código foi aprovado pela Presidência da Companhia em 09 de outubro de 2018.

O Código pode ser consultado na seguinte página da internet: www.bbmlogistica.com.br

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- ***Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados***
- ***Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé***
- ***Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias***

A Companhia implementou um portal autônomo de denúncias, ou seja, a cargo de terceiros, disponibilizado no site da Companhia pelo link

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

www.bbmlogistica.com.br ou por meio do disk denúncia – 0800 400 3333 – ou mesmo por meio do Link https://bbm.legaletica.com.br, onde todos, inclusive terceiros, podem:

- Esclarecer dúvidas em relação a quaisquer disposições contidas no Código de ética e conduta da Companhia;
- Ter garantido que as denúncias serão apuradas, e aquelas que tiverem uma base fundamentada serão conduzidas e serão aplicadas as diligências cabíveis no âmbito do Comitê de Ética;
- Ter assegurado o direito ao anonimato das denúncias, mesmo que a denúncia não seja feita de forma anônima. Independentemente do resultado da apuração, a Companhia empreenderá todos os esforços para que não aconteça qualquer forma de retaliação contra o denunciante.

As denúncias reportadas ao Canal de Denúncias são enviadas imediatamente para a área de auditoria interna, que se reporta para o Conselho de Administração.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia, como prática, contrata consultores legais, financeiros e auditores para realizar *due diligence* em todos os potenciais alvos de aquisição, a fim de garantir o mapeamento de riscos e vulnerabilidades.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois o emissor adota regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas à prevenção de fraudes e ilícitos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas em relação ao último exercício social, nos principais riscos que a Companhia esteja exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações relevantes em relação a esta seção do formulário de referência.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	06/03/1996
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	27/02/2019

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Companhia, fundada em 06 de março de 1996 por dois membros da família Battistella, originalmente denominada BBM Serviços e Transportes Ltda., surgiu para o atendimento específico da necessidade de clientes que buscavam serviços logísticos dedicados, que se caracterizam por um contrato de longo prazo, com equipamentos e estrutura de pessoal exclusivos para o atendimento de um determinado cliente.

A prestação desses serviços logísticos dedicados foi o principal filão do negócio da Companhia durante muitos anos, tendo passado por importantes clientes, como Air Products, Air Liquide, Klabin, Braskem, Indústria de Papéis Sudeste, Solenis, CMPC - Celulose Riograndense, entre outros, tendo como principais serviços o transporte criogênico e distribuição de gases do ar para fins industriais e medicinais, carregamento, transporte e apoio ao transporte de toretes de madeira, transporte de produtos químicos embalados e a granel, abastecimento e retirada de material de fornos de carvão e seu transporte, transporte e distribuição de produtos siderúrgicos, coleta de sucatas, entre outros.

Durante seu desenvolvimento, a Companhia trafegou por diversos segmentos do mercado de logística do Brasil e do Mercosul, tendo expandido sua atuação para o segmento de gestão de transportes ("Transportation Management" ou "TM" – referente aos serviços de transporte de carga geral) no ano de 2009.

Além do transporte rodoviário de cargas para o Mercosul, a Companhia atua nos segmentos de carga geral, tanto na modalidade de lotação, quanto na modalidade de transporte fracionado, atendendo à diversos clientes. A consolidação e crescimento da Companhia até 2015 teve importantes fases, como troca do sistema de gestão e utilização de sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*), com módulos de TMS (*Transportation Management System*) e WMS (*Warehouse Management System*) e obtenção e manutenção das certificações de qualidade ISO 9001, ISO 14001 e SASSMAQ.

Em 2015, alinhada com a vontade dos sócios em transformar a empresa em uma plataforma de investimentos e futura abertura de capital, a Companhia altera sua forma de constituição para sociedade anônima e inicia um processo de crescimento e expansão. Ainda em 2015, a Companhia institui o seu Conselho de Administração e passa a se estruturar em unidades de negócios, a fim de possibilitar uma gestão mais focada.

Em 2017, a Companhia recebeu um aporte de capital de um fundo de investimentos, denominado Stratus SCP Coinvestimento I – Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia ("Fundo Stratus"), que atualmente detém 65,60% do capital da Companhia. A partir de 2018, o Conselho de Administração passou a contar com um membro independente.

Pautada em seu plano de crescimento em novos negócios e em fusões e aquisições, no início de 2018, a Companhia adquiriu as empresas Transeich Assessoria e Transportes S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A, da Kuehne Serviços Logísticos Ltda, braço operacional logístico no Brasil da Kuehne + Nagel Internacional AG., empresa global de transporte e logística com sede em Schindellegi, na Suíça.

Com a aquisição da Transeich, a Companhia aumentou a sua participação no segmento de carga geral, segmento antes não tão representativo, que possuía em sua maioria operações dedicadas aos seus clientes. De forma a suportar esse crescimento, a Companhia estruturou sua operação em regiões e aumentou sua estrutura de apoio em áreas como Gerenciamento de Risco e Perdas Operacionais, Gestão de Veículos e Manutenção.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Em fevereiro de 2019, a Companhia obteve o registro de companhia de capital aberto na categoria A da CVM, além da listagem no segmento Bovespa Mais da B3. Para este processo, a Companhia reestruturou também suas áreas administrativas e de controle visando aumentar o nível de governança corporativa. Foram criados novos departamentos, tais como *compliance* e controles internos, além do reforço na estrutura financeira e de controladoria da Companhia e a reestruturação das áreas de Gente e Gestão e Tecnologia da Informação. Em 2019, a Companhia também emitiu sua primeira debênture por meio de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476.

No mesmo ano, adquiriu também 100% do capital social total da Transportes Translovato Ltda., empresa com 40 anos de atuação no setor de transporte de cargas, principalmente no segmento de carga fracionada, atendendo diversas indústrias, tais como o mercado coureiro atacadista, farmacêutico, têxtil, casa e construções, metalúrgico, totalizando mais de 2.700 clientes.

Em dezembro de 2019, foram criados os comitês de fusões e aquisições e de inovação e tecnologia dando maior foco a estas frentes estratégicas da Companhia.

Por fim, 2019 marcou o início do projeto de desenvolvimento de uma nova plataforma tecnológica inovadora pela Companhia, um projeto estratégico que tem como objetivo aumentar a eficiência das operações (com níveis de otimização superiores às plataformas existentes atualmente) e melhorar a experiência dos clientes.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Não aplicável, pois não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia até a data deste Formulário de Referência.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Não existem outras informações relevantes em relação a esta seção do formulário de referência.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Companhia entende que, nos últimos três exercícios sociais, esteve entre os operadores logísticos que mais cresceram no Brasil. Nossa receita líquida de serviços vem apresentando crescimento sustentado, com uma taxa anual de crescimento de 45% entre os anos de 2017 e 2019. Adicionalmente, parte relevante da nossa receita (58% em 31 de dezembro de 2019) possui elevado grau de previsibilidade devido aos contratos de médio e longo prazos celebrados com nossos clientes, com prazos entre 36 e 84 meses.

Prestamos serviços logísticos, com foco no transporte rodoviário de cargas, oferendo uma ampla gama de soluções em todas as etapas da cadeia logística, desde o transporte de insumos para o abastecimento de fábricas, passando pelo transporte de produtos acabados, em carga geral e fracionada, distribuição e a integração com outros modais. Desta forma, nos posicionamos como um *player* único em capacidade de atendimento da cadeia logística, atuando desde a extração de matéria prima (ex.: operações dedicadas florestais) até a entrega do produto acabado ao consumidor final (carga fracionada).

Atingimos um crescimento anual médio de receita bruta de 45,2% no período entre 2017 e 2019. Temos mais de 2 mil clientes, mais de 4.000 veículos, 75 filiais no Brasil e presença em diversos países do Mercosul.

Atuamos em um mercado de R$ 180 bilhões no qual não identificamos nenhum *player* atualmente com 3% ou mais de *market share*, entendemos que a oportunidade de crescimento e consolidação é enorme e acreditamos estar bem posicionados para continuar crescendo de forma acelerada e sustentável, explorando tanto oportunidades de expansão orgânica como de consolidação através de aquisições de empresas complementares e sinérgicas às nossas operações, como fizemos em duas aquisições relevantes concluídas entre 2018 e 2019.

(a) TM - *Transportation Management*

Serviços de transporte rodoviário de cargas, em todas etapas da cadeia logística, nas modalidades de Carga Geral (FTL – *Full Truck Load* – caminhões dedicados para a carga fechada de um único cliente) e Carga Fracionada (LTL – *Less than Truck Load* – compartilhamento de cargas fracionadas nos veículos para atendimento de diversos clientes.

Modelo operacional *asset-light*, pois a maior parte das operações são realizadas com frota terceirizada agregada operando sob nossa gestão, com ciclo de vendas e implantação curto, permitindo crescimento rápido sem necessidade de investimentos relevantes para aquisição de frota.

Nesta unidade de negócios, atendemos todas as etapas da cadeia logística (abastecimento de fábricas, transporte de produtos acabados, distribuição, intermodal e internacional) e diversos setores da economia, tais como: farmacêutico, papel e celulose, indústrias químicas, automobilística, bens de consumo, alimentícia dentre muitos outros.

(b) DCC - *Dedicated Contract Carriage*

Operações customizadas e dedicadas para um único cliente, atendendo necessidades específicas, geralmente em operações complexas que exigem especialização em função do tipo de carga, especificidade dos equipamentos utilizados, necessidades de licenças e *know-how* específico.

Por exemplo, hoje atuamos na colheita e no transporte de toretes de madeira desde a floresta até o abastecimento de fábricas de papel e celulose, realizamos

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

o transporte de gases criogenados e em cilindros, e temos soluções que integram armazenagem e transporte de containers para importação e exportação, dentre outros serviços.

As operações podem ser feitas com frota e equipe próprias ou através da gestão de terceiros e agregados. Os contratos são de longo prazo, com previsibilidade de volumes, regras de rescisão específicas e geralmente com cláusulas de take or pay ou similares.

O processo de venda é técnico e geralmente mais lento do que no caso do TM, pois muitas vezes a operação exige investimentos para compra de ativos, sendo que esses investimentos geralmente podem ser financiados e a depreciação econômica dos ativos ocorre dentro do período do contrato. Os contratos individualmente costumam ter volume e faturamento superiores aos de TM e as operações geram receita recorrente e de longo prazo.

Pontos Fortes

Posição de destaque no setor logístico

A qualidade dos nossos serviços é reconhecida pela alta confiabilidade de nossas operações, estrutura operacional robusta, crescimento relevante e alta taxa de retenção de clientes.

Atualmente, somos um dos maiores operadores de logística rodoviária no Mercosul, contando com mais de 4.000 veículos (entre veículos próprios e terceiros) em operação, 75 filiais e cerca de 10 milhões de toneladas transportadas por ano. Além da operação nacional, contamos com unidades operacionais levando nossos serviços e relacionamentos para Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Acreditamos que nossa posição de liderança seja resultado da qualidade de nossos serviços combinada ao forte foco no cliente de nossa equipe de gestão. Os nossos colaboradores trabalham para prover aos clientes as melhores soluções e melhorar a experiência destes a cada contato conosco. Assim, conseguimos gerar resultados positivos e consistentes tanto para nossos clientes quanto para nossos acionistas.

Modelo de negócios diferenciado combinando DCC e TM

Atuamos de forma equilibrada tanto em DCC como em TM atendendo diversas etapas da cadeia logística e diferentes indústrias. Este modelo de negócio nos permite combinar previsibilidade e recorrência de receitas com alto potencial de crescimento. Além disso, nos permite explorar oportunidades de *cross-selling* e também desenvolver soluções integradas e mais eficientes para nossos clientes o que resulta em fidelização da base de clientes e diversas oportunidades de expansão.

Experiência no desenvolvimento de soluções logísticas eficientes

Acreditamos que nossa posição de liderança está suportada pela nossa abordagem de conhecer profundamente as necessidades dos nossos clientes para a partir daí desenvolver soluções adequadas e eficientes para cada necessidade. A atuação completa, com DCC e TM, em todos os elos da cadeia logística e para diversas indústrias nos dá um conhecimento único do funcionamento das cadeias, alternativas disponíveis e especificidades de cada operação.

Aliado a isso, a execução profissionalizada, atenta aos mínimos detalhes, permite que os clientes se concentrem em seus respectivos *core businesses* e resulta em

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

altos índices de satisfação e baixa rotatividade. Esse *know-how* adquirido ao longo do tempo nos auxilia a desenvolver soluções logísticas diferenciadas, colocando-nos em uma posição de destaque em relação aos outros concorrentes. Desse modo, nossos relacionamentos estão em constante melhoria, gerando uma relação consistente e de longo prazo com os clientes.

Geração de caixa com previsibilidade e recorrência

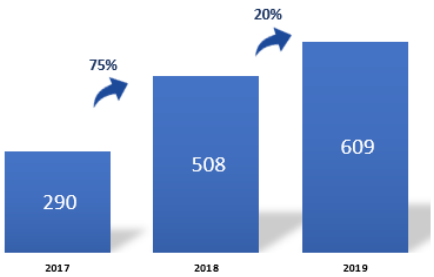
No segmento DCC, contratos de longo prazo (3 a 8 anos), muitas vezes com cláusulas de *take-or-pay* e volumes programados garantem previsibilidade para nossa geração de caixa em um modelo de maior capital intensivo, sem comprometer retornos atrativos sobre o capital empregado. Atendemos a empresas de grande porte e bastante reconhecidas através de soluções de transporte altamente especializadas, principalmente no segmento florestal, químico e gases do ar.

No segmento de TM (Transport Management), embora os prazos dos contratos costumem ser menores do que no DCC e a previsibilidade de volumes e receitas também, a necessidade de investimentos em frota é limitada e o processo de venda e implantação é mais rápido, resultando em um perfil de maior crescimento, escalabilidade e alto nível de recorrência de demanda. Conseguimos manter uma taxa de retenção de clientes acima de 99% nos exercícios sociais de 2018 e 2019.

Sólida performance financeira

Nossas qualidades também são demonstradas no crescimento forte e consistente dos resultados financeiros com alta rentabilidade. Nosso modelo de negócios nos gera uma alta resiliência, mesmo em momentos de recessão econômica. A receita líquida no exercício social encerrado em 2019 foi de R$ 608,88 milhões, representando um crescimento de 19,9% em relação a 2018 (R$ 507,62 milhões) e 75,2% em relação a 2017 (R$ 289,75 milhões). O nosso lucro líquido do exercício totalizou R$ 13,75 milhões, no exercício social de 2019, representando um aumento de 136,3% em relação a 2018 (R$ 5,82 milhões) e um crescimento de 87,3%% em relação a 2017 (R$ 3,11 milhões). Por sua vez, o EBITDA de nossas atividades no exercício social de 2019 foi de R$ 59,86 milhões, que representou um crescimento de 25,9% em relação a 2018 (R$ 47,55 milhões) e 52,5% em relação a 2017 (R$ 31,18 milhões). Esse EBITDA nos deixa com um índice de dívida líquida/EBITDA[1] de 2,61 vezes, dado que nossa dívida líquida ao final de 2019 era de R$ 156,39 milhões.

Receita Líquida:



[1] Dívida Líquida: Valores de Empréstimos e financiamentos mais os valores de debêntures registrados no curto e no longo prazo deduzindo o valor de Caixa e equivalentes de caixa/ EBITDA: Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, ou Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Equipe de gestão de primeira linha com grande expertise

Nosso time de gestão possui profissionais com um grande conhecimento do setor logístico brasileiro e que combinam experiências de diferentes indústrias e negócios.

A gestão profissionalizada, com uma cultura de resultados e excelência operacional e foco no cliente tem alcançado resultados positivos expressivos para a companhia. Este fator foi chave para o sucesso de nossos negócios nos últimos anos, mesmo em um cenário macroeconômico adverso no país e continuará sendo um elemento central na companhia para suportar a continuidade de seu crescimento.

Capacidade de realizar e integrar aquisições

O histórico, com duas aquisições relevantes no período 2018 – 2019, demonstra nossa capacidade de executar e integrar aquisições. Em um setor altamente fragmentado, acreditamos fortemente nesta via de crescimento e entendemos estar muito bem posicionados, como plataforma consolidadora para explorar estas oportunidades.

Nossa Estratégia

Nosso objetivo é manter o crescimento consistente explorando a oportunidade enorme que temos pelo tamanho e fragmentação do mercado em que atuamos.

Queremos explorar nossos diferenciais competitivos aumentando nossa presença nos clientes e nos segmentos de mercado em que atuamos, sempre seguindo nossa abordagem de oferecer as melhores soluções e desenvolver relacionamentos de longo prazo com clientes, baseados na confiança e qualidade de nossas operações.

Para isto, buscaremos também oportunidades de expansão geográfica, de serviços e/ou de indústrias atendidas, sempre de forma estratégica, compondo e reforçando nosso portfólio de soluções e objetivando manter e melhorar nossa rentabilidade, gerando valor para ambos clientes e acionistas.

Continuaremos a perseguir estes objetivos através tanto da expansão orgânica como através de aquisições estratégicas, melhorando nossos serviços com uso intensivo de tecnologia (como temos feito e nos permitiu alcançar um crescimento sustentável relevante mesmo em um período de dificuldade macroeconômica).

Alguns pontos relevantes para execução de nossa estratégia são:

Consolidação - realizar aquisições em nossos segmentos de atuação e em segmentos complementares

O setor de transporte rodoviário no Brasil ainda é muito fragmentado, com companhias de pequeno e médio portes, e com amplas oportunidades para consolidação. Desta forma, monitoramos frequentemente e de forma seletiva, através de nossa área de M&A, oportunidades nos nossos segmentos de atuação e aqueles complementares às nossas atividades. Estamos sempre proativamente buscando oportunidades que apresentem sinergia com o modelo de negócio, a fim de contribuir com o crescimento, capilaridade, rentabilidade, portfólio de produtos e clientes, ganhos de escala e geração de valor aos nossos acionistas. Nosso histórico de aquisições comprova o criterioso processo de avaliação de oportunidades e capacidade de execução de nosso time.

Rede logística - Expandir nossa base de Parceiros BBM

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

O sucesso de nossa Companhia é fruto de uma combinação de fatores que se complementam para fazer a nossa estratégia funcionar. Dentre esses fatores, um dos mais importantes é a base de motoristas agregados, cuja gestão e expansão é feita através do projeto Parceiros BBM. Este projeto faz a atração, treinamento e capacitação desses motoristas para garantir a qualidade do serviço prestado por nós e assim, levar a nossa marca por todo o território nacional. Nós acreditamos que parcerias positivas para ambos os lados resultam em relacionamentos consistentes e duradouros. Intensificaremos o desenvolvimento da profissionalização dos motoristas agregados através de treinamentos, a realização de eventos inclusivos que se estendem aos familiares e principalmente geração de produtividade para garantir a fidelização e continuar expandindo nossa base de agregados para podermos atuar cada vez mais em mais regiões e com maiores volumes.

Expansão orgânica – Aumentar nossa representatividade na base de clientes atual e diversificar a mesma

Temos apresentado um forte crescimento orgânico que, junto com nossas aquisições recentes, nos permitiu ter uma base de clientes diversificada e composta, em grande parte, por multinacionais e clientes de primeira linha.

Entendemos que há diversas oportunidades de aumentar nossa representatividade dentro de nossos clientes atuais e em novos clientes nos segmentos em que já atuamos. Explorando o *know-how* e o portfólio de serviços que já possuímos, vamos explorar oportunidades de *cross selling* e buscar novos clientes.

Também mapeamos constantemente novos mercados potenciais, a fim de identificarmos segmentos que tenham demandas semelhantes às que atendemos, e para desenvolver novas soluções a partir da nossa estrutura operacional e portfólio de serviços diversificado, explorando também sinergias entre soluções e segmentos. Estabelecemos uma área comercial forte que atua de forma estruturada a partir de um planejamento centralizado para atingir e superar nossas metas de crescimento.

Tecnologia - Desenvolvimento de uma nova plataforma tecnológica para otimizar nossas operações

Estamos construindo, em parceria com a maior desenvolvedora de software da América Latina e um grupo de pesquisadores especializados em otimização, uma plataforma tecnológica proprietária e inovadora.

Com esta plataforma, pretendemos transformar a forma de servir nossos clientes, melhorando significativamente sua experiência e desenvolvendo a melhor solução logística possível a partir da análise e otimização de toda a demanda e de todos os recursos disponíveis na rede da BBM (demanda de milhares de clientes e oferta abrangente de veículos) de forma integrada.

A partir de ferramentas de TMS (*Transportation Management System*), DDO (Digitalização da Demanda e da Oferta) e Otimizador, digitalizaremos nossas operações em um ambiente de integração (*market place*) que nos permitirá aumentar significativamente a capacidade de processamento e otimização.

Com isto, buscamos atingir novos níveis de otimização, em comparação às ferramentas existentes, a partir de uma visão integrada e completa da cadeia logística e demandas de nossos clientes e das alternativas disponíveis para atendê-las.

Acreditamos que o futuro da logística está baseado nestes conceitos (visão completa das cadeias, busca por soluções ótimas de forma integrada e uso de tecnologia para

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

atingir níveis mais altos de otimização). Por isso já estamos desenvolvendo esta plataforma, alinhada às tendências e ao futuro do mercado logístico.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Nossas demonstrações financeiras estão segmentadas nas nossas duas grandes áreas de atuação: DCC e TM. Atualmente, os serviços oferecidos pela Companhia incluem:

(a) DCC - *Dedicated Contract Carriage* – Neste segmento atuamos fortemente com frota própria, mão de obra intensiva e com alto grau de treinamento, além de equipamentos diversos a fim de garantir a entrega da necessidade logística de cada cliente, sendo os principais serviços prestados nesse segmento os seguintes:

- Transporte de carga seca na modalidade lotação nacional;
- Transporte de carga química embalada na modalidade lotação nacional;
- Transporte de carga química na modalidade granel nacional;
- Transporte de carga química na modalidade granel criogenado;
- Transporte de toretes de madeira na modalidade granel;
- Carregamento de toretes de madeira;
- Apoio à operações de carregamento e transporte de toretes de madeira;
- Transporte, estufagem e desestufagem de contêineres de carga seca;
- Armazenagem e movimentação de carga seca;
- Cessão de mão de obra.

(b) TM – *Transportation Management* –_Neste segmento atuamos com três formatos de prestação de serviços: com frota e motoristas próprios, com equipamentos agregados (onde há um contrato entre a companhia e o TAC – Transportador Autônomo de Cargas e o semirreboque é de propriedade da Companhia), e também com equipamentos de terceiros, contratados de forma "spot". Os principais serviços prestados no TM são:

- Transporte de carga seca na modalidade lotação nacional e no Mercosul;
- Transporte de carga seca na modalidade fracionada nacional e no Mercosul;
- Transporte de carga química embalada na modalidade lotação nacional e no Mercosul;
- Transporte de carga química na modalidade fracionada nacional e no Mercosul;
- Transporte de carga química na modalidade granel nacional e no Mercosul;
- Transporte de contêineres de carga seca;
- *Milk run* de carga seca;
- *Cross docking* e movimentação de cargas de carga seca.

Sem prejuízo, a Companhia pode ofertar outros serviços que atendam às necessidades logística dos seus clientes, atuais ou novos, desde que estejam dentro do planejamento estratégico da Companhia.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

(em R$ mil)

	Exercício social encerrado em		
	2019	**2018**	**2017**
DCC	351.023	300.527	202.166

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

TM	257.857	207.091	87.584
Total	**608.880**	**507.618**	**289.750**

Receita líquida (%)

	Exercício social encerrado em		
	2019	**2018**	**2017**
DCC	58%	59%	70%
TM	42%	41%	30%
Total	**100%**	**100%**	**100%**

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Não possuímos abertura do lucro líquido por segmento, pois em nosso sistema de apuração de resultados não fazemos alocação do resultado financeiro e imposto de renda por segmento.

A performance dos segmentos é avaliada pelo EBITDA[1].

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2019	**DCC**	**TM**	**Total Segmentos**	**Corporativo**	**Consolidado**
			Em R$ mil		
Receita líquida de vendas	351.023	257.857	608.880	-	608.880
Custo dos serviços prestados	(309.991)	(239.138)	(549.129)	(4.703)	(553.832)
Lucro Bruto	41.032	18.719	59.751	(4.703)	55.048
Despesas administrativas	-	-	-	(30.178)	(30.178)
Despesas de vendas	-	-	-	(2.639)	(2.639)
Perda por redução ao valor recuperável	(151)	(611)	(762)	-	(762)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	381	1.175	1.556	2.416	3.972
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	41.262	19.283	60.545	(35.104)	25.441
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	(21.444)	(21.444)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	9.749	9.749
Lucro líquido do exercício	41.262	19.283	60.545	(46.799)	13.746
(+) Depreciação e amortização	25.144	6.214	31.358	3.056	34.414
(+) Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	21.444	21.444
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	(9.749)	(9.749)

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

EBITDA[1]	66.406	25.497	91.903	(32.048)	59.855

[1] EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization.*): lucro antes das receitas (despesas) financeiras liquidas do imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

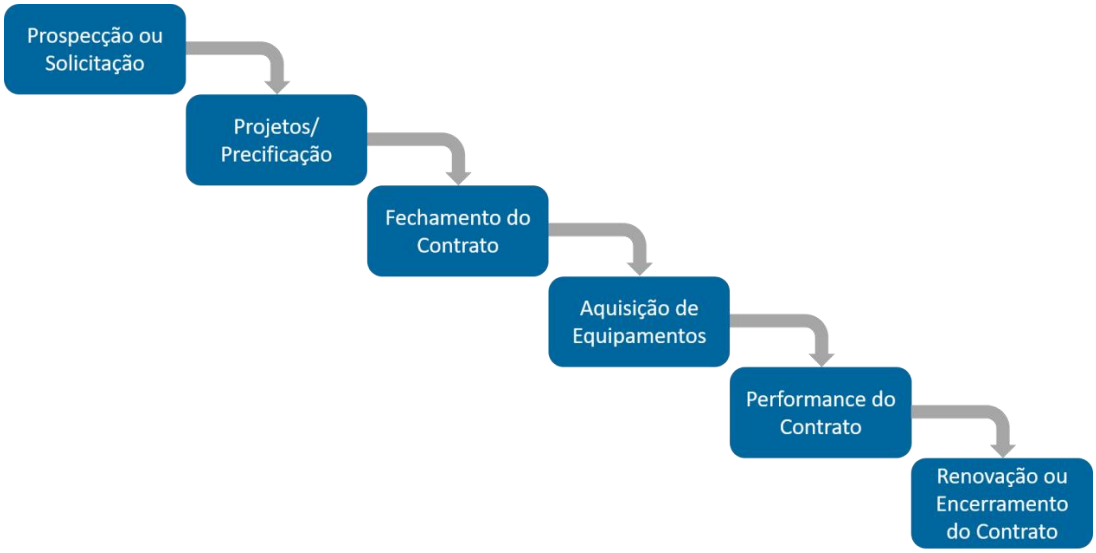
7.3 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características do processo de produção

(a) DCC - *Dedicated Contract Carriage*

O segmento DCC tem foco na prestação de um serviço de logística integrada, visando oferecer soluções customizadas para a necessidade dos clientes. Os equipamentos são compostos por veículos dedicados a cada operação. Em muitos casos há equipamentos específicos como caminhão pipa, caminhão comboio, área de vivência, gruas de carregamento florestais, tanques químicos, carretas florestais, ou seja, buscamos oferecer os melhores equipamentos otimizando a relação custo/benefício para nossos clientes. Neste segmento, é comum a utilização de equipamentos próprios, que podem ser financiados via Finame ou leasing, economicamente depreciados dentro do período contratual, mas em alguns casos também utilizamos frota terceirizada dedicada (principalmente no modelo de agregados). Este segmento tem um fluxo operacional específico e direcionado às características de cada contrato e operação. Dispomos de central de operações e tecnologia de ponta, com acompanhamento via rastreador para controle de tempos, resgate de motoristas e controle de jornada.

O ciclo operacional do DCC apresenta as seguintes fases:



A prospecção ou solicitação inicia-se pelo estudo preliminar das necessidades do projeto, escopo inicial e área de atuação.

Na fase de projetos/precificação é executado um levantamento minucioso dos dados necessários para o correto entendimento das necessidades de cada cotação/projeto, com realização de diversas reuniões, visitas técnicas e análises de viabilidade econômico-financeiras, chegando à determinação do modelo operacional e dos equipamentos que serão utilizados naquele projeto.

No fechamento de contrato são determinadas todas as premissas, com base nos levantamentos do processo anterior, e são elencadas as bases do SLA (*service level agreement*) relativo à performance do contrato, definindo os itens de responsabilidade de cada parte, fornecedor e cliente.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Após o fechamento do contrato com o cliente, e respeitando as definições do projeto, ocorre a aquisição dos equipamentos ou contratação da frota (no caso de terceiros agregados) necessários para a operação definida no contrato/projeto.

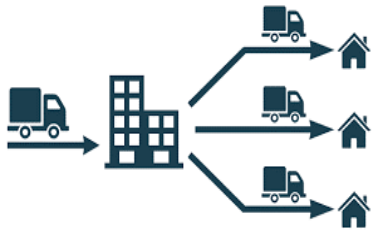
Após o fechamento de todos os itens anteriores, é iniciada a prestação do serviço dentro das condições pré-dispostas no contrato e com as devidas medições, que podem ser, por exemplo em horas, km, tonelagem, volume.

Percorrido o prazo contratual, ocorre nova negociação para balizamento de preços e condições. Possuímos um histórico positivo de renovação de contratos, com contratos sendo renovados periodicamente, inclusive com um caso de mais de 20 anos de contrato.

(b) TM - Transportation Management

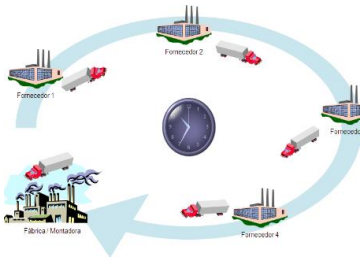
O Segmento de TM consiste no deslocamento por meio do modal rodoviário, de insumos ou produtos acabados, da ponta de fornecimento ao seu destino final, ou seja, o escoamento de produtos de nossos clientes no sistema "ponto a ponto", através da modalidade de carga completa, ou fracionada sendo que cerca de 98% da carga é transportada com terceiros e agregados.

Este modelo, com contratos com os clientes de médio prazo (cerca de 24 a 36 meses), possui um alto nível de terceirização, resultando em uma baixa necessidade de investimento para reposição de ativos e para expansão da operação. Os principais ativos adquiridos são os semirreboques.



Alguns exemplos de serviços específicos que oferecemos no segmento TM são:

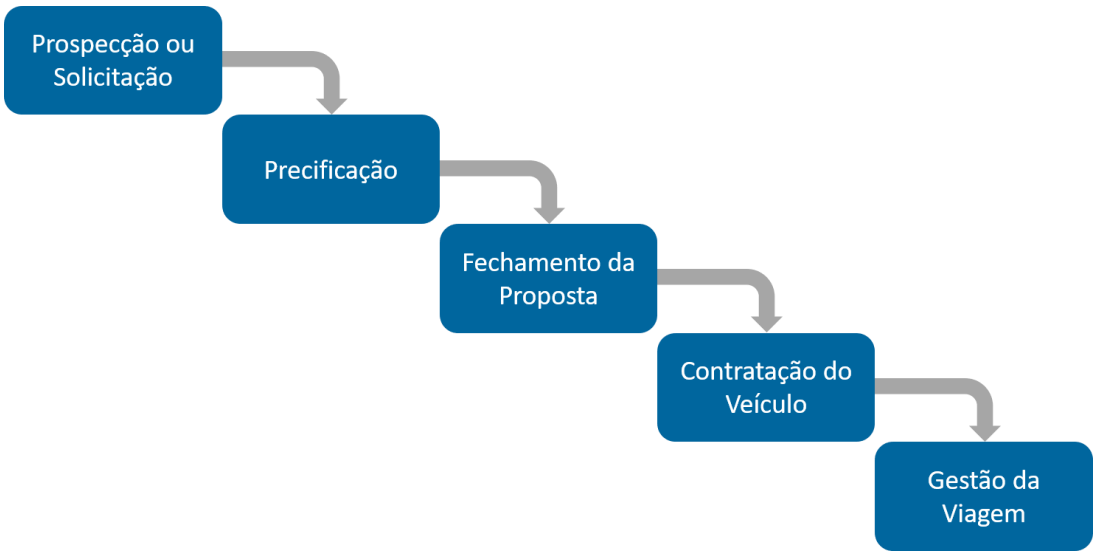
Cross docking (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada, mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega)



Milk Run (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em um ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino, sempre em horários pré-estabelecidos).

O ciclo operacional do TM apresenta as seguintes fases:

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados



A prospecção ou solicitação inicia-se pelo estudo preliminar das necessidades do cliente, contendo origem e destino e detalhamento da mercadoria a ser transportada.

Na fase de precificação é definido o modelo de atendimento (frota, agregado ou terceiro) e a partir do custo é formado o preço de venda, que deve observar as determinações mínimas de margens/rentabilidade definidas pela diretoria.
Estando as partes de acordo com as premissas e valores, ocorre o fechamento do contrato.

Após a definição do modelo operacional parte-se ao mercado para fazer a contratação do(s) veículo(s) que fará(ao) a(s) viagem(s).

Durante a prestação dos serviços, nossa central de operações faz o acompanhamento das viagens ponto a ponto com o controle de tempos e condições de tráfego, gerando informações seguras tanto aos motoristas quanto aos clientes, 24 horas por dia.

Atualmente, considerando os dois segmentos, contamos com mais de 4.000 equipamentos e veículos próprios, 75 filiais, sendo 31 armazéns, 7 representantes comerciais no Mercosul e mais de 3.951 funcionários, além de mais de 10.000 carreteiros autônomos em nossa base de dados cadastral.

b. características do processo de distribuição

Por se tratar de prestação de serviços, todas as características da sua operacionalização estão informadas no item a. acima.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Por ser um setor muito pulverizado, e com muitos segmentos, e pelo fato da Companhia atuar em diversos segmentos, não é possível definir a participação exata da Companhia em seus mercados de atuação. No entanto a Companhia entende que é uma das maiores empresas brasileiras com atuação no segmento DCC, apresentando faturamento na ordem de R$406,5 milhões no ano de 2019, com

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

destaque no mercado florestal, possuindo mais de 607 equipamentos disponíveis para atuação em tal área.

O segmento de TM é bastante pulverizado, porém a Companhia, a partir da aquisição da Translovato, entende estar entre as maiores empresas do segmento no Brasil com receita líquida (*pro forma* 2019, incluindo Translovato) de R$ 326 milhões no segmento TM, com mais de 893 equipamentos (entre frota própria e terceirizada) disponíveis para atuação em tal área.

ii. condições de competição nos mercados

O mercado de logística é um mercado muito competitivo, principalmente no segmento TM, onde são mais de cento e cinquenta mil empresas transportadoras de carga (ETC) no Brasil e há ainda mais de 550 mil transportadores autônomos de carga (TAC), de acordo com dados da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. É um mercado com alta sensibilidade a preço, porém com foco nos grandes clientes na qualidade do serviço. Dessa forma, a garantia do nível de serviço é fundamental para a manutenção de clientes no longo prazo e rentabilidade das operações, além de ser um diferencial competitivo importante.

O crescimento da Companhia entre 2017 e 2019 foi superior às estimativas de fechamento do PIB do setor de transportes (-0,1%) e de fechamento do PIB geral (1,2%), de acordo com o relatório de dezembro de 2019, do Banco Central. Registramos uma taxa de crescimento de 45,2% em receita bruta entre 2017 e 2019.

No segmento DCC a competição costuma ser menor e com empresas especializadas em DCC e/ou em setores específicos de DCC, pelo fato de ser um segmento que exige empresas com capacidade de investimentos altos para aquisição de equipamentos e conhecimento técnico específico de cada setor. No entanto, é bastante competitivo em relação à atração de mão de obra qualificada, uma vez que os processos e as tecnologias utilizados se atualizam constantemente e é necessária a atualização e qualificação constante da mão de obra, através de treinamento por exemplo, para o desenvolvimento de atividades dentro do DCC. Neste segmento, os principais competidores são a Ritmo Logística S/A para os clientes da indústria e a JSL S/A no setor florestal.

No segmento do TM onde a especialização de mão de obra é menor frente ao segmento DCC, a quantidade de empresas competidoras é sensivelmente maior. Temos como principais concorrentes a Ritmo Logística S/A, Solística S/A, Braspress Transportes e TNT Mercúrio Cargas e Encomendas expressas S/A, sendo os dois últimos dedicados principalmente a cargas fracionadas.

Em geral, nossa visão é de que, apesar da enorme quantidade de empresas no mercado logístico, há poucos players estruturados com alto nível de governança e profissionalização. Esta característica, somada ao tamanho relevante do mercado, representa uma oportunidade enorme, em nossa visão, para as empresas melhor estruturadas, como nós, e com capacidade de investir na qualidade das operações e em tecnologia e de atrair e reter profissionais qualificados.

d. eventual sazonalidade

A Companhia apresenta sazonalidade em sua receita, principalmente no segmento TM, o qual tem na segunda metade do ano seu período mais aquecido, seguindo a típica tendência de alguns setores que atendemos. Já o 1° trimestre, em termos de receita, geralmente representa o menor no ano, justificado principalmente por férias coletivas de outros setores da economia, como por exemplo, o automobilístico. Ocorre queda nos volumes de transporte nos meses de férias, como dezembro,

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

janeiro e fevereiro, e em meses com menos dias úteis ou com muitos feriados. O resultado de janeiro, por exemplo, pode ser até 20% inferior a um mês de faturamento normal.

Como o segmento DCC está fundamentado em contratos de médio e longo prazo que possuem clausulas de produção e produtividade, o mesmo sofre menor impacto de sazonalidade de mercado, ficando exposto a volatilidade da operação do cliente, porém em muitos casos tal volatilidade é compensada pela remuneração *take or pay*, que prevê pagamentos pela disponibilidade no atendimento, independentemente da produtividade.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia possui diversos fornecedores, especialmente tendo em vista sua atuação em uma grande área geográfica (Brasil e Mercosul), podendo ser elencados como principais segmentos os fornecedores de:

- Equipamentos tratores (cavalos mecânicos e caminhões);
- Equipamentos de transporte, caixas de carga (semirreboques, reboques e carrocerias);
- Equipamentos de carregamento e apoio (escavadeiras hidráulicas e tratores);
- Combustíveis (diesel S500, diesel S10 e arla);
- Peças e mão de obra de manutenção;
- Pneus e recapeamento de pneus;
- Sistemas de controle;
- Sistemas de rastreamento, monitoramento e telemetria;
- Equipamentos eletrônicos, de informática e celulares.

As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Há dependência pequena da quantidade de fornecedores nos equipamentos de transporte, mais especificamente para aquisição no mercado de semirreboques. No entanto, a Companhia entende que possui outras alternativas para suprir essa falta, como a locação de veículos ou, ainda, realização de reformas que deem maior vida útil aos seus equipamentos, de modo que os riscos de abastecimento relacionados à falta de alguns fornecedores ficam mitigados.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A volatilidade dos preços de frete é vinculada a demanda nos casos dos transportes de carga geral e fracionado (segmento TM) e principalmente em rotas onde não há carga de retorno. Os preços também apresentam volatilidade em função da variação dos preços dos combustíveis.

Nosso principal combustível é o diesel, atrelado à cotação do petróleo, o que, portanto, o torna suscetível a variações no seu preço.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Em 2019, três clientes foram responsáveis por 50% da receita líquida da Companhia.

	Montante da receita (em R$ milhões)	% da receita líquida
CMPC Celulose Riograndense Ltda	146,77	24,1%
Klabin S.A.	87,21	14,3%
Braskem S.A.	70,56	11,6%
Total	**304,54**	**50,0%**

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os três maiores clientes da Companhia são do segmento DCC.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Para o exercício de suas atividades, conforme descritas no objeto social do seu Estatuto, a Companhia mantém um relacionamento com diversos órgãos da administração pública, tais como:

Ministério da Infraestrutura

O Ministério da Infraestrutura é o órgão responsável pelo assessoramento do Presidente da República na execução e formulação e da política de transporte do país. Ele tem suas competências definidas na lei n° 13.844, de 18 de junho de 2019, lei esta, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Direta Federal.

Dentre as atribuições do Ministério da Infraestrutura, há competências que impactam diretamente a atividade da Companhia, como a formulação da política nacional de transporte rodoviário de cargas e o planejamento estratégico das prioridades para investimento em transportes.

ANTT

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT é uma autarquia criada pela Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, integrante da Administração Pública Federal Indireta, responsável pela regulação e fiscalização dos transportes terrestres no Brasil, vinculada ao Ministério da Infraestrutura e submetida ao regime autárquico especial, caracterizado pela independência administrativa, autonomia financeira e funcional e mandato fixo de seus dirigentes.

Além de ser o ente competente para realizar a fiscalização e regulação do transporte rodoviário de cargas, ainda lhe compete a implementação das políticas formuladas pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT e pelo Ministério da Infraestrutura.

CONTRAN

O Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) é o órgão máximo normativo, consultivo e coordenador da política nacional de trânsito, competente pelo Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e responsável pela regulamentação do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Foi criado pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Polícia Rodoviária Federal

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma instituição policial ostensiva de atuação de âmbito nacional, subordinada ao Ministério da Segurança Pública, cuja principal função é garantir a segurança com cidadania nas rodovias federais e em áreas de interesse da União. Assim, combate as mais variadas formas de crimes nas rodovias e estradas federais do Brasil e também monitora e fiscaliza o trânsito de veículos, bens e pessoas.

Suas competências são definidas pela Constituição Federal, no artigo 144, pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

e pelo seu regimento interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Carga (RNTR-C)

A Lei n° 10.233 de 5 de junho de 2001 dispõe que o exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas, por conta de terceiros e mediante remuneração, depende de inscrição do transportador no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTR-C.

A regulamentação infralegal referente ao RNTR-C está contida, atualmente na Resolução da ANTT nº 4.799 de 27 de julho de 2015, conforme alterada.

O não cumprimento das disposições da Resolução ANTT 4.799/15 acarreta aplicação de multa administrativa, suspensão ou cancelamento e não impede a aplicação das penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

A Companhia está devidamente registrada no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) como Empresa de Transporte de Cargas (ETC), com registro válido até 04 de fevereiro de 2021. O propósito do RNTR-C é permitir que a ANTT controle dados relativos aos operadores que atuam no mercado de transporte rodoviário de cargas.

Transporte Rodoviário de Cargas

O transporte rodoviário de cargas é de livre concorrência. Aplicam-se, porém, algumas exigências dos órgãos reguladores, incluindo, sem se restringir, aqueles mencionados acima, como o registro RNTR-C, e disposições de legislação infraconstitucional, como a lei nº 11.442 de 05 e janeiro de 2007, que dispõe sobre a contratação do transportador de carga, caracterizando ou como transportador autônomo de carga - TAC - ou como empresa de transporte de carga - ETC – e relacionando, ainda, os transportadores autônomos como independentes ou agregados, sendo que estes prestam serviço a uma ETC sob condições específicas, sem desconfigurar a relação comercial entre eles.

Para o transporte internacional, o Brasil aderiu ao Acordo sobre Transportes Internacional Terrestre - ATIT, envolvendo Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguaia, Peru e Uruguai. Ainda, se exige permissão da ANTT para circularização de veículos em viagens internacionais. Todas essas disposições são atendidas pela Companhia.

Para o Transporte de Madeira, o CONTRAN publicou regulamentação específica para o exercício do transporte de toras, como a resolução 196 e 246 de 25 de julho de 2006 e 27 de junho de 2007 respectivamente, bem como pela Deliberação nº 56 de 13 de fevereiro de 2007.

Em caso de descumprimento às exigências do CONTRAN, o infrator estará sujeito às penalidades estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Para o Transporte de Produtos Perigosos, existe uma regulamentação extensa e detalhada, gerando diversas obrigações para o transportador, em sua maioria emitidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, como a Resolução nº 237/1997, bem como a Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011, a qual disciplina as competências para licenciamento ambiental e fiscalização de atividades potencialmente impactantes ao meio ambiente.

Além da regulamentação ambiental, há outros órgãos que atuam no processo de regularização do transporte de produtos perigosos, como o CONTRAN e o DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito, que regulamentam o treinamento dos condutores de

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

tais veículos, a própria ANTT por meio da Resolução ANTT Nº 5.848, de 25 de junho de 2019, a Polícia Rodoviária Federal, que regula e fiscaliza os produtos perigosos, e órgãos ambientais, seja o IBAMA ou outros órgãos estaduais e/ou municipais.

O infrator das regulamentações ambientais está sujeito a penalidades por descumprimento de tais normas, entre as quais multas de até R$ 50.000.000,00 e perda do registro de transportador.

Dentro dos produtos considerados perigosos, há uma subcategoria importante: a de produtos controlados. Os produtos perigosos são substâncias ou artigos que apresentam risco para a saúde das pessoas, para a segurança pública ou para o meio ambiente. Os produtos controlados, por outro lado, podem ser qualquer produto perigoso que esteja enquadrado nas legislações, sendo controlados pelos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Civil, Exército, IBAMA, Vigilância Sanitária e demais órgãos ambientais.

Para o transporte de produtos sujeitos à vigilância sanitária, a Companhia precisa atender os preceitos delineados na Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre as normas de vigilância sanitária para medicamentos, cosméticos, saneantes, produtos correlatos e outros.

A atividade de transporte de produtos controlados pela vigilância sanitária está sujeita à Licença de Funcionamento, que pode ser obtida perante o órgão de Vigilância Sanitária no âmbito municipal, e à publicação de Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE – pela ANVISA.

O infrator está passível das penalidades previstas na legislação específica – Lei nº 6.437 de 20 de agosto de 1977 - em caso de ausência da Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária.

Atualmente, a Companhia está regularmente licenciada para operar de acordo com as regras específicas dos respectivos órgãos reguladores, para cada modalidade de produto que carrega. Adicionalmente, o histórico de relacionamento da Companhia com os entes da administração pública com os quais possui algum tipo de relação é positivo.

Por fim, a Companhia esclarece que está regularmente licenciada para operar tanto no transporte e armazenagem de produtos perigosos e controlados, quanto no transporte internacional.

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia não possui uma política ambiental específica, porém adota critérios rigorosos para, em razão de seus rígidos limites de *compliance* e consciência de sua responsabilidade social, não descumprir qualquer legislação ambiental, bem como em manter atualizadas todas as suas licenças ambientais.

A Companhia atende a toda a legislação ambiental que lhe é aplicável. Descrevemos abaixo as principais delas:

- Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – Número 6.938 de 17/01/1981;
- Lei 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Lei 10357/01 - Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, pela Polícia Federal;

- Lei 11.445/2007 - Estabelece a Política Nacional de Saneamento Básico;
- Lei 9.433/1997- Lei de Recursos Hídricos;
- Lei 9611/98 – Trata sobre Transporte de carga;
- Resolução 420/09 CONAMA - Estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por substâncias químicas em decorrência de atividades antrópicas;
- Instrução Normativa 6/14 - Regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – RAPP;
- Decreto 99280/90 - Promulga a Convenção de Viena sobre a Proteção da Camada de Ozônio e o Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a Camada de Ozônio;
- Decreto 9571/18 - Estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos, para médias e grandes empresas, incluídas as empresas multinacionais com atividades no País;
- Lei 11520/00; Lei 1319/08; Resolução 56/10; Resolução 56/19; Resolução 68/19; Portaria 212/19; Decreto 8468/76 – Tratam sobre Licenciamento Ambiental;
- Resolução 436/11, Decisão Normativa 10/10 e Resolução 16/14 – Tratam sobre Poluição do ar; Ar-Emissões Atmosféricas;
- Portaria 212/19 – Trata sobre Inventário de resíduos; e
- Resolução 5232/16 - Transporte de produtos perigosos.

Normas Brasileiras Regulamentadoras:

- NBR 10004:2004 - resíduos sólidos – classificação;
- NBR 13221:2017 - transporte terrestre de resíduos;
- NBR 14095:2008 - transporte rodoviário de produtos perigoso - área de estacionamento para Veículos - requisito de segurança;
- NBR 14725-3:2017 - produtos químicos - informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - parte 3 -rotulagem;
- NBR 15480:2018 - transporte rodoviário de produtos perigosos - programa de gerenciamento de riscos e plano de ação de emergência;
- NBR 15481:2017 - transporte rodoviário de produtos perigosos - requisitos mínimos de segurança;
- NBR 16173:2013 - transporte terrestre de produtos perigosos - carregamento, descarregamento e transbordo a granel e embalados – capacitação;
- NBR 7500:2018 - identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos;

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A Companhia não é dependente de nenhuma marca para o desenvolvimento das suas atividades. O registro da marca BBM Logística, a qual não é relevante para as atividades da Companhia atualmente, foi solicitado, mas está pendente de decisão final por parte do INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A maior parte da nossa receita total é proveniente do Brasil. Nos últimos três exercícios sociais, nossa receita total proveniente das operações no Brasil totalizou R$ 285.764 mil em 2017 e R$ 497.389 mil em 2018 e R$ 595.867 mil em 2019, o que representou da nossa receita líquida total consolidada nos mesmos períodos, respectivamente, 98,6%, 98% e 97,9%.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que, embora tenhamos operação na Argentina, Chile e Uruguai, não possuímos receitas relevantes provenientes de países estrangeiros.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que, embora tenhamos operação na Argentina, Chile e Uruguai, não possuímos receitas relevantes provenientes de países estrangeiros.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

O serviço de transporte internacional respeita a regulamentação específica para atividade, conforme já explanado no item 7.5 deste Formulário de Referência, entretanto esta atividade representa apenas cerca de 8,52% da demanda da Companhia e, portanto, não apresenta risco de impacto relevante aos negócios da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

a) Se o emissor divulga informações socioambientais

Atualmente não publicamos relatório de sustentabilidade ou similar, contudo, identificamos e mensuramos alguns impactos positivos e negativos de sustentabilidade. Além disso, não possuímos política socioambiental específica, considerando que nossos riscos relacionados a questões ambientais são baixos. Não obstante, utilizamos outros mecanismos de mitigação desses riscos, como a obtenção de certificações em normas de qualidade.

Nesse sentido, somos certificados na norma ISO 14001 e nos embasamos na norma para identificar, priorizar e gerenciar os riscos ambientais como parte de nossas práticas usuais. Desta forma, garantimos que somos comprometidos com a prevenção da poluição e com melhorias contínuas, como parte do ciclo normal de gestão empresarial.

Nossa empresa incorpora além de questões estratégicas, a preocupação com a cadeia de valor, ciclo de vida, entre outras mudanças. Temos como política do sistema de gestão integrado: "Desenvolver soluções logísticas de forma sustentável, atender às expectativas das partes interessadas e os requisitos aplicáveis, buscar a prevenção da poluição e a redução do consumo de recursos naturais, garantir a segurança das operações e promover a melhoria contínua do SGI."

Os aspectos socioambientais de nossa Companhia são auditados constantemente por auditores internos e órgãos certificadores, conforme plano anual de auditorias, e também por clientes.

A Translovato participa dos projetos Brasileirinhos e Novos Olhares, projetos de incentivo ao esporte e cultura vinculados a incentivos fiscais de ICMS. Além desses, a Companhia não possui outros patrocínios ou incentivos culturais.

b) Metodologia seguida na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, uma vez que não divulgamos informações socioambientais.

c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, uma vez que não divulgamos informações socioambientais.

d) Página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, uma vez que não divulgamos informações socioambientais.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Não aplicável, considerando que não existem outras informações relevantes a serem fornecidas neste item.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Não há informações sobre aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Não houve alterações que a Companhia julgue significativas na forma de condução de seus negócios nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados a suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não existem outras informações relevantes em relação a esta seção do formulário de referência.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

Todas as informações acerca dos bens do ativo não-circulante relevantes estão descritas nas letras "a", "b" e "c" deste item 9.1.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Escritório	Brasil	RS	Capão do Leão	Alugada
Sede	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Cachoeirinha	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Uruguaiana	Própria
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Rio Grande	Alugada
Escritório	Brasil	RS	Butiá	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Bauru	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	ES	Serra	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	MG	Pouso Alegre	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	RS	Santa Maria	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
Máquinas e Equipamentos e Veículos Leves	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Arrendada
Máquinas e Equipamentos e Veículos Leves	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Própria
Escritório	Brasil	PR	Telêmaco Borba	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Sumaré	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SC	Gaspar	Alugada
Escritório	Brasil	SP	Mogi das Cruzes	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SP	Paulínia	Alugada
Escritório/Armazém	Brasil	SC	Palhoça	Alugada

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio www.bbmlogistica.com.br	07/08/2024	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Domínio www.bbmlogistica.com.ar	Não disponível	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Marcas	Marca Translovato	11/12/2029	Os eventos que podem causar a perda dos direitos sobre marcas são: (a) expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas oficiais para renovação; (b) renúncia total ou parcial do direito por parte de seu titular; (c) caducidade ou declaração de nulidade do registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro da grande maioria de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e que eventualmente obtenham êxito.	Os direitos sobre as marcas são concedidos com base no registro e não no uso, portanto, uma eventual perda dos direitos sobre as marcas da Companhia acarretaria o fim do direito de uso exclusivo das marcas em questão em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas, bem como estaria impossibilitada de receber royalties decorrentes de contratos de cessão ou licença de uso das marcas e não poderia incluir o valor relativo às marcas como um ativo em seu capital social. Ainda, uma vez que a Companhia não comprove ser legítima titular das marcas, haveria a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de propriedade intelectual e violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	Domínio www.translovato.com.br	24/06/2023	No âmbito administrativo, a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Transeich Armazéns gerais S.A	94.234.556/0001-96	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Tem como atividade preponderante o armazém geral.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)
				Valor mercado		
31/12/2019	2347,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	2.347,00
31/12/2018	2347,000000	0,000000	0,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Esta aquisição permitirá a Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da região de atuação e a otimização de rotas atendidas .
Também espera reduzir seus custos por meio de economias de escala

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Transeich Assessoria e Transportes S/A	88.246.251/0001-00	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Tem como atividade preponderante a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, transporte intermodal, transporte de produtos químicos e gases do ar e transporte internacional, em veículos próprios ou deterceiros.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)
				Valor mercado		
31/12/2019	50,191000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	50.191,00
31/12/2018	50,191000	0,000000	0,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Transeich Assessoria e Transportes S/A	88.246.251/0001-00	-	Controlada	Brasil	RS	Caxias do Sul	Tem como atividade principal o transporte rodoviário de carga (exceto produtos perigosos e mudanças) intermunicipal, interestadual e internacional	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2019	62518,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	62.518.000,00
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Esta aquisição permitirá à Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da região de atuação e a otimização de rotas atendidas.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

A Companhia esclarece que suas Máquinas, Equipamentos e Veículos Leves foram descritos em conjunto no item 9.1.b por não representarem relevância quando considerados individualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As avaliações e opiniões constantes neste capítulo tratam-se da visão e da percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades e desempenho dos negócios. Os valores constantes neste capítulo foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas referente aos exercícios sociais encerrados em 2019, 2018 e 2017, além de outros dados operacionais da Companhia.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

(R$ milhares)	2019	2018	2017	19 x 18	18 x 17	CAGR 19x17[3]
Receita Líquida de Vendas	**608.880**	**507.618**	**289.750**	**19,9%**	**75,2%**	**45,0%**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	73.791	13.125	26.131	462,2%	-49,8%	68,0%
Lucro Líquido	**13.746**	**5.817**	**3.105**	**136,3%**	**87,3%**	**110,4%**
EBITDA [1]	**59.855**	**47.552**	**31.182**	**25,9%**	**52,5%**	**38,5%**
Caixa e equivalentes de caixa	62.472	18.731	45.302	233,5%	-58,7%	17,4%
Dívida Bruta	218.864	127.335	83.342	71,9%	52,8%	62,1%
Dívida Líquida [3]	**156.392**	**108.604**	**38.040**	**44,0%**	**185,5%**	**102,8%**
Dívida Líquida/EBITDA	2,61	2,28	1,22	-	-	-

[3] - O CAGR é a sigla de Compound Annual Growth Rate ou Taxa Anual de Crescimento Composto. Esse índice é calculado dividindo a Receita Líquida do ano de 2019 dividido pela receita líquida de 2017 elevado a 1/ 2, menos 1.

Receita Operacional Líquida:

Em 2019, a Companhia teve mais um ano de crescimento na receita líquida de vendas, com um aumento de 19,9% em comparação com o ano anterior. Os R$ 608,88 milhões são reflexo de novos contratos nas operações do TM e Florestal no DCC. Devemos considerar também, a receita de 20 dias da nova empresa do grupo, a Transportes Translovato Ltda.

No ano de 2018, a Companhia apresentou uma receita líquida total de R$ 507,62 milhões, representando uma taxa de crescimento de 75% em relação a 2017.

O CAGR *(Compound Annual Growth Rate ou Taxa Composta Anual de Crescimento)*, desde 2017 é de 45%[1].

Caixa gerado pelas atividades operacionais:

No ano de 2019, o Caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia chega aos R$ 73,79 milhões, representando um aumento de 462,2%, devido à recuperação de

[1] O CAGR é a sigla de *Compound Annual Growth Rate* ou Taxa Anual de Crescimento Composto. Esse índice é calculado dividindo a Receita Líquida do ano de 2019 dividido pela receita líquida de 2017 elevado a 1/2, menos 1.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

clientes de anos anteriores, redução do prazo médio de recebimento dos clientes e renegociação juntos aos fornecedores para alongamento do prazo de pagamento.

Em 2018, o Caixa gerado pelas atividades operacionais foi positivo em R$ 13,13 milhões, 49,8% menor que 2017, em função da maior necessidade de capital de giro gerada pelo forte crescimento de Receita Bruta no segmento TM, onde por sua natureza o prazo de recebimento é elevado e com prazos curtos de pagamento.

Lucro Líquido:

O lucro líquido em 2019 foi de R$ 13,75 milhões, 136,3% maior que o ano anterior, impactado por uma melhora no resultado das operações da Companhia e pela constituição de Impostos Diferidos Ativos sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL de anos anteriores.

Em 2018, o lucro líquido aumentou 87,3% frente ao ano anterior principalmente em função do crescimento no EBITDA, adicionado da redução do custo financeiro em função da renovação das dívidas.

EBITDA: *(Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, ou Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)*

O EBITDA em 2019 cresceu 25,9%, saindo de R$ 47,55 milhões em 2018 e encerrando ano de 2019 com R$ 59,86 milhões. O crescimento alcançado tanto no segmento DCC quando no segmento TM nos possibilitaram diluir o aumento da estrutura corporativa realizado para suportar os planos de crescimento da Companhia.

Em 2018 o EBITDA apresentou crescimento sobre 2017, chegando aos R$ 47,55 milhões, 52,5% maior que no ano anterior. Este crescimento teve como principais impactos os volumes oriundos da Transeich, as novas operações dedicadas de gases do ar e químicos e o crescimento nas operações de TM.

Dívida Bruta:

A dívida bruta da Companhia de R$ 218,86 milhões em 2019 aumentou 71,9% em relação à dívida bruta de 2018, em função do aumento da necessidade de capital de giro decorrente do crescimento de receita, além da necessidade de financiamento para os investimentos no ativo imobilizado, com as renovações de frota e novos projetos dedicados. A dívida bruta de R$ 127,34 milhões em 2018 aumentou 52,8% em relação ao valor de 2017, devido aos mesmos motivos.

Dívida Líquida/EBITDA: *(Valores de Empréstimos e financiamentos mais os valores de debêntures registrados no curto e no longo prazo deduzindo o valor de Caixa e equivalentes de caixa dividido pelo EBITDA)*

A relação em 2019, foi de 2,61x, após renovarmos os contratos de empréstimos, substituindo os empréstimos mais caros. Mesmo com o aumento do endividamento, estamos abaixo dos *covenants*, considerando apenas 20 dias de resultado da Translovato a partir de sua aquisição em 11 de dezembro de 2019. Para efeito dos *covenants* de dívidas, deve-se considerar o EBITDA de 12 meses da Translovato, o que resulta em um índice de 1,27x.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2018, a Companhia atingiu o patamar de 2,28x, mantendo-se significativamente abaixo dos *covenants* de dívida que definem um teto de 3,5x. Em 2017, a mesma relação foi de 1,22x, fortemente impactada pelo aporte de capital no valor de R$ 60 milhões visando a aquisição da Transeich que ocorreu em 2018.

Indicador de Liquidez:

Indicador	2019	2018	2017
Liquidez Corrente (1)	1,09	1,31	1,25
Caixa gerado pelas atividades operacionais / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	0,14	0,06	0,18

¹Ativo Circulante/Passivo Circulante

Índice de liquidez corrente:

Utilizado para avaliar a capacidade de pagamentos da empresa frente a suas obrigações, o índice de liquidez corrente em 2019 fechou em 1,09, – abaixo quando comparado ao ano anterior.

Em 2018, apresentou melhora frente a 2017 fechando em 1,31.

Caixa gerado pelas atividades operacionais/Passivo Total:

Em 2019, a relação de caixa gerado pelas atividades operacionais dividido pelo passivo circulante mais passivo não circulante se recupera, melhorando de 0,06 em 2018 para 0,14 em 2019.

Em 2018, esse índice sofre o impacto do aumento da Necessidade de Capital de Giro devido ao forte crescimento de receita bruta principalmente no TM, segmento que pela natureza do negócio possui prazos de recebimento superiores e de pagamento inferiores aos das operações Dedicadas.

Investimentos em Ativos Imobilizados:

A Companhia continua a investir na aquisição de veículos de forma a suportar as novas operações do segmento de operações dedicadas além de suportar o seu crescimento orgânico. Em 2019, foram investidos R$ 87,9 milhões em veículos para a renovação de frota nas operações florestais da Companhia de Butiá (RS) e Capão Leão (RS), em semirreboques, dando continuidade aos projetos agregados, e em uma nova plataforma digital.

Em 2018, foram investidos R$ 40,5 milhões em aquisições de veículos pesados, grande parte para renovação da frota da Operação Florestal em Telêmaco Borba, enquanto em 2017 foram investidos R$ 17 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tabela Conciliação Ativo Imobilizado

	2019	2018	2017
Saldo inicial	**121.343**	**111.056**	**117.437**
(-) Baixa de Ativos	(22.422)	(20.443)	(10.100)
(+) Baixa depreciação	13.585	10.431	5.992
(-) Depreciação	(24.385)	(21.983)	(19.245)
(+) Aquisições	**141.562**	**42.282**	**16.972**
Bens incorporados de controlada	55.724	763	0
Veículos/Equipamentos	83.109	38.352	15.233
Outros/Em andamento	2.728	3.167	1.739
Saldo Final	**229.683**	**121.343**	**111.056**

b. Estrutura de capital

Estrutura de Capital

(R$ milhares)	**2019**	**2018**	**2017**
Patrimônio Líquido (a)	120.751	99.488	68.237
Passivo Circulante + Não Circulante (b)	543.365	212.831	146.158
Ativo Total (c)	664.116	312.319	214.395
% Capital Próprio (a)/(c)	18,2%	31,9%	31,8%
% Capital de Terceiros (b)/(c)	81,8%	68,1%	68,2%

Estrutura de Capital:

A posição da estrutura de capital em 31 de dezembro 2019 da Companhia foi de 18,2% de Capital Próprio e 81,8% de Capital de Terceiros. Em 2018, essa proporção era de 31,9% e 68,1% respectivamente, índice similar ao ano de 2017.

Em 2019, o impacto no capital de terceiros se deve as captações para reforço de capital de giro, investimentos em ativo imobilizado e para o pagamento da parcela inicial da aquisição da Translovato. Em relação ao capital próprio, houve um aumento de capital de R$ 10 milhões, além do aumento na reserva de lucros (R$11,2 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2018, a Companhia recebeu novos recursos provenientes do aporte de acionistas no valor de R$ 15 milhões, além da obtenção de R$ 38 milhões em novos empréstimos com o objetivo de pré-pagar dívidas com custos mais elevados e suprir a necessidade de capital de giro.

A diretoria entende que a Companhia se encontra em nível aceitável de alavancagem em 31 de dezembro de 2019, visto que os investimentos em ativos os quais a empresa tem demandado possuem mercado secundário líquido.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia vem apresentando evolução positiva nos indicadores de endividamento demonstrando maior capacidade de pagamento frente aos compromissos financeiros e operacionais.

Índice de endividamento (Dívida líquida / EBITDA):

O índice de endividamento de dívida líquida pelo EBITDA *(Valores de Empréstimos e financiamentos mais os valores de debêntures registrados no curto e no longo prazo deduzindo o valor de Caixa e equivalentes de caixa dividido pelo EBITDA),* aumentou de 2,28x em 2018 para 2,61x em 2019 em função da contratação de empréstimos para fazer frente ao aumento da necessidade de capital de giro, ao investimento em ativo imobilizado e à aquisição da Translovato.

O índice de endividamento foi de 1,22x em 2017 devido ao aporte de capital de R$ 60 milhões realizado em setembro de 2017, sendo que a maior parte destes recursos foi utilizada apenas em março de 2018, quando da aquisição da Transeich. Sendo assim, o ano de 2017 encerrou com um elevado montante de caixa e equivalentes de caixa, reduzindo a dívida líquida.

	2019	2018	2017
Dívida Bruta	218.864	127.335	83.342
Caixa e equivalentes de caixa	(62.472)	(18.731)	(45.302)
Dívida Líquida	156.392	108.604	38.040
EBITDA	59.855	47.552	31.182
Dívida Líquida/EBITDA[(1)]	***2,61***	***2,28***	***1,22***

[(1)] Para efeito dos covenants de endividamento previstos nos contratos de empréstimo e debêntures, deve-se considerar o EBITDA de 12 meses das empresas adquiridas. Em 2019 houve a aquisição da empresa Translovato e seu EBITDA proforma 12 meses é de R$ 63.727 mil, o que levaria o índice de 2,61x para 1,27x.

Indicadores de Liquidez:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os indicadores de liquidez também demonstram a capacidade de pagamento da Companhia. A liquidez corrente subiu de 1,25 em 2017 para 1,31 em 2018 e 1,09 em 2019.

Com a evolução na captação de recursos de terceiros, houve a mudança da estrutura de capital do ano de 2018 para 2019, sendo que a relação entre passivo total pelo patrimônio líquido saiu de 2,14 para 4,50, mostrando uma menor utilização do Capital Próprio na Companhia.

Indicador	2019	2018	2017
Liquidez Imediata (1)	0,26	0,16	0,56
Liquidez Corrente (2)	1,09	1,31	1,25
Liquidez Seca (3)	1,08	1,29	1,25
Estrutura de Capital (4)	4,50	2,14	2,14

1 Caixa e Equivalente de Caixa/Passivo Circulante
2 Ativo Circulante / Passivo Circulante
3 Ativo Circulante – Estoques / Passivo Circulante
4 (Passivo Circulante + Passivo Não circulante) / Patrimônio Líquido

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento são captadas, quando necessário, por meio de contratos financeiros os quais são empregados em nossas necessidades de capital de giro e aquisições e investimentos de curto e longo prazo, assim como na manutenção de níveis de disponibilidades de caixa adequados ao desempenho das atividades.

Os diretores esclarecem que o financiamento para a aquisição de ativos para a prestação dos serviços é realizado através de linhas específicas de acordo com as características de cada bem adquirido:

- Para as aquisições e investimentos utilizamos a captação junto a bancos comerciais de acordo com os prazos e maturação de cada projeto ou através do mercado de capitais.
- Eventualmente para a aquisição de veículos pesados, máquinas e equipamentos novos nacionais, é utilizada a linha de FINAME e operações de arrendamento mercantil, dependendo do custo financeiro em relação as demais alternativas de captação.

A tabela a seguir apresenta as principais fontes utilizadas para a captação de recursos no encerramento de cada ano:

(R$ mil)	2019	2018	2017
Dívida Bruta	218.864	127.335	83.342
Caixa e equivalentes de caixa	(62.472)	(18.731)	(45.302)
Dívida Líquida	156.392	108.604	38.040

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

EBITDA	59.855	47.552	31.182
Dívida Líquida/EBITDA	**2,61**	**2,28**	**1,22**

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nos casos de financiamentos para cobrir eventuais deficiências de capital de giro, o recurso continuará a ser captado através de contratos financeiros junto a instituições financeiras de primeira linha e /ou através de instrumentos junto ao mercado de capitais, quando necessário.

Em relação as captações para suprir a necessidade de aquisição de novos ativos não circulantes necessários a prestação de serviços, continuaremos a utilizar linhas específicas de acordo com as características do bem tais como o FINAME para os casos de veículos pesados e máquinas e equipamentos novos nacionais, ou linhas de crédito com características similares.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes:

Modalidade *(Em moeda nacional)*	Encargos anuais médios			Passivo circulante			Passivo não circulante			Total *(em milhares de R$)*		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Capital de giro	7,68%	10,52%	16,58%	42.198	32.286	11.859	101.591	41.182	11.660	143.789	73.468	23.519
Debêntures	7,75%	0,00%	0,00%	13.564	0,0	0,00	35.872	0,0	0,0	49.436	0,0	0,0
Finame	10,02%	11,17%	12,54%	9.308	23.115	23.445	15.648	29.687	34.776	24.956	52.802	58.221
Outros	16,81%	16,59%	22,52%	367	394	464	316	671	1.138	683	1.065	1.602
Total	7,99%	10,84%	13,87	65.437	55.795	35.768	153.427	71.540	47.574	218.864	127.335	83.342

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Adicionalmente ao endividamento com instituições financeiras mencionado no item anterior a Companhia possui operações de consórcio visando a aquisições de novos veículos para a frota. No ano de 2019 tivemos um aumento nas contemplações das cotas de consórcio. Importante entender que o valor das cotas uma vez contempladas, passam a figurar na totalidade do contrato no Passivo Circulante, justificando o aumento entre os anos de 2019 e 2018 conforme tabela abaixo:

Consórcios *(em milhares de R$)*	2019	2018	2017
Ativo Circulante	4.288	3.920	2.282
Passivo Circulante	5.993	1.421	1.139
Passivo Não Circulante	1.281	4.325	3.504

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

Nenhuma das dívidas da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2019 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas, observado o disposto na tabela do item 3.8 deste Formulário de Referência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Capital de Giro:

A Companhia possui contrato de capital de giro captado em 2018, que apresenta cláusulas de covenants financeiros ("covenants") que preveem a liquidação antecipada nas seguintes condições:

(a) A dívida financeira líquida dividida (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) pelo EBITDA ser maior do que 3,5 vezes;

(b) Alteração societária relevante como cisão, fusão ou incorporação, que resulte em mudança de controle, sem a autorização do banco credor.

Debêntures:

A Companhia possui debêntures emitidas em 2019, por meio de escritura de emissão, a qual apresenta cláusulas de covenants financeiros ("covenants") que preveem a liquidação antecipada nas seguintes condições:

(a) A dívida financeira líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) dividida pelo EBITDA (considerando pro forma 12 meses de aquisições) ser maior do que 3,0 vezes;

(b) Patrimônio líquido dividido pela dívida bruta ajustada (empréstimos, financiamentos e debêntures adicionados de contas a pagar de aquisições) tem que ser maior ou igual a 25%;

A Companhia está cumprindo com todas as suas obrigações contidas nestes contratos.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Todos os financiamentos foram contratados com 100% do desembolso inicial.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado				
		AV% (2)		AV% (2)	Variação % (3)
	2019 (1)	2019	2018 (1)	2018	2019 x 2018
Operações continuadas					
Receita líquida de vendas	608.880	100%	507.618	100%	20%
Custo dos serviços prestados	(553.332)	-91%	(457.501)	-90%	21%
Lucro bruto	**55.048**	**9%**	**50.117**	**10%**	**10%**
Despesas administrativas	(30.178)	-5%	(16.805)	-3%	80%
Despesas de vendas	(2.639)	0%	(3.331)	-1%	-21%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (*)	(763)	0%	(717)	0%	6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.973	1%	(1.614)	0%	-346%
Lucro Operacional	**25.441**	**4%**	**27.650**	**5%**	**-8%**
Receitas financeiras	6.429	1%	2.411	0%	167%
Despesas financeiras	(27.873)	-5%	(18.549)	-4%	50%
Despesas financeiras, líquidas	**(21.444)**	**-4%**	**(16.137)**	**-3%**	**33%**
Resultado da equivalência patrimonial	-	0%	-	0%	
Resultado antes dos impostos	**3.997**	**1%**	**11.513**	**2%**	**65%**
IR e CS corrente e diferido	9.749	2%	(5.696)	-1%	-271%
Lucro líquido do exercício	**13.746**	**2%**	**5.817**	**1%**	**136%**

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.
(2) Percentual de representatividade em relação à receita líquida
(3) Percentual de variação entre os anos de 2018 e 2019.
(4) * CAR : Abreviatura de Contas a Receber.

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta da Companhia é o valor referente a prestação de serviços logísticos, incluindo todos os impostos aplicáveis, conforme descrição constante da seção 10.2 (i) deste Formulário de Referência. No caso da Companhia, nossos serviços são: transporte, carregamento, coleta e serviços de armazenagem.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Deduções da Receita Bruta

Deduções da receita bruta referem-se a deduções dos impostos referentes à receita operacional bruta. Os impostos destacados são o ICMS, PIS, COFINS, ICMS e CPRB. Nessa rubrica também são alocados os descontos concedidos aos clientes previamente autorizados pela diretoria.

Receita líquida de vendas

A receita operacional líquida é o resultado da subtração das deduções da receita bruta da própria receita operacional bruta, conforme descrição constante da seção 10.2 (i) deste Formulário de Referência.

Custo dos serviços prestados

O agrupador de custos dos serviços prestados contempla todo e qualquer custo diretamente ligado às nossas operações. Os custos para as operações dedicadas são divididos entre, manutenção, combustíveis, gastos pneumáticos, pessoal (mão de obra direta) e gerenciamento de riscos. Para as operações de TM, os principais custos de serviços prestados são vinculados aos agregados e terceiros contratados para as viagens, além dos custos citados acima quando as viagens são realizadas com veículos da frota TM.

Lucro bruto

Lucro bruto é a diferença entre os valores da receita liquida e os custos dos serviços prestados.

Despesas administrativas

As despesas administrativas da companhia referem-se exclusivamente aos gastos corporativos. Englobam gastos com pessoal, viagens, facilities/utilities, serviços de terceiros, sempre vinculados à estrutura corporativa e não operacional.

Despesas de vendas

As Despesas de vendas são gastos com pessoal vinculado à nossa estrutura comercial. Pessoal, viagens para implantação de novos projetos, comissionamentos à representantes comerciais fazem parte desse grupo de contas.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas contas a receber de clientes.

Outras receitas (despesas) operacionais

Ouras receitas (despesas) operacionais, essencialmente são o resultado de venda de ativos em plenas condições de uso, que por questões contratuais são substituídos em um determinado período, conforme descrição constante da seção 10.2 (i) deste Formulário de Referência.

Lucro operacional

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro operacional é diferença entre os valores do Lucro bruto deduzindo os valores de despesas administrativas e com vendas, perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber e outras receitas (despesas) operacionais.

Receitas financeiras

A rubrica de receitas financeiras é composta pelo resultado das variações cambiais, pelos rendimentos das aplicações financeiras e descontos recebidos de fornecedores.

Despesas financeiras

A rubrica de despesas financeiras é composta principalmente pelas taxas e tarifas bancárias, juros pagos a fornecedores e IOF sobre operações financeiras.

Despesas financeiras, líquidas

É o resultado entre as receitas e despesas financeiras.

Resultado antes dos impostos

Resultado antes dos impostos ou lucro tributável é diferença entre os valores do Lucro operacional deduzindo os valores do resultado entre as receitas e despesas financeiras.

IR e CS corrente e diferido

Imposto de renda e a contribuição social, são impostos obrigatórios aplicados sobre os valores do lucro tributável. Para o imposto de renda aplica-se 25% sobre o valor do resultado e 9% para a contribuição social.

Existe uma separação entre imposto corrente e diferido, onde o imposto corrente representa o montante a ser recolhido no exercício, e sua base de cálculo é o lucro tributável do período e o diferido tem como sua base de cálculo diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

Lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício é entre o Resultado antes dos impostos deduzindo os valores do imposto de renda e contribuição social calculados no período.

Comentários sobre as variações

(i) **Receita líquida de vendas:**
A receita líquida de vendas de 2019 apresentou crescimento de 20% em relação ao ano de 2018, saindo de R$507,62 milhões para R$ 608,88 milhões, impactada pelo aumento de volume nas operações do TM, aumento esse em função da entrada de novos clientes nas regionais do Sul e de São Paulo e do início do projeto de colheita nas operações do Florestal no DCC (projeto de corte e empilhamento de toras de madeira). Além dos fatores acima citados, a Companhia teve um acréscimo de R$13,6 milhões em sua receita líquida de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vendas referente à entrada da Translovato em dezembro, com um incremento de 20 dias de receita, conforme demonstrado na tabela abaixo:

(ii) **Custo do Serviço Prestado:**
O aumento do custo do serviço prestado de 2018 para 2019, foi de 21%, saindo de R$ 457,50 milhões e passando à R$ 553,83 milhões, custos estes que aumentaram em proporção inferior ao crescimento da receita, reflexo da melhora das margens da Companhia, principalmente no segmento de contratos dedicados (DCC), pela entrada de novos projetos.

(iii) **Despesas Administrativas:**
As despesas administrativas em 2019 aumentaram em 44%, saindo de R$ 16,81 milhões para R$ 30,18 milhões, em função da estruturação das áreas administrativas para o suporte ao plano de crescimento da Companhia.

(iv) **Despesas com Vendas**

As despesas de venda tiveram uma redução, de R$3,33 milhões em 2018 para R$ 2,64 milhões em 2019, representando 21% de variação. O impacto nas despesas com vendas é relacionado a alteração no modelo de comissionamento de vendas da Companhia.

(v) **Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas:**
A conta de outras receitas (despesas) operacionais líquidas teve uma variação de 346%. Em 2018, foi registrada uma despesa de R$ 1,61 milhão e, em 2019, uma receita de R$ 3,97 milhões. Da variação total de R$ 5,58 milhões, a maior parte decorre de créditos extemporâneos de PIS/COFINS reconhecidos em 2019.

(vi) **Receitas Financeiras:**
A receita financeira aumentou 167%, de R$ 2,41 milhões em 2018 para R$ 6,43 milhões em 2019. A variação de R$ 4,02 milhões foi reflexo dos ganhos de R$ 2,8 milhões nas operações que incidem variação cambial, R$ 1,0 milhão pelas correções monetárias dos créditos extemporâneos, R$0,9 milhões de rendimento de aplicações financeiras e R$0,3 milhão de juros recebidos de clientes e descontos concedidos por fornecedores.

(vii) **Despesas Financeiras:**
As despesas financeiras aumentaram 33% em 2019, saindo de R$ 18,55 milhões em 2018 para R$27,87 milhões em 2019. Essa variação se deu essencialmente pelo aumento das contratações de novos empréstimos para capital de giro e para o financiamento das aquisições de ativos imobilizados, adicionados dos reflexos do CPC 06 referente a juros sobre direito de uso de ativos;

(viii) **IR e CS corrente e diferido:**
Em 2019, o valor de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido foi de R$ 9,75 milhões (crédito), sendo R$ 15,45 milhões maior do que o valor do ano anterior, representando uma variação positiva de 271%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Este aumento se deve principalmente à constituição dos Impostos Diferidos Ativos sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL de anos anteriores na Transeich Assessoria no valor de R$ 5,34 milhões, além do aumento no Imposto Diferido na BBM Logística de R$ 8,08 milhões por constituição de prejuízo fiscal de 2019 e 2018.

O diferido ativo decorrente do prejuízo de anos anteriores na Transeich foi reconhecido somente em 2019, quando a empresa melhorou sua rentabilidade e apresenta boas perspectivas de aproveitamento do prejuízo acumulado.

Em função do lucro no exercício de 2018, foi apurado o valor de R$ 4,96 milhões de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e R$ 738 mil referente a diferenças temporárias a ser realizadas em exercícios futuros.

(ix) **Lucro líquido do exercício:**

Em 2019, houve um aumento de 136%, onde em 2018 o lucro líquido foi de R$ 5,82 milhões e em 2019 de R$ 13,75 milhões. O aumento do lucro líquido no ano de 2019 foi reflexo de um melhor resultado nas operações da Companhia, além do ganho com o imposto de renda diferido ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 das contas patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS)
(Valores expressos em milhares de Reais)

(Em milhares de Reais)

	Consolidado				
		AV% (2)		AV% (2)	Variação % (3)
Ativo	**2019 (1)**	**2019**	**2018 (1)**	**2018**	**2019 x 2018**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	62.472	9,4%	18.731	6,0%	233,5%
Contas a receber de clientes	148.961	22,4%	117.211	37,5%	27,1%
Estoques	2.912	0,4%	2.104	0,7%	38,4%
Impostos a recuperar	29.501	4,4%	3.661	1,2%	705,8%
Ativos mantidos para venda	0	0,0%	296	0,1%	-100,0%
Consórcios	4.288	0,6%	3.920	1,3%	9,4%
Mútuo com partes relacionadas	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros créditos	16.595	2,5%	5.653	1,8%	193,6%
Total ativo circulante	**264.729**	**39,9%**	**151.576**	**48,5%**	**74,7%**
Ativo não circulante					
Cauções	469	0,1%	206	0,1%	127,2%
Impostos a recuperar lp	13.384	2,0%	0	0,0%	100,0%
Outros créditos lp	0	0,0%	1.532	0,5%	-100,0%
Depósitos judiciais	6.064	0,9%	2.561	0,8%	136,8%
Impostos diferidos	10.373	1,6%	0	0,0%	100,0%
Direito de uso de ativos	67.382	10,1%	0	0,0%	100,0%
Investimentos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Imobilizado	229.683	34,6%	121.343	38,9%	89,3%
Intangível	72,032	10,8%	35.100	11,2%	105,2%
Total ativo não circulante	**399.387**	**60,1%**	**160.743**	**51,5%**	**148,5%**
Total do ativo	**664.116**	**100,0%**	**312.319**	**100,0%**	**112,6%**

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.
(2) Representatividade em relação ao Total do Ativo.
(3) Percentual de variação entre os anos de 2018 e 2019.

(i) **Caixa e equivalentes de caixa:**
Caixa e equivalentes de caixa em 2019 teve um aumento de 233,5%, R$ 43,74 milhões em relação ao ano anterior. Essa variação teve efeito principalmente devido à captação de contratos de capital de giro no último bimestre no total de R$ 23,90 milhões e do aporte de R$ 10 milhões feitos pelos acionistas, além da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

incorporação do saldo de caixa de R$ 10,56 milhões da nova empresa do grupo a Translovato.

(ii) **Contas a receber de clientes:**
O Contas a receber da Companhia aumentou R$ 31,75 milhões ou 27,1% em 2019. Este aumento do contas a receber justifica-se pela entrada da carteira de clientes da Translovato conforme tabela abaixo. O PMR (Prazo médio de recebimento) em 2019 baixou consideravelmente, de 71 dias para 62 dias, essencialmente devido à consolidação da Translovato, que possui um prazo médio de recebimento menor.

(iii) **Estoques:**
Esta conta contempla essencialmente a movimentação de pneus e peças para manutenção da companhia. Em 2019 tivemos um aumento de 38,4%, sendo 26% referente ao estoque da Translovato. Os demais impactos são referentes ao início de controle de estoque de peças em operações do DCC.

(iv) **Impostos a Recuperar:**
Essencialmente se refere a recuperação de impostos na empresa Translovato. Em 2019, Translovato reconheceu créditos de PIS e COFINS referentes ao direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Os créditos reconhecidos foram fundamentados na decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") de 15 de março de 2017 em sede de repercussão geral. Os créditos registrados abrangem o período de setembro de 2006 a abril de 2019. O saldo na rubrica de Impostos a Recuperar referente a esses créditos é de R$ 34,984 milhões.

Impostos a Recuperar (R$ mil)	2019	2018	2017
PIS	35.739	0,0	0,0
COFINS	2.553	42	0,0
Imposto de Renda	3.166	3.282	696
Contribuição Social	1.046	28	10
Outros impostos	51	309	234
Total	**42.555**	**3.661**	**940**
Ativo Circulante	29.501	3.661	940
Ativo Não Circulante	13.384	0,0	0,0
Total	**42.885**	**3.661**	**940**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(v) **Consórcios:**
A conta de consórcios do ativo circulante aumentou de R$ 3,92 em 2018 para R$ 4,29 em 2019. Um aumento de 9,4% devido aos pagamentos das cotas já contratadas em anos anteriores.

As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação. A partir do momento da contemplação, os veículos adquiridos passam a compor o ativo imobilizado, sendo que o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo;

(vi) **Cauções:**
A conta de cauções aumentou 127,2%. Em 2018, o valor foi de R$206 mil e, em 2019, de R$469 mil. O aumento ocorreu devido às exigências nos contratos de locação dos armazéns que atendem as operações do segmento TM.

(vii) **Outros Créditos:**
A conta outros créditos aumentou R$ 9,41 milhões representando um aumento de 131%. Houve impacto de R$ 1,45 milhões de despesas do exercício seguinte referente a apólices de seguro, R$ 1,74 milhões de vendas de veículos a prazo, R$ 4,3 milhões referente a valores a receber da Kuehne & Nagel, conforme cláusula contratual de reembolso de despesas incorridas cuja origem é anterior à data de aquisição da Transeich pela Companhia. Adicionalmente foi incorporado o saldo de R$ 1,45 milhões referente a apólices de seguro da Translovato.

(viii) **Depósitos Judiciais:**
Em 2019, a conta de depósitos judiciais sofreu uma variação de 136,8% ou R$ 3,5 milhões com relação ao ano anterior, tendo sua maior variação nos depósitos realizados em ações da Transeich e da inclusão do saldo de depósitos das ações da Translovato.

(ix) **Direito de uso de Ativos:**
Em 2019, de acordo com o IFRS16 - CPC06, foi constituída a conta de direito de uso de ativos. Nessa conta figuram todos os imóveis, veículos e implementos com contratos de aluguéis enquadráveis na normativa do CPC06. *(A descrição destes conceitos é mencionada no capítulo 10, item 10.4)*

(x) **Imobilizado:**
A conta de imobilizado teve uma variação de R$ 108,34 milhões, R$ 27,55 milhões referente a renovação da frota de operações do florestal, R$ 27,72 referente a compra de implementos para operações de colheita também da operação florestal, R$ 10,12 milhões de aquisições de novas carretas para o segmento TM, além de R$ 43,05 milhões referente a aquisição da Translovato.

(xi) **Intangível:**
A conta de intangível movimenta as contas de ágio, direitos de uso de marcas, carteiras de cliente e softwares. A variação de 2019 foi de R$ 36,93 milhões,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

sendo R$ 29,42 milhões referente ao ágio e ativos intangíveis da aquisição da Translovato e R$ 2,99 milhões referente ao desenvolvimento tecnológico.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (PASSIVOS)
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado				
Passivo + Patrimônio Líquido	**2019 (1)**	AV% (2) **2019**	**2018 (1)**	AV% (2) **2018**	Variação % (3) **2019 x 2018**
Passivo circulante					
Fornecedores	56.160	8,5%	26.113	8,4%	115,1%
Empréstimos e financiamentos CP	51.873	7,8%	55.795	17,9%	-7,0%
Debêntures	13.564	2,0%	0	0,0%	100,0%
Arrendamentos	25.372	3,8%	0	0,0%	100,0%
Dividendos a pagar	3.265	0,5%	1.382	0,4%	136,3%
Obrigações sociais	32.051	4,8%	12.200	3,9%	162,7%
Obrigações fiscais	27.838	4,2%	7.833	2,5%	255,4%
Parcelamento de tributos CP	3.074	0,5%	1.333	0,4%	130,7%
Consórcios	5.993	0,9%	1.422	0,5%	321,5%
Contas a pagar de aquisição de controladas	9.528	1,4%	1.250	0,4%	662,2%
Outras contas a pagar CP	14.596	2,2%	8.629	2,8%	69,2
Total passivo circulante	**243.314**	**36,6%**	**115.956**	**37,1%**	**109,8%**
Passivo não circulante					
Fornecedores LP	326	0,0%	825	0,3%	60,5%
Empréstimos e financiamentos LP	117.555	17,7%	71.540	22,9%	64,3%
Debêntures	35.872	5,4%	0	0,0%	100,0%
Arrendamentos	42.373	6,4%	0	0,0%	0,0%
Parcelamentos de tributos LP	8.606	1,3%	2.141	0,7%	301,9%
Consórcios	1.281	0,2%	4.325	1,4%	-70,4%
Provisão para contingências	22.671	3,4%	8.849	2,8%	156,2%
Impostos diferidos	0	0,0%	3.445	1,1%	0,0%
Contas a pagar por aquisição de controladas	48.664	7,3%	5.750	1,8%	746,3%
Outras contas a pagar LP	22.703	3,4%	0	0,0%	0,0%
Total passivo não circulante	**300.051**	**45,2%**	**96.875**	**31,0%**	**209,7%**
Total passivo	**543.365**	**81,8%**	**212.831**	**68,1%**	**155,3%**
Patrimônio líquido					
Capital social (líquido dos custos da transação)	95.302	14,4%	85.902	27,5%	10,9%
Ajuste de avaliação patrimonial	1.793	0,3%	3.155	1,0%	43,2%
Reservas de lucros	23.650	3,6%	10.425	3,3%	126,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**120.745**	**18,2%**	**99.482**	**31,9%**	**21,4%**
Participação de não controladores	6	0,0%	6	0,0%	0,0%
Total do patrimônio líquido	**120.751**	**18,2%**	**99.488**	**31,9%**	**21,4%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**664.116**	**100,0%**	**312.319**	**100,0%**	**112,6%**

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.
(2) Representatividade em relação ao Passivo e Patrimônio Líquido

(i) **Fornecedores:**
A conta de Fornecedores em 2019 sofreu uma variação 110% ou R$ 29,55 milhões em relação ao ano anterior. Essa variação se deu por conta do alongamento do prazo médio de pagamento e do crescimento orgânico da Companhia, além do incremento de R$ 19,21 milhões da Translovato.

(ii) **Empréstimos e Financiamentos:**
Em 2019, a conta de empréstimos e financiamentos variou de R$ 127,34 milhões em 2018 para R$ 169,43 milhões em virtude das novas captações visando suportar o aumento da necessidade de capital de giro além da aquisição da Translovato. Com as novas contratações, houve também um alongamento do perfil da dívida resultando na redistribuição entre curto e longo prazo, que em 2018 era de 44% no curto prazo e 56% no longo prazo e em 2019 passou a ser 31% no curto prazo e 69% no longo prazo.

(iii) **Debêntures:**
Em 2019 a Companhia fez emissão de R$ 50 milhões em debêntures com prazo de 60 meses para quitação. A emissão teve como objetivo o pré-pagamento de dívidas com custo financeiro maior, reforço de capital de giro e aquisições.

(iv) **Arrendamentos:**
Em 2019, de acordo com o IFRS16 - CPC06, foi constituída a conta de arrendamentos, onde foram alocados contratos para o aluguel de ativos, sejam eles, imóveis, máquinas, caminhões, carretas entre outros.

(v) **Obrigações Sociais:**
A conta de obrigações sociais aumentou 162,7% de 2018 para 2019. A variação de R$ 19,85 milhões tem principal impacto R$ 15,09 milhões das obrigações sociais da Translovato.

(vi) **Obrigações Fiscais:**
As obrigações fiscais contemplam todas as contas de obrigações tributárias da Companhia. Em 2019 essa conta aumentou 255,4% comparado ao ano anterior. A variação de R$ 20,0 milhões tem como principal efeito reconhecimento de R$ 12,54 milhões das obrigações fiscais da Translovato e aumento de R$ 7,47 milhões nas obrigações fiscais da BBM Logística S/A.

(vii) **Parcelamento de tributos:**
A rubrica de parcelamento de tributos aumentou em 236,2%, ou R$8,21 milhões em relação ao ano de 2018. O principal efeito foi a constituição de valores de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

atualização monetária sobre os parcelamentos Refis (Leis 11.941/09 e 12.996/14) na Translovato.

(viii) **Contas a pagar por aquisição de controladas e outras Contas a Pagar:**
Com uma variação de R$ 79,86 milhões quando comparado ao ano anterior, os principais impactos dessa conta em 2019 foram R$ 58,1 milhões referente à saldo a pagar pela aquisição da Transeich e Translovato, além de R$ 25,3 milhões de adiantamento de receita de clientes para a operação da colheita na operação florestal.

(i) **Consórcios:**
Os valores de consórcio em 2019 aumentaram 321,4% no curto prazo e reduziu 70,4% no longo prazo, quando comparadas com 2018. A variação é devida a contemplação de cotas para aquisição dos veículos. As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação e a partir do momento da contemplação e consequente aquisição dos veículos, o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo. O mesmo efeito é visto no exercício de 2019, onde a Companhia continua a contemplar cotas de consórcios para novos investimentos.

(ii) **Provisão para Contingência:**
A conta de provisão de contingência trabalhista variou 156,2%, aumentando de R$ 8,85 milhões para 22,67 milhões, essencialmente pela constituição de provisão de contingência na Translovato no valor de R$ 11,23 milhões.

- **Patrimônio Líquido:**

(i) **Capital social:**
O capital social teve uma variação de R$ 85,90 milhões em 2018 para R$ 95,90 milhões em 2019, reflexo do aporte feito pelos acionistas de R$ 10 milhões em dezembro de 2019 com a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro em função do crescimento da Companhia, além de disponibilizar recursos para novas aquisições;

(ii) **Ajuste de avaliação patrimonial:**
O ajuste da avaliação patrimonial é o resultado do valor da avaliação dos bens em relação ao seu valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, por duas partes dispostas a isso e independentes entre si. A variação do valor do ajuste de avaliação patrimonial refere-se a depreciação e baixa de veículos com movimentação de R$ 1,36 milhões em 2019 comparado com 2018.

(iii) **Reserva de lucros:**
As Reservas de Lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/1976, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração. Em 2019 a reserva constituída na companhia foi de R$ 23,65 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- **Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa**

Fluxo de Caixa 2019 x 2018

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2019**	**2018**	**Δ 2019x2018**
Caixa gerado pelas atividades operacionais (i)	73.791	13.125	60.666
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.504)	(5.029)	1.525
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	70.287	8.096	62.191
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento (ii)	(83.262)	(43.640)	(39.622)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos (iii)	56.716	8.973	47.743
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	43.741	(26.570)	70.311
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**18.731**	**45.302**	**(26.570)**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**62.472**	**18.731**	**43.741**

(i) **Caixa gerado pelas atividades operacionais:**

O caixa utilizado nas atividades operacionais totalizou R$ 73,79 milhões em 2019, comparado com R$13,12 milhões em 2018, um aumento de R$60,66 milhões. Esse aumento decorreu dos seguintes fatores:

- Maior eficiência na gestão do capital de giro, através da forte redução no contas a receber vencido e aumento de prazo médio de pagamento dos fornecedores.
- Aumento das operações no segmento Dedicados, que possuem menor necessidade de capital de giro.

(ii) **Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento:**

O caixa gerado pelas atividades de investimento totalizou R$ 83,23 milhões em 2019, comparado com R$ 43,64 milhões em 2018, um aumento de R$39,62 milhões. O aumento decorreu principalmente do aumento do imobilizado, em grande parte veículos adquiridos decorrente das renovações de frota e novos projetos.

Houve também variação nos pagamentos de aquisições, sendo que em 2019 foi de R$ 40,0 milhões (aquisição Translovato), e em 2018 R$ 36,9 milhões (aquisição Transeich).

(iii) **Caixa líquido das atividades de financiamentos:**

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 56,72 milhões em 2019, comparado com R$ 8,97 mil em 2018, um aumento de R$ 47,74 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2019 as captações de empréstimos e financiamentos totalizaram R$ 113,5 milhões contra R$ 64,6 milhões em 2018. Esse aumento nas captações teve como objetivo substituir dívidas com custo financeiro mais elevado, além de financiar o aumento do capital de giro e os novos investimentos em veículos e equipamentos.

Abaixo encontram-se descritos os fluxos de pagamento previstos para as atuais obrigações contratuais da Companhia de curto e longo prazo:

(R$ Mil)	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Empréstimos e financiamentos	51.873	48.993	41.026	22.829	4.707	169.428
Debêntures	13.564	14.874	14.874	6.124	-	49.436
Total	65.437	63.867	55.900	28.953	4.707	218.864

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2018 (1)	AV% (2) 2018	2017 (1)	AV% (2) 2018	Variação % (3) 2018 x 2017
Operações continuadas					
Receita líquida de vendas	507.618	100%	289.750	100%	75%
Custo dos serviços prestados	(457.501)	-90%	(262.327)	-91%	74%
Lucro bruto	**50.117**	**10%**	**27.423**	**9%**	**83%**
Despesas administrativas	(16.805)	-3%	(11.085)	-4%	52%
Despesas de vendas	(3.331)	-1%	(1.735)	-1%	92%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(717)	0%	(35)	0%	1949%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.614)	0%	111	0%	-1554%
Lucro Operacional	**27.650**	**5%**	**14.679**	**5%**	**88%**
Receitas financeiras	2.411	0%	1.734	1%	39%
Despesas financeiras	(18.549)	-4%	(16.503)	-6%	12%
Despesas financeiras, líquidas	**(16.137)**	**-3%**	**(90)**	**0%**	**17830%**
Resultado da equivalência patrimonial	-	0%	-	0%	
Resultado antes dos impostos	**11.513**	**2%**	**(90)**	**0%**	**-12892%**
IR e CS corrente e diferido	(5.696)	-1%	3.195	1%	-278%
Lucro líquido do exercício	**5.817**	**1%**	**3.105**	**1%**	**87%**

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018 e 2017.
(2) Representatividade em relação à receita líquida
(3) Percentual de variação entre os anos de 2018 e 2017.
(4) * CAR : Abreviatura de Contas a Receber.

(i) **Receita líquida de vendas:**

A receita operacional bruta de 2018 apresentou crescimento de 75,2% em relação a 2017, saindo de R$289,75 para R$ 507,61, impactada principalmente pela aquisição da Transeich em março de 2018, em grande parte no segmento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

TM, além da celebração de novos contratos com clientes de operações dedicadas nas áreas de Gases do Ar e Químicos.

(ii) **Custo do Serviço Prestado:**

O aumento de custo do serviço prestado de 2017 para 2018 foi de 74%, saindo de R$ 262,32 milhões para R$ 457,50 milhões, alinhado com o aumento da receita comentado acima e pela aquisição da Transeich.

(iii) **Despesas Administrativas:**

As despesas administrativas em 2018 tiveram um crescimento de 52%, em relação ao ano de 2017, que passaram de R$ 11,08 milhões para R$ 16,80 milhões, devido à reestruturação das áreas corporativas da Companhia, em preparação para o crescimento esperado, além do aumento de estrutura oriunda da aquisição da Transeich.

(iv) **Despesas com vendas:**
A rubrica de despesas com vendas no ano de 2017 era de R$ 1,73 milhões e aumentou para R$ 3,33 milhões em 2018, variando 92% entre os anos. Essa variação é reflexo ao aumento da estrutura comercial da Companhia oriunda da aquisição da Transeich.

(v) **Outras receitas (despesas):**

A linha de outras receitas (despesas) operacionais teve uma variação de 1.554%, passando de uma receita de R$ 111 mil para uma despesa de R$ 1,61 milhões. Essa variação explica-se pelo resultado das contas de receita e despesa com venda de veículos.

(vi) **Receitas Financeiras:**

A linha de receitas financeiras teve um aumento de 39% em relação a 2017, passando de R$ 1,73 milhões para R$ 2,41 milhões, essencialmente em função da conta de variação cambial.

(vii) **Despesas Financeiras:**

As despesas financeiras apresentaram crescimento frente a 2017 de 11%, saindo de R$16,50 milhões para R$18,55 milhões, devido às contratações de novos empréstimos (essencialmente linhas de capital de giro visando suprir as necessidades de capital de giro da Companhia);

(viii) **IR e CS corrente e diferido:**

Em função do lucro no exercício de 2018, foi apurado o valor de R$ 5,70 milhões de IR/CSLL e R$ 738 mil referente a diferenças temporárias a ser realizadas em exercícios futuros, contra um crédito em 2017 de R$3,2 milhões, o que representa uma variação de 278%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 das contas patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS)
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado				
Ativo	**2018 (1)**	**AV% (2) 2018**	**2017 (1)**	**AV% (2) 2017**	**Variação % (3) 2018 x 2017**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	18.731	6,0%	45.302	21,1%	-58,7%
Contas a receber de clientes	117.211	37,5%	48.049	22,4%	143,9%
Estoques	2.104	0,7%	377	0,2%	458,1%
Impostos a recuperar	3.661	1,2%	940	0,4%	289,5%
Ativos mantidos para venda	296	0,1%	715	0,3%	-58,6%
Consórcios	3.920	1,3%	2.282	1,1%	71,8%
Mútuo com partes relacionadas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros créditos	5.653	1,8%	3.872	1,8%	46,0%
Total ativo circulante	**151.576**	**48,5%**	**101.537**	**47,4%**	**49,3%**
Ativo não circulante					
Cauções	206	0,1%	35	0,0%	488,6%
Outros créditos	1.532	0,5%	83	0,0%	1745,8%
Depósitos judiciais	2.561	0,8%	1.642	0,8%	56,0%
Impostos diferidos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Direito de uso de ativos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imobilizado	121.343	38,9%	111.056	51,8%	9,3%
Intangível	35.100	11,2%	42	0,0%	83471,8%
Total ativo não circulante	**160.743**	**51,5%**	**112.858**	**52,6%**	**42,4%**
Total do ativo	**312.319**	**100,0%**	**214.395**	**100,0%**	**45,7%**

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018 e 2017.
(2) Representatividade em relação ao Ativo total

(i) Caixa e equivalentes de caixa:
A conta de Caixas e equivalentes de caixa reduziu 58,7%, saindo de 45,30 milhões, e encerrando o ano de 2018 com 18,73 milhões.O excesso de caixa ao final de 2017 decorre do aporte de capital recebido em Setembro de 2017 no valor de R$ 60 milhões, cuja maior parte era direcionada para a aquisição da Transeich, que veio a ocorrer somente em março de 2018.

(ii) **Contas a receber de clientes:** Em 2017, esta rubrica era de R$ 48,05 milhões e, em 2018, registrou R$ 117,21 milhões, variando 143,9%. Em 2018, houve um aumento expressivo na conta de clientes principalmente com a entrada da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

carteira de clientes da Transeich e o aumento de volume nas operações do TM, operação essa com prazo médio de recebimento maior, quando comparada as operações dedicadas.

(iii) Consórcios: Os valores de consórcios em 2018 aumentaram 71,8%, de R$2.28 milhões em 2017 para R$3,92 milhões em 2018, devido a pagamentos das cotas para aquisição de veículos pesados ainda não contempladas. As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação e a partir do momento da contemplação, os veículos adquiridos passam a compor o ativo imobilizado, sendo que o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo;

(iv) Imobilizado: A companhia teve um aumento na conta do imobilizado, de 9,3%, em função da renovação da frota do segmento Florestal, e aquisições de novas carretas para o segmento TM;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS (PASSIVOS)
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado				
		AV% (2)		AV% (2)	Variação % (3)
Passivo + Patrimônio Líquido	**2018 (1)**	**2018**	**2017 (1)**	**2017**	**2018 x 2017**
Passivo circulante					
Fornecedores	26.113	8,4%	13.675	6,4%	91,0%
Empréstimos e financiamentos	55.795	17,9%	35.768	16,7%	56,0%
Debêntures	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Arrendamento mercantil	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Dividendos a pagar	1.382	0,4%	738	0,3%	87,3%
Obrigações sociais	12.200	3,9%	8.371	3,9%	45,7%
Obrigações fiscais	7.833	2,5%	3.184	1,5%	146,0%
Parcelamento de tributos	1.333	0,4%	4.992	2,3%	-73,3%
Consórcios	1.421	0,5%	1.139	0,5%	24,8%
Contas a pagar por aquisição de controladas	1.250	0,4%	-	0,0%	0,0%
Outras contas a pagar	8.269	2,8%	13.122	6,1%	-34,2%
Total passivo circulante	**115.956**	**37,1%**	**80.989**	**37,8%**	**43,2%**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	71.540	22,9%	47.574	22,2%	50,4%
Debêntures	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Arrendamento mercantil	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Fornecedores	825	0,3%	1.404	0,7%	-41,2%
Parcelamentos de tributos	2.141	0,7%	2.123	1,0%	0,8%
Consórcios	4.325	1,4%	3.504	1,6%	23,4%
Provisão para contingências	8.849	2,8%	8.568	4,0%	3,3%
Impostos diferidos	3.445	1,1%	1.996	0,9%	72,6%
Contas a pagar por aquisição de controlada	5.750	1,8%	-	0,0%	0,0%
Total passivo não circulante	**96.875**	**31,0%**	**65.169**	**30,4%**	**48,7%**
Total passivo	**212.831**	**68,1%**	**146.158**	**68,2%**	**45,6%**
Patrimônio líquido					
Capital social (líquido dos custos da transação)	85.902	27,5%	71.802	33,5%	19,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	3.155	1,0%	4.422	2,1%	-28,7%
Reserva para constiuição de passivo finannceiro	0	0,0%	-11.584	-5,4%	
Reservas de lucros	10.425	3,3%	3.591	1,7%	190,3%
Lucros acumulados	-	0,0%	-	0,0%	0,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**99.482**	**31,9%**	**68.231**	**31,8%**	**45,8%**
Participação de não controladores	6	0,0%	6	0,0%	0,0%
Total do patrimônio líquido	**99.488**	**31,9%**	**68.237**	**31,8%**	**45,8%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**312.319**	**100,0%**	**214.395**	**100,0%**	**45,7%**

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018 e 2017.
(2) Representatividade em relação ao total do passivo total e patrimônio líquido

(i) **Parcelamento de tributos no curto e longo prazo**

A redução de 51,2% na rubrica de parcelamento de tributos teve como principal motivo a amortização dos parcelamentos de passivos com PIS, COFINS e CPRB (contribuição previdenciária sobre receita bruta), cuja opção contempla a utilização de prejuízo fiscal para quitação de parte dos débitos, reduzindo de R$ 7,11 milhões em 2017 para R$ 3,47 milhões em 2018.

(ii) **Impostos diferidos**

O aumento na rubrica de impostos diferidos se deu essencialmente pela constituição do IR Diferido nas investidas adquiridas em 2018. A variação foi de R$ 1,45 milhões ou 72,6%.

(iii) **Consórcios**

Os valores de consórcio em 2018 aumentaram 24,8% e 23,4% no curto e longo prazo, respectivamente, quando comparadas com 2017. A variação é devida a contemplação de cotas para aquisição dos veículos. As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação e a partir do momento da contemplação e consequente aquisição dos veículos, o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo;

(iv) **Outras contas a pagar**

A rubrica de outras contas a pagar reduziu R$ 4,86 milhões em relação ao ano anterior. Em 2017, foi constituído passivo financeiro no valor de R$ 11,6 milhões para a emissão de um número variável de ações, tendo tais ações sendo emitidas em 2018, conforme seção 15.6 deste Formulário de Referência. Em contrapartida a essa redução no saldo da conta, ocorreram aumentos relativos a provisões de pagamento de remuneração variável no valor de R$ 1,5 milhões, provisão para incentivo de longo prazo no valor de R$ 1,2 milhões, saldo a restituir para a REPOM (meio de pagamento eletrônico para os motoristas terceiros) no valor de R$ 1,2 milhões, provisão referente a comissão de consultorias no valor de R$ 0,9 milhões e outras contas a pagar no valor de R$ 1,7 milhões.

(v) **Capital social**

O capital social teve um aumento de 19,6%, tendo como principal efeito o aporte de R$ 15 milhões realizado em dezembro de 2018 com a finalidade de suprir a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

necessidade de capital de giro além de disponibilizar recursos para novas aquisições;

(vi) **Reserva de lucros**
Aumento da reserva de retenção de lucros foi de R$ 6,83 milhões para suprir os investimentos previstos para o ano de 2019 aprovados pelo conselho.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- **Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa**

Fluxo de Caixa 2018 x 2017

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2018**	**2017**	**Δ 2018x2017**
Caixa gerado pelas atividades operacionais (i)	13.125	26.131	(13.006)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.029)	0	(5.029)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.096	26.131	(18.035)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento (ii)	(43.640)	(5.291)	(38.349)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos (iii)	8.973	14.504	(5.531)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(26.570)	35.344	(61.914)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**45.302**	**9.958**	**35.344**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**18.731**	**45.302**	**(26.571)**

(i) **Caixa gerado pelas atividades operacionais:**

O caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R$13,13 milhões em 2018, comparado com R$ 26,13 milhões em 2018, uma queda de R$13,01 milhões. Essa queda decorreu dos seguintes fatores:

- Aquisições em 2018 das empresas Transeich Assessoria S.A. e Transeich Armazéns Gerais S.A., com a substituição de transportadoras subcontratadas por agregados, melhorando a rentabilidade, porém gerando uma queda no prazo de pagamento e consequentemente aumento na necessidade de capital de giro.

- Aumento das operações no segmento TM, que possui uma necessidade maior de capital de giro, devido à maior utilização de agregados e maiores prazos de recebimento de clientes.

(ii) **Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento:**

O caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R$ 43,64 milhões em 2018, comparado com R$ 5,29 milhões em 2017, um aumento de R$ 38,35 milhões. O aumento decorreu principalmente da aquisição em 2018 das empresas Transeich Assessoria S.A. e Transeich Armazéns Gerais S.A., sendo que em 2017 não ocorreu nenhuma aquisição de controladas, resultando em uma variação de R$ 36,50 milhões.

(iii) **Caixa líquido das atividades de financiamentos:**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 8,97 milhões em 2018, comparado com R$ 14,50 milhões em 2017, representando uma queda de R$5,53 milhões. A redução no saldo líquido de captações das atividades de financiamento se deve ao aporte de capital realizado por novo acionista em setembro de 2017, que suportou boa parte da necessidade de capital de giro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Bruta

- Serviços Dedicados:

As receitas provenientes de Serviços Dedicados variam em função da quantidade de veículos alocados, quantidades movimentadas e/ou transportada de cargas, combinada com o volume (ex: m³) e/ou peso da carga, distância percorrida e, em alguns casos, com base na quantidade de viagens.

- Operações de TM (*Transportation Management*)

As receitas provenientes do TM são essencialmente viagens caracterizadas como Cargas Gerais, que variam em função do volume, do peso da carga transportada, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

Receita Líquida

A receita líquida se refere à soma da receita líquida de Serviços e da receita líquida de Venda de Ativos, excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

Outras Receitas Operacionais

Reconhecemos como receita de Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços a alienação de veículos pesados, máquinas e equipamentos, desmobilizados da operação e colocados à venda pelo estado em que se encontram, e que foram utilizados na prestação de nossos serviços.

Os caminhões e cavalos mecânicos são renovados com periodicidade de 3 a 5 anos, dependendo do cliente e tipo de operação.

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 10.1 h deste formulário.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As principais variações das receitas estão relacionadas ao aumento das receitas com novos contratos no segmento de operações dedicadas e aumento de volume no segmento de carga geral. Os preços de cada tipo de serviço são determinados de acordo com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda e de cada serviço separadamente.

Os contratos com operações de transporte dedicadas possuem variação no faturamento conforme uma cesta de indicadores contendo algum indicador de inflação (e.g. INPC – índice nacional de preços ao consumidor), o dissídio coletivo da categoria de motoristas e a variação no preço dos combustíveis.

Com relação aos demais volumes de carga geral os mesmos estão expostos às variações dos valores de combustível, flutuação de preços de mercado, além de alterações na tabela de fretes mínimos por quilômetro rodado e eixo carregado de acordo com determinação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI, e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos de longo prazo nas aquisições de veículos. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia possui contratos de financiamento (Finame) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TR ou na TJLP.

No caso de risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Adicionalmente, são definidos limites individuais de crédito, os quais são monitorados periodicamente. A companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes sempre que necessário.

Com relação ao risco cambial, a Companhia está exposta ao risco decorrente de exposições basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. Em sua maioria os ativos em moeda estrangeira são resultantes de contas a receber de clientes de operações no Mercosul, equivalendo em 2019 a U$S 2,876 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nos três últimos exercícios sociais não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 1 de março de 2018, a Companhia obteve o controle da Transeich Assessoria e Transportes S.A., companhia de transporte rodoviário de cargas e da Transeich Armazéns Gerais S.A., armazém geral, ao adquirir 100% das ações do capital votante dessas entidades. Estas aquisições permitirão a Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da sua clientela e da região de atuação e a otimização de rotas atendidas pela Companhia. A Companhia também espera reduzir seus custos por meio de economias de escala.

Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia obteve todas as aprovações e condições precedentes para a aquisição da totalidade das cotas da Translovato Ltda., reforçando sua atuação no segmento de transporte de cargas gerais fracionadas e aumentando sua capacidade de atender a seus clientes em todas as etapas da cadeia logística.

c) eventos ou operações não usuais

Nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 não houve operações ou eventos não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social de 2017.

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018

Em 2018, a Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

Não houve impactos significativos em relação a aplicação inicial destas normas.

(i) IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

De forma prática a adoção do CPC 47/IFRS 15 não trouxe impacto significativo para a Companhia, considerando que a Companhia e suas controladas cumprem com a sua obrigação de desempenho na prestação do serviço com base no estágio de conclusão do serviço, o qual tem uma média de aproximadamente 02 dias. Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares.

(ii) IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentado em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em despesas de vendas. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R$ 35 mil, reconhecidas pelo CPC 38/IAS 39, de 'despesas de vendas' para 'perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) e VJR (Valor Justo por meio do Resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros

As contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38/IAS 39 agora são classificados ao custo amortizado.

Impairment de ativos financeiros

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o IAS 39.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A administração realizou as avaliações necessárias na aplicação dos requisitos de classificação, mensuração e redução ao valor recuperável do IFRS 9. Uma redução de R$ 197 mil na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes e outros recebíveis foi reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados em 1 º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48/IFRS 9.

Transição

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração.

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2019

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Definição de arrendamento
Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 / IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento (nota explicativa 8).

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Como arrendatário
Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis e veículos. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1) / IAS 17
Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 14). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; e
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor.

Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06 (R1) / IAS 17
A Companhia arrenda veículos para sua operação. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06 (R1) / IAS 17 imediatamente antes dessa data.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(i) IFRIC 23 – (ICPC 22) – Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o Lucro

Vigente a partir de 2019, a IFRIC 23 esclarece como recontabilizar tributos sobre o lucro (no Brasil, IRPJ e CSLL) quando uma entidade toma uma posição fiscal enquanto não está claro se a autoridade tributária aceitará o tratamento fiscal. Se aplica a todos os aspectos da contabilidade do tributo sobre o lucro, quando houver incerteza sobre o tratamento do tributo sobre o lucro de uma transação, incluindo lucro ou prejuízo tributário, base tributária de ativos e passivos, prejuízo e créditos tributários e alíquota de imposto.
A norma atual de tributos sobre o lucro, IAS 12 (CPC 32), não trata explicitamente da contabilização de incertezas fiscais.

Tratamento fiscal incerto

Um tratamento fiscal incerto é qualquer tratamento fiscal aplicado por uma entidade quando não está claro se este será aceito pelas autoridades fiscais.

Autoridade tributária

São todos os órgãos que decidem se os tratamentos fiscais são aceitáveis pela legislação tributária, inclusive os tribunais.

Transição

A IFRIC 23 é efetiva para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Risco de detecção

A IFRIC 23 esclarece que, quando uma entidade considera a incerteza, deve assumir que as autoridades fiscais têm pleno conhecimento de todas as informações relevantes na avaliação do tratamento fiscal proposto. Dito de forma diferente, o risco de detecção é ignorado ao avaliar as incertezas fiscais.

Reconhecimento e mensuração

De acordo com a interpretação, o teste principal consiste em avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento tributário da entidade, conforme reportado na declaração fiscal. Se sim, a entidade registra nas demonstrações financeiras o mesmo valor submetido na declaração de imposto de renda (ECF).

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Impacto nas demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo:

	Consolidado		
	Veículos	Imóveis	Total
Direito de uso reconhecido em 01/01/2019	12.146	13.594	25.740
Arrendamentos a pagar reconhecidos em 01/01/2019	12.146	13.594	25.740

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimos e financiamentos em 1º de janeiro de 2019. As taxas aplicadas pelo Grupo foram de 8,82% para imóveis e 11,11% para veículos.

Contabilização do PIS e COFINS dos arrendamentos:

- Os créditos de PIS e COFINS sobre valores a pagar pelo arrendamento de direito de uso a arrendatários corporativos, não foram deduzidos dos ativos e passivos registrados de direito de uso; e

- Por ocasião do pagamento das contraprestações do arrendamento, os créditos de PIS e COFINS são reconhecidos em contrapartida a crédito nas despesas de depreciação e despesas financeira.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores referentes às demonstrações financeiras dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 não continham ressalvas.

O relatório dos auditores referentes às demonstrações financeiras do exercício de 2017, continha ênfase de reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Foram reapresentadas para, conforme descrito na nota explicativa n° 3.4 dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, refletir a apresentação das demonstrações e certas divulgações adicionais requeridas face ao processo de registro da Companhia. A opinião dos auditores não contém modificação relacionada a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores da Companhia informam que as políticas contábeis críticas adotadas são baseadas nas principais práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a legislação societária, pronunciamentos técnicos e orientações expressas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC*, International Financial Reporting Standards* (IFRS) e aprovado pela CVM.

(i) Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita considera o IFRS 15/CPC 47 - Receita de contratos com clientes, o qual tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando mercadorias ou serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação.

(ii) Aquisição de Controladas e Ágio

A Companhia registra a aquisição de controladas utilizando o método de aquisição, mensurando o custo como agregado da contraprestação transferida avaliada pelo valor justo na data de aquisição.

Na data de aquisição são avaliados os ativos e passivos financeiros assumidos para a adequada classificação, de acordo com termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições na data de aquisição.

Os pagamentos contingentes a serem transferidos pela adquirida são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição, e o ágio é mensurado pelo custo sendo a diferença entre os ativos líquidos identificáveis e os passivos assumidos.

As projeções realizadas para o cálculo dos intangíveis, bem como para sustentação do ágio, e as avaliações do valor justo dos ativos, constituem uma estimativa crítica que pode não se realizar no futuro.

(iii) Arrendamentos

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

No momento de avaliar os diversos contratos de locação e aluguel, a administração precisa estimar, quando não previsto em contrato, os prazos pelos quais os imóveis serão utilizados ao longo dos anos, estimativa esta que pode não se realizar dependendo de fatores de mercado ou fora do controle da administração.

(iv) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de eventos passados, se estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As provisões para demandas judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação legal ou constituída, resultante de eventos passados;
- É provável que haja uma saída de recursos;
- E, o montante foi estimado com segurança.

A mensuração das provisões é baseada no valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação.

As provisões de contingências são baseadas na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, utilizando-se a melhor informação disponível e a jurisprudência vigente, cenário que pode mudar no futuro, fazendo com que a realização das contingências seja por valor maior ou menor que o originalmente previsto.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Desde 01 de janeiro de 2019, a Companhia possui como ativos não evidenciados nas demonstrações financeiras apenas contratos de arrendamento de bens tais como equipamentos de informática, cujo valor considerado do ativo subjacente seja inferior a R$ 20 mil.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não possui.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não possui.

iv. contratos de construção não terminados

A Companhia não possui.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Arrendamentos como arrendatário:

Não aplicável.

b. natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para o exercício de 2020, estão previstos investimentos de R$ 40,33 milhões, visando a continuidade e o crescimento das operações da Companhia. Tais recursos estão destinados para a aquisição de ativos móveis, basicamente a compra de veículos pesados (Cavalo Mecânico, Caminhões, Semirreboques e Carretas), com foco principal na renovação da frota no segmento de operações dedicadas, além de investimentos em tecnologia e desenvolvimento de novas ferramentas operacionais.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em 2020 os recursos destinados aos investimentos têm como fonte capital próprio e capital de terceiros, sendo R$ 10,1 milhões oriundos de retenção de lucros apurados até 31 de dezembro de 2019, R$ 10 milhões aportados pelo fundo em dezembro de 2019 e os demais valores em linhas de crédito específicas para aquisição de ativos móveis, vinculadas à sua natureza, tais como Finame e Leasing Mercantil ou linhas de capital de giro com custo inferior.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não temos nenhum desinvestimento relevante em andamento e não prevemos nenhum desinvestimento relevante para o exercício de 2020.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não temos nenhuma aquisição que possa influenciar materialmente a Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não prevemos no plano de negócio atual o lançamento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia obteve todas as aprovações necessárias para concluir a aquisição da Translovato. Para efeitos comparativos do resultado da aquisição e seus reflexos na Companhia são apresentados os resultados consolidados *pro forma* considerando a aquisição como se a mesma tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019.

A seguir serão demonstradas as demonstrações *pro forma* consolidadas e as informações detalhadas a respeito da transação e seus impactos:

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Demonstrações *pro forma* não auditadas

(Em milhares de Reais)	BBM consolidado	Translovato	Subtotal	Nota	Ajustes *pro forma*	Nota	Eliminações	*Pro forma* em 2019
Receita líquida de vendas	608.880	326.260	935.140			d.	(13.614)	921.526
Custo dos serviços prestados	(553.832)	(250.260)	(804.092)	a.	(8.833)	d.	11.707	(801.218)
Lucro bruto	55.048	76.000	131.048		(8.833)		(1.907)	120.308
Despesas administrativas	(30.178)	(40.348)	(70.526)	b.	(578)		1.839	(69.265)
Despesas de vendas	(2.639)	(12.143)	(14.782)		-	d.	509	(14.273)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(763)	(26)	(789)		-		-	(789)
Outras receitas operacionais, líquidas	3.973	30.337	34.310		-	d.	188	34.498
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos	25.441	53.820	79.261		(9.411)		629	70.479
Receitas financeiras	6.429	14.705	21.134		-	d.	(60)	21.074
Despesas financeiras	(27.873)	(5.101)	(32.974)		-	d.	153	(32.821)
Despesas financeiras, líquidas	(21.444)	9.604	(11.840)		-		93	(11.747)
Resultado antes dos impostos	3.997	63.424	67.421		(9.411)		723	58.732
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9.749	(21.906)	(12.157)	c.	3.200		-	(8.957)
Lucro líquido do exercício	13.746	41.518	55.264		(6.211)		723	49.775

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Descrição das transações e base para elaboração das informações financeiras pro forma não auditadas

Descrição da transação

Em 4 de novembro de 2019, a Companhia, assinou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("Contrato") para a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social total da Translovato.

A conclusão da aquisição da Translovato ficou sujeita à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Em 25 de novembro de 2019, a aprovação sem restrições, pelo CADE, foi publicada no Diário Oficial da União.

Tal decisão tem um prazo de recurso de 15 (quinze) dias contados da data da publicação da referida aprovação na imprensa oficial (conforme a lei nº 12.529 de 30 de novembro de 2011 e a Resolução do CADE nº 1 datada de 29 de maio de 2012).

Em 11 de dezembro de 2019, após cumpridas as condições de fechamento e prazo para recurso da decisão do CADE, foi concluída a aquisição da totalidade das cotas da Translovato.

Os valores envolvidos na transação de aquisição da Translovato foram os seguintes:

a. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos
A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição da Translovato.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	9.728
Contas a receber de clientes	38.388
Estoques	578
Impostos a recuperar	35.720
Consórcios	501
Depósitos judiciais	449
Outros créditos	3.118
Direito de uso de ativos	46.005
Imobilizado	55.724
Intangível	
Carteira de clientes	1.299
Acordo de não concorrência	1.116
Direito de uso da marca	2.814
Software	1.295
Fornecedores	(17.164)
Empréstimos e financiamentos	(5.635)
Obrigações fiscais	(19.939)
Parcelamento de tributos	(9.746)
Obrigações trabalhistas	(19.390)
Arrendamentos	(44.315)
Consórcios contemplados	(767)
Provisão para contingências	(11.229)

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Outras contas a pagar	(5.029)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(1.003)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	62.518

Mensuração do valor justo

As informações financeiras condensadas *pro forma* não auditadas aqui apresentadas foram preparadas usando o método de aquisição contábil de acordo com o CPC 15 / IFRS 3, Combinações de Negócios ("IFRS 3").

O IFRS 3 exige, entre outras coisas, que ativos adquiridos e passivos assumidos sejam reconhecidos pelo valor justo na data do fechamento. As mensurações do valor justo podem ser altamente subjetivas e é possível que outros profissionais aplicando um julgamento razoável aos mesmos fatos e circunstâncias, possam desenvolver chegar a valores diferentes dos registrados pela Companhia.

A contraprestação transferida foi mensurada na data de fechamento da transação, pelo valor presente, esse requisito em particular, resulta numa contraprestação transferida diferente dos valores que serão efetivamente desembolsados.

Os custos de transação relacionados à aquisição (ou seja, honorários de consultoria, jurídicos, avaliação e outros honorários profissionais) e certos encargos de reestruturação relacionados à transação não são incluídos como um componente da contraprestação transferida, mas são contabilizados como despesas nos períodos em que os custos são incorridos. Os custos de transação incorridos pela Companhia e incluídos na demonstração financeira histórica da Companhia foram de R$ 1.576 mil.

As informações financeiras condensadas pró forma não auditadas aqui apresentadas não refletem nenhuma economia de custos, sinergias operacionais ou crescimento de receita que a Companhia pode obter como resultado da transação ou os custos para integrar as operações da Companhia e da Translovato ou os custos necessários para alcançar essas economias, sinergias operacionais, economias de custo, ganhos de escale e eficiência da estrutura administrativa e aumento de receita.

b. Contraprestação transferida e ágio na aquisição

Valor pago a vista	40.000
Pagamento anual a valor presente	8.354
Parcelas mensais a valor presente	43.996
Contraprestação total	92.350
Total dos ativos identificáveis, líquidos	(62.518)
Ágio na aquisição	29.832

Os valores a serem desembolsados na transação são os seguintes:

Valor à vista de R$ 40.000 pago na data de fechamento.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Valor a prazo no total de R$ 56.594, a ser pago em uma parcela de R$ 8.594 com prazo de 12 meses após a data de fechamento, corrigida pela variação do CDI – Certificado de depósito interbancário e 48 parcelas mensais de R$ 1.000 cada, totalizando R$ 48.000, devendo a primeira delas ser paga 13 meses após a data de fechamento e as demais no mesmo dia dos 47 meses subsequentes, todas corrigidas pela variação do CDI, verificada entre a data de fechamento e a data do seu efetivo pagamento.

Base para elaboração das informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas

As informações contábeis históricas utilizadas na elaboração destas informações financeiras *pro forma* não auditadas aqui apresentadas foram obtidas a partir das:

- Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019,e
- Demonstrações financeiras da Translovato para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Todas as demonstrações acima foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas informações financeiras *pro forma* devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis históricas das companhias envolvidas.

As demonstrações de resultado *pro forma* refletem os efeitos da aquisição de 100% das quotas da Translovato como se referida aquisição tivesse acontecido em 1º de janeiro de 2019.

As informações financeiras consolidadas históricas foram ajustadas para refletir os eventos diretamente atribuíveis à transação, suportados por fatos e, com expectativa de impactar continuamente os resultados.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição da Translovato ter ocorrido em 1º de janeiro de 2019, para fins das demonstrações do resultado e não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações contábeis consolidadas ou interpretadas como demonstração do resultado efetiva da Companhia.

Ajustes *pro forma*

As informações financeiras *pro forma* foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações contábeis históricas de cada entidade e os ajustes *pro forma* foram determinados tendo como base os impactos no resultado das empresas em função da combinação dos negócios se a mesma tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019:

a. Custos dos serviços prestados

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Reflete a parcela da depreciação referente à mais valia dos ativos imobilizados, alocada, como se a transação tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019, no montante de R$ 9.636. A parcela já alocada no resultado consolidado da Companhia foi de R$ 803, que resultou num ajuste de R$ 8.833.

A mais valia foi calculada comparando o valor contábil, com o valor de mercado, dos veículos da Translovato, na data da aquisição.

O valor de mercado foi obtido a partir de pesquisas na tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – ("FIPE¨) e em sites de revendedores especializados em caminhões, cavalos mecânicos, reboques e semi reboques.

A análise do estado físico dos veículos da Translovato chegou a um índice de realização de 87,5% do valor da tabela FIPE para cavalos mecânicos, caminhões e vans. Para os semi reboques foram avaliados diretamente pelo valor de mercado.

A mais valia total é de f R$ 12.430, com vida útil remanescente ("VUR") média de 15,5 meses.

O valor líquido considerado/incluso na demonstração *pro forma* é o resultado da eliminação dos valores já considerados na demonstração financeira da Companhia no valor de R$ 8.831 conforme abaixo demonstrado:

Descrição	**Item**	**Valor**
Valor da mais valia	[1]	12.430
VUR em meses	[2]	15.5
Valor da depreciação mensal	[3] = [1] / [2]	803
Valor da depreciação anual	[3] x 12	9.636
Valor da depreciação já alocado no resultado	[4]	803
Ajuste na depreciação	[3] - [4]	8.833

b. Despesas administrativas

Reflete as parcelas de amortização dos seguintes ativos intangíveis identificados pelo laudo de avaliação dos valores já considerados na demonstração financeira da Companhia:

Foram identificados os seguintes intangíveis durante o processo de alocação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

Item	**Descrição**	**Observações**
1) Carteira de clientes	Natureza do ativo: relacionado a clientes Método: MEEM (*Multi-Period Excess Earnings*	Vida útil: 10 anos [120 meses]. *Churn-rate*: 10,4% a.a.
2) Direito de uso de marca	Natureza do ativo: relacionado a mercado Método: *Relief from Royalties*	A estimativa do valor justo foi calculada com base em método de nominado *Relief from Royalties* (economia de *royalties*). Este método estima o valor do ativo com base nos pagamentos hipotéticos a título de

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

		royalties que seriam economizados pelo detentor do ativo comparado a o que seria pago pelo licenciamento do referido ativo de propriedade de terceiros, considerando o período de vida útil do mesmo(ou pela duração de um contrato de licenciamento) Taxa de *royalty*: 1,1% a.a. Duração de licenciamento: 10 anos conforme definido no - Sales and Purchase Agreement (" SPA") (cláusula 7.4).
3) Acordo de não concorrência	Natureza do ativo: relacionado a mercado Método: *Withand Without*	A estimativa do valor justo foi calculada com base no método "*Withand Without*", e se baseou em estimativas da administração sobre efeitos que um engajamento dos vendedores em concorrência provocaria nas receitas e fluxos de caixa da Empresa Foram preparadas projeções em dois cenários: Cenário "*With*" (com o ativo intangível em vigor) e Cenário "*Without*" (sem o ativo intangível acordo de não-concorrência). O Cenário "*With*" considera os fluxos de caixa na situação projetada no plano de negócios com o contrato de não-concorrência em vigor. O Cenário "*Without*" considerada os fluxos de caixa projetados sob efeito de hipotética concorrência dos Vendedores caso não houvesse o acordo de não-concorrência. Vida útil: 5 anos conforme definido no SPA (cláusula 13.1).

O valor dos intangíveis identificados e os impactos são os seguintes:

Intangível	Vida útil	Valor	(1) Amortização anual	(2) Apropriado	(3) Ajuste
Carteira de clientes	10	1.299	130	(17)	113
Acordo de não concorrência	05	1.116	223	(16)	207
Direito de uso da Marca	10	2.814	281	(23)	258
	25	5.229	634	(56)	578

¹ Amortização pelo período de 12 meses dos ativos intangíveis identificados no laudo de avaliação

² Valores já contemplados no resultado da Companhia referente ao período pós aquisição (11 de dezembro de 2019)

³ Saldo líquido caso a aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2019

c. Imposto de renda e contribuição social

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Reflete os impactos fiscais decorrentes das amortizações acima com base na alíquota de imposto de renda e contribuição social de 34%

d. Eliminações

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia consideram os valores da Translovato desde o período de sua aquisição no dia 11 de dezembro de 2019. Sendo assim, para efeito de demonstração das informações financeiras *pro forma* não auditada, se faz necessário a eliminação do resultado da Translovato presente na demonstração da Companhia referente ao período de 12 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Eventos não recorrentes

Em 22 de abril de 2019, ocorreu o trânsito em julgado favorável da ação judicial proposta pela controlada Translovato que discutia o direito da empresa realizar a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS, retroagindo este direito a setembro de 2006. Os créditos decorrentes da ação judicial foram reconhecidos em outras receitas operacionais líquidas na demonstração financeira histórica da Translovato no montante de R$ 24.100 e a correção monetária desses créditos em Receitas financeiras no montante de R$ 12.962 mil.

EBITDA (não auditado)

A Companhia adota como medida não contábil o EBITDA (não auditado), *Earnings before, interests, taxes, depreciation and amortization*, que representa o lucro antes das receitas (despesas) financeiras liquidas, do imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA (não auditado) é adotado com o objetivo de prover informação financeira adicional da Companhia sobre a sua capacidade de gerar resultados operacionais.

Segue abaixo conciliação do EBITDA *pro forma* não auditado:

	BBM Consolidado	(1) Translovato	Subtotal	(2) Ajustes *pro forma*	(3) Eliminações	*Pro forma* em 31/12/2019
Reconciliação do EBITDA (não auditado)						
(=) Lucro líquido do exercício	13.746	41.517	55.263	(6.211)	723	49.7757
(+) Depreciação/Amortização	34.414	17.209	51.623	9.411	(321)	60.713
(+) IR/CS corrente e diferido	(9.749)	21.906	12.157	(3.200)	-	8.957
(+/-)Despesas financeiras, líquidas	21.444	(9.604)	11.840	-	(93)	11.747
(=) EBITDA (não auditado)	59.855	71.028	130.883	-	308	131.192

(1) Resultado do exercício de 2019 da Translovato

(2) Ajustes de depreciação mais valia de ativo imobilizado (8.833 item 2.a) e amortização de intangíveis (578 item 2.b) e IR/CS calculado a alíquota de 34% sobre os ajustes ((8.833+578)*34%).

(3) Resultado de 20 dias de dezembro da Translovato já contemplado no resultado consolidado da BBM

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/N°03/2019 e conforme fato relevante divulgado em 15 de fevereiro de 2020, a Companhia decidiu suspender a divulgação de projeções financeiras (*guidance*), em razão da oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, uma vez que a divulgação de projeções (*guidance*) pela Companhia foi suspensa conforme Fato Relevante divulgado em 15 de fevereiro de 2020.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1 Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em 11 de fevereiro de 2020 e está disponibilizado no site da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/).

O Conselho de Administração é composto por até 7 (sete) Conselheiros efetivos, sendo um deles o presidente, e até igual número de suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitidas reeleições.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

O Conselho de Administração reúne-se (i) ordinariamente, preferencialmente, mensalmente; e (ii) extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quaisquer 2 (dois) Conselheiros. Fica estabelecido que serão realizadas, ao menos, 8 (oito) reuniões do Conselho de Administração durante cada exercício social caso não seja possível a realização de reuniões mensais conforme disposto no item (i) acima. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permitam a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as outras pessoas presentes na reunião.

Nas reuniões do Conselho de Administração, um Conselheiro poderá ser representado por outro Conselheiro (exceto os Conselheiros Independentes), bastando, para tanto, que o Conselheiro presente mostre autorização por escrito do Conselheiro ausente, autorização essa que poderá ser feita via carta, fax ou outro meio eletrônico anteriormente à realização da reunião.

As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas por qualquer conselheiro escolhido pela maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração.

Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social e pela lei vigente, deliberar exclusivamente sobre as seguintes matérias:

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a) indicar e afastar os Diretores da Companhia e estabelecer seus deveres, indicar seus substitutos em caso de indisponibilidade ou vaga temporária ou permanente;

b) estabelecer as orientações gerais dos negócios da Companhia;

c) recomendar a emissão de debêntures conversíveis, garantidas ou não, para a Assembleia Geral;

d) convocar a Assembleia Geral sempre que for conveniente, conforme estabelece a Lei de Sociedades por Ações;

e) aprovar qualquer modificação nos procedimentos contábeis ou a emissão de demonstrações financeiras suplementares pela Companhia;

f) aprovar as atribuições da área de auditoria interna da Companhia; e

g) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

As matérias a seguir listadas são de competência exclusiva do Conselho de Administração e dependerão de voto afirmativo de, pelo menos, 5 (cinco) Conselheiros:

a) aprovação dos contratos com partes relacionadas envolvendo a Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias;

b) alterações relativas à mudança de endereço de filiais da Companhia e abertura e/ou encerramento de filiais da Companhia, no Brasil ou no exterior;

c) aquisição ou a venda, cessão ou transferência de ativos de qualquer natureza, pela Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias, fora do curso normal dos seus negócios;

d) cessão, transferência ou negociação por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know-how, software ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente ou utilizado pela Companhia e/ou qualquer de suas subsidiárias;

e) aprovação do orçamento anual;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

f) indicação e destituição dos auditores independentes da Companhia;

g) aumento do endividamento da Companhia, totalizando valor acumulado de dívida líquida acima de 3x (três vezes) o EBITDA dos últimos quatro trimestres civis da Companhia;

h) aprovação de qualquer empréstimo, emissão de notas promissórias ou outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, operação de leasing financeiro ou qualquer outra forma de endividamento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias, com valor individual superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou valor agregado em um período de 12 (doze) meses superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

i) aprovação de emissão de debêntures simples, garantidas ou não, pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias;

j) criação, por qualquer forma, de ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou de qualquer de suas subsidiárias fora do curso normal de seus negócios mas em seu benefício, em que o valor exceda R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) durante um período de 12 (doze) meses;

k) quaisquer investimentos e desinvestimentos, pela Companhia e/ou por qualquer de suas subsidiárias, em valor individual que exceda R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o valor agregado, durante um período de 12 (doze) meses que exceda R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), os quais devem ser acompanhados por ata de aprovação da Diretoria, onde conste opiniões e considerações dos diretores, bem como as alternativas de investimentos existentes para o devido objeto;

l) fusão, cisão, transformação, incorporação ou incorporação de ações envolvendo qualquer das subsidiárias da Companhia;

m) fixação da remuneração individual dos Diretores, observada a remuneração global aprovada em assembleia geral, incluindo a remuneração fixa; definição da participação dos Diretores nos resultados da Companhia e dos bônus anuais da Diretoria; e determinar eventual elegibilidade e termos da participação de Diretores e executivos no programa de incentivo e remuneração de longo prazo, em todos os casos, respeitada a remuneração global e a divisão aprovada em Assembleia Geral;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

n) fixação da remuneração de cada membro do Conselho de Administração observando as diretrizes e limites definidos pela Assembleia Geral; e

o) aprovação do relatório da administração e das contas da Diretoria e recomendação com relação a qualquer distribuição de lucros líquidos da Companhia para a Assembleia Geral.

Comitê de Auditoria (não estatutário)

Trata-se de um comitê permanente, instituído em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2020. Referido comitê possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em 15 de janeiro de 2020 pelo Conselho de Administração e está disponibilizado no site da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/). Referido Comitê é composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, sendo que (i) ao menos um deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, e nas atividades de auditoria independente; e (ii) ao menos um deles deve ser conselheiro independente da Companhia.

Referido comitê tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão:

(I) Da qualidade e integridade das demonstrações financeiras e dos demais relatórios financeiros:

a. revisar as demonstrações financeiras intercalares e anuais, incluindo as divulgações no relatório da administração e monitorar a qualidade e integridade das mesmas. Revisar também a minuta do relatório de auditoria a ser emitido pelos auditores independentes. Apresentar ao Conselho, as recomendações que entender oportunas sobre tais documentos;
b. reunir-se com a administração para entender as políticas contábeis e os procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
c. reunir-se com os auditores independentes, questionando sobre a qualidade das políticas e práticas contábeis adotadas pela BBM na preparação de seus relatórios financeiros vis a vis as normas contábeis vigentes, bem como sobre eventuais mudanças de prática contábeis em relação ao exercício anterior; e
d. monitorar, junto a administração da Companhia as informações a serem divulgadas nos relatórios financeiros, sugerindo ao Conselho aprimoramentos das referidas divulgações, tendo em vista as normas contábeis vigentes.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(II) Da aderência da BBM aos requerimentos legais e regulamentares:

a. Monitorar junto a administração da BBM a adequação e efetividade dos procedimentos para assegurar a aderência às normas legais e regulatórias aplicáveis, incluindo as transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, as que possam ter impacto relevante nas atividades da Companhia e suas respectivas evidenciações nas demonstrações financeiras, conforme aplicável.

(III) Dos aspectos pertinentes à qualificação, performance e independência dos auditores independentes:

a. Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, bem como de qualquer contratação de serviços adicionais, não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, a serem prestados pelos auditores independentes da BBM;
b. Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da BBM, estabelecendo protocolo formal de comunicação entre os auditores independentes e o Comitê; apresentação dos resultados dos trabalhos de cada trimestre e do exercício em curso, e para apresentação dos aspectos descritos no item (c) a seguir;
c. Requerer junto ao sócio-líder do trabalho da empresa de auditoria independente, no mínimo anualmente, apresentação formal sobre as políticas e procedimentos internos adotados pela empresa relacionados a: (i) controle de qualidade; (ii) monitoramento de rotação do sócio responsável e dos demais membros das equipes de trabalho da auditoria independente; (iii) monitoramento da experiência e qualificação técnica requeridas dos integrantes da equipe para a execução dos trabalhos de auditoria; (iv) monitoramento de todos os relacionamentos profissionais e comerciais da empresa e seus colaboradores com a BBM; (v) monitoramento de todos os serviços prestados à BBM, que não de auditoria e a consequente análise de que os mesmos não afetam a independência; (vi) monitoramento de processos instaurados pelos órgãos reguladores da profissão contra a empresa de auditoria ou seus membros que possam impactar a continuidade de prestação de serviços à BBM; e (viii) comunicação formal e tempestiva à administração da BBM de quaisquer exceções identificadas nos

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

processos de monitoramento acima citados e como os mesmos foram sanados.

(IV) Da avaliação e monitoramento dos riscos corporativos e respectivos controles internos:

a. Manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais processos operacionais da BBM com o objetivo de conhecer as operações, os principais riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigar estes riscos;
b. Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, propondo ao Conselho as ações que entender necessárias para aperfeiçoá-la;
c. Avaliar a observância, pela diretoria da BBM, quanto a resposta e estabelecimento de planos de ação e prazos para implementação de solução das recomendações apresentadas pela auditoria interna ou independente, assim como as emitidas pelo próprio Comitê.
d. Avaliar e monitorar, juntamente com a área de auditoria interna ou de gestão de riscos da Companhia, as exposições de risco da BBM, identificados e avaliados pelo Conselho, são controlados pela administração e identificadas as exposições da BBM a tais riscos, informando periodicamente ao Conselho o resultado deste monitoramento;
e. Recomendar ao Conselho de Administração da BBM a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, podendo reunir-se com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e
f. Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Comitê de Estratégia e Fusões e Aquisições (não estatutário)

Trata-se de um comitê permanente, instituído em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2019, com a função de gerar, analisar e desenvolver novas oportunidades de aquisições para a Companhia. O Comitê é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros. Referido comitê

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em 17 de dezembro de 2019 e está disponibilizado no site da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/).

Compete a referido comitê:

(i) Promover a discussão e o consenso prévio de grandes direcionadores para os negócios e a gestão da Companhia, a serem levados para o Conselho, relacionados aos seguintes temas:

a) Planejamento estratégico da Companhia;
b) Estratégia de crescimento através de consolidação;
c) Fusões e aquisições

(ii) Coordenar a elaboração - a ser feita em conjunto com a diretoria, o Conselho de Administração e seus comitês e com apoio de consultoria externa especializada, se necessário – do planejamento estratégico da Companhia, a ser aprovado pelo Conselho da Administração, bem como o monitoramento do mesmo e eventuais atualizações quando necessário.

(iii) Monitorar o alinhamento de (i) os projetos relevantes e estratégicos, (ii) as metas e objetivos definidos em cada orçamento anual da Companhia e (iii) os projetos de fusões e aquisições com o plano estratégico da Companhia,

(iv) Recomendar a contratação de empresa de consultoria especializada em estratégia empresarial para atuação na formulação e/ou revisão do planejamento estratégico e da estratégia de fusões e aquisições.

(v) Recomendar para o Conselho de Administração a estratégia de fusões e aquisições da Companhia.

(vi) Apoiar a diretoria na prospecção e análise de potenciais alvos de fusões e aquisições, bem como monitorar o processo de análise, negociação e diligência destes alvos.

(vii) Recomendar, para aprovação pelo Conselho de Administração, as empresas alvo de aquisição, bem como os termos das propostas vinculantes a serem formalizadas com tais empresas.

(viii) Estar à disposição do Conselho, do Comitê de Gente e Gestão e do Diretor-Presidente, quando solicitado, para dar subsídios em aspectos referentes à avaliação de executivos da Companhia, sobretudo no que se refere a aspectos de atributos ou ações de competência do Comitê.

Comitê de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (não estatutário)

Trata-se de um comitê permanente, instituído em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2019, com intuito de analisar e implementar tecnologias que agreguem valor a Companhia, para torná-la um modelo de inovação tecnológica em seu ramo de atividade no mercado. O comitê é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos designados pelo Conselho de Administração. Referido comitê possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em 17 de dezembro de 2019 e está disponibilizado no site da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/).

Compete a referido comitê:

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(i) Promover a discussão e o consenso prévio de grandes direcionadores para os negócios e a gestão da Companhia, a serem levados para o Conselho, para definição das diretrizes do planejamento estratégico plurianual abrangendo:
- **a)** Tendências tecnológicas, sejam de infraestrutura, software ou telecomunicações;
- **b)** Inovações que estejam ocorrendo no Brasil e no mundo, no setor de atuação da Companhia;
- **c)** Movimentos de transformações digitais nos concorrentes no Brasil e no mundo;
- **d)** Análise dos sistemas legados e projetos de integração com novas aquisições.

(ii) Propor anualmente o conjunto de direcionadores estratégicos que o Conselho encaminhará à Diretoria para a formulação das estratégias anuais referentes aos tópicos acima (do item (i));

(iii) Avaliar o alinhamento dos planos estratégicos anuais ao planejamento plurianual, apontado ajustes que venham a ser recomendáveis;

(iv) Acompanhar anualmente os trabalhos de revisão e de realinhamento do planejamento plurianual e de formulação de diretrizes anuais;

(v) Recomendar, em listas tríplices qualificados, se julgar necessário, a contratação de empresa de consultoria especializada em estratégia empresarial para atuação junto à Diretoria, na formulação de planos de inovação, transformação digital ou inovação;

(vi) Definir painéis para acompanhamento, pelo Conselho, das diretrizes e de grandes projetos em curso na Companhia em suas áreas de competência;

(vii) Orientar trabalhos para manter atualizado o mapeamento de todos projetos de tecnologia da informação e de transformação digital em andamento na Companhia;

(viii) Orientar trabalhos de acompanhamento das inovações das empresas concorrentes no mercado nacional;

(ix) Orientar a promoção de pesquisas de âmbito mundial sobre inovações tecnológicas relacionadas aos negócios da Companhia, desenvolvidas ou em desenvolvimento, propondo os ajustes necessários à estratégia da Companhia;

(x) Avaliar, em conjunto com o Comitê de Estratégia e Fusões e Aquisições, os aspectos relacionados a Tecnologia, Inovação e Transformação Digital em qualquer aquisição que venha a ser realizada pela Companhia;

(xi) Estar à disposição do Conselho, do Comitê de Gente e Gestão e do Diretor-Presidente, quando solicitado, em interações para dar subsídios em aspectos específicos referentes à avaliação de executivos da Companhia, sobretudo no que se refere a aspectos de atributos ou ações de competência do Comitê.

Comitê de Ética (não estatutário)

Trata-se de um comitê permanente, conforme descrito no item 5.4, "a" deste Formulário de Referência, criado pela Presidência da Companhia, e composto por 3

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(três) membros titulares, dos quais 2 (dois) são diretores estatutários da Companhia, e por 2 (dois) suplentes. Referido comitê não possui regimento interno próprio.

Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade

Trata-se de um comitê permanente, instituído em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de fevereiro de 2020, para tratar de assuntos relacionados (a) à gestão de pessoas; e (b) a sustentabilidade. O comitê é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos designados pelo Conselho de Administração. Referido comitê possui regimento interno próprio, o qual foi aprovado em 05 de fevereiro de 2020 e está disponibilizado no site da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/).

Compete a referido comitê:

(i) Discutir, acompanhar e aconselhar a Diretoria sobre o modelo de **estrutura organizacional** da Companhia, buscando alinhar esta estrutura ao modelo operacional e à estratégia da Companhia.

(ii) Discutir, aconselhar e acompanhar a Diretoria no controle do **quadro de pessoal** definido pelo presidente executivo e aprovado pelo Conselho de Administração.

(iii) Recomendar e acompanhar o processo de nomeação, remuneração, avaliação e destituição dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês de assessoramento ao conselho, bem como realizar a avaliação e definição do perfil dos membros destes orgãos e sua adequabilidade às necessidades da Companhia.

(iv) Recomendar e acompanhar o cronograma de **integração de novos conselheiros independentes e membros dos comitês de assessoramento**, elaborando e coordenando o programa de integração dos mesmos.

(v) **Discutir, acompanhar e aconselhar a Diretoria** sobre a preservação dos **valores e da cultura organizacional**.

(vi) Discutir, acompanhar e aconselhar a Diretoria na gestão e promoção de um **clima organizacional** saudável e do modelo de intervenções para promoção de melhorias.

(vii) Avaliar, recomendar e monitorar a Diretoria na difusão das **diretrizes e padrões éticos** em toda organização, apoiando e acompanhando os canais de denúncias internos, para que os mesmos sejam efetivos.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(viii) Em relação à **atração e retenção** de talentos:

- **a.** Debater as estratégias de atração e retenção de executivos;
- **b.** Discutir, acompanhar e aconselhar o Conselho de Administração e a Diretoria sobre a carreira e os processos de sucessão dos talentos-chave da companhia;
- **c.** Acompanhar o mapa de sucessão para postos-chave;
- **d.** Monitorar o resultado dos programas institucionais;
- **e.** Avaliar, acompanhar e aconselhar a Diretoria na definição das competências necessárias por cargo/função-chave;
- **f.** Apoiar o acompanhamento de desempenho e desenvolvimento dos executivos-chave da companhia, avaliando o processo e resultado.

(ix) Em relação à **remuneração**, avaliar e recomendar para aprovação do Conselho de Administração as políticas de remuneração do Diretor Presidente e demais Diretores Estatutários, bem como colaboradores de alta performance (salário fixo e variável, benefícios, bônus de curto e longos prazos entre outras modalidades de remuneração).

(x) Anualmente avaliar e recomendar remuneração dos Administradores para aprovação do Conselho e Assembleia de Acionistas

(xi) Em relação à atividade de **recrutamento e seleção**:

- **a.** Aconselhar e acompanhar a Diretoria na definição das competências (experiência, habilidades e perfis) dos cargos-chave para que a Companhia atinja suas aspirações de médio e longo prazo; e
- **b.** Discutir, acompanhar e aconselhar a Diretoria para que o processo de seleção esteja em conformidade com os valores da Companhia.

(xii) Em relação à **capacitação e desenvolvimento**:

- **a.** Acompanhar a política e os processos de capacitação e desenvolvimento dos líderes e posições-chave da companhia.
- **b.** Apoiar na definição de programas de educação continuada.

(xiii) Em relação ao **processo de saída**:

- **a.** Discutir, avaliar e monitorar junto à Diretoria os processos de saída, incluindo entrevista de demissão de pessoas-chave e dados de *Turnover*;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

b. Em situações específicas, o COGGES poderá conduzir diretamente a entrevista de saída de executivos "C level". Esta entrevista poderá ser conduzida isoladamente ou em conjunto com o CEO / Diretor de Recursos Humanos;

c. Avaliar dados e sugerir à Diretoria alterações no processo de saída.

(xiv) Em relação aos **riscos trabalhistas**:

a. Acompanhar os principais ofensores e riscos trabalhistas, bem como, as ações para mitigação do passivo trabalhista da companhia;

b. Outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

(xv) Em relação ao tema da **Sustentabilidade (ESG)**:

a. Acompanhar a Diretoria no desenvolvimento das principais iniciativas da Companhia nesta área;

b. Acompanhar e discutir periodicamente as principais tendências, riscos e oportunidades nesta área, divulgando suas conclusões e recomendações para o Conselho de Adminsitração.

c. Definir, em conjunto com a Diretoria, o plano estratégico de sustentabilidade com as principais diretrizes a serem seguidas pela Companhia e encaminhar o mesmo para apreciação do Conselho de Administração; e

d. Monitorar, junto à Diretoria a implementação, de tal plano e os resultados das ações implementadas pela Companhia.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário. A Companhia possui um comitê de auditoria não estatutário que está descrito no item (i) acima.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, conforme aprovada em 20 de setembro de 2019 pelo Conselho de Administração da Companhia. Essa política apresenta procedimentos de forma a evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Nos termos da Política aprovada, cabe ao Conselho de Administração supervisionar, fiscalizar e acompanhar as atividades

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

de auditoria independente contratadas pela Companhia, a fim de avaliar a independências dos auditores, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços às necessidades da Companhia, bem como aprovar a contratação de quaisquer serviços extra-auditoria. Para tanto, todas as propostas de contratação devem ser apresentadas ao Conselho de Administração já com a análise de comprometimento da independência da contratação pelo próprio auditor externo, bem como com o orçamento dos valores envolvidos. Atualmente, a Política de contratação de serviços extra-auditoria da Companhia está disponível para consulta nos websites da Companhia (https://ri.bbmlogistica.com.br/) e da CVM (www.cvm.gov.br).

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A diretoria não possui regimento interno, todas as suas atribuições e competências estão definidas no Estatuto Social da Companhia. A Diretoria da Companhia é formada por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, sendo (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Executivo Administrativo Financeiro; (c) 1 (um) Diretor Executivo de Operações Logísticas Dedicadas; (d) 1 (um) Diretor Executivo de Gestão de Transporte; (e) 1 (um) Diretor Executivo Comercial; (f) 4 (quatro) Diretor(es) de Segmentos de Negócios; (g) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, (h) 1 (um) Diretor de Recursos Humanos e (i) 1 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, sendo permitida a acumulação de cargos, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Exceto quando estabelecido de outra forma no Estatuto Social da Companhia, a representação da Companhia perante terceiros, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, bem como a assinatura de qualquer documento que envolva a assunção de obrigações e/ou direitos pela Companhia, será realizada (a) por quaisquer dos diretores conjuntamente com o Diretor Administrativo Financeiro; ou (b) por procurador com poderes específicos, na forma do parágrafo 2º do art. 9º do Estatuto Social Companhia.

As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas sempre pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro, em conjunto, e deverão especificar expressamente os poderes conferidos, e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos (*ad judicia*), que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Compete ao Diretor Presidente:

(a) dirigir a Companhia cumprindo e fazendo cumprir o seu Estatuto Social e as decisões dos órgãos deliberativos;

(b) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;

(c) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores;

(d) planejar e coordenar as iniciativas comerciais e operacionais em concordância com o plano de crescimento da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(e) executar atividades de administração, incluindo, sem limitação, a formalização de atos societários;

(f) zelar pela conformidade regulatória, tributária, trabalhista e ambiental da Companhia;

(g) garantir disponibilidade e adequado estado de funcionamento dos ativos e infraestrutura da Companhia;

(h) zelar pelo bom funcionamento e cumprimento das normas vigentes para as operações na matriz e nas filiais da Companhia, bem como pelo cumprimento do código de ética;

(i) acompanhar as atividades da área de recursos humanos da Companhia, especialmente no contexto de contratação e avaliação de cargos de gerência, bem como as iniciativas para gestão de talentos e sucessores para cargos chave;

(j) acompanhar as atividades da área de tecnologia da informação, especialmente em relação ao desenvolvimento das atividades de inovação e transformação digital;

(k) acompanhar as atividades relacionadas ao tema de ESG (Environmental, Social and Governance), garantindo que a Companhia tenha um planejamento adequado e estruturado e ações efetivas nesta área alinhadas às suas operações e estratégia de negócio;

(l) acompanhar as atividades relacionadas à gestão de riscos.

Compete ao Diretor Executivo Administrativo Financeiro:

(a) coordenar e supervisionar as atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber, finanças, orçamento e contabilidade;

(b) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal;

(c) zelar pela conformidade tributária e trabalhista;

(d) dar suporte aos demais diretores e departamentos da Companhia com relatórios, análises e informações de acompanhamento e avaliação dos resultados buscando proativamente identificar riscos, desvios em relação às metas definidas e oportunidades de melhoria;

(e) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras, do relatório anual da administração da Companhia e demais relatórios gerenciais solicitados pela Diretoria, Conselho de Administração e acionistas, conforme o caso;

(f) coordenar a apresentação das informações e relatórios aos auditores independentes, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando em funcionamento;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(g) coordenar e supervisionar as contratações de seguros pela Companhia, bem como avaliar o impacto de tais contratações no desempenho financeiro da Companhia;

(h) supervisionar e coordenar o acompanhamento e aplicação das normas regulatórias no âmbito do Mercosul aplicáveis à Companhia;

(i) fornecer informações relativas ao desempenho da Companhia periodicamente à Assembleia Geral e/ou ao Conselho de Administração; executar as atividades de análise, acompanhamento e avaliação do desempenho financeiro da Companhia, conforme orientação da Assembleia Geral e/ou do Conselho de Administração; e

(j) supervisionar os trabalhos dos auditores independentes.

Compete aos Diretores Executivos de Gestão de Transporte e de Operações Logísticas Dedicadas:

(a) coordenar, fiscalizar e responsabilizar-se perante a Companhia pelo resultado das operações, tanto em seus aspectos qualitativos como em seus aspectos quantitativos, incluindo atingimento de metas de indicadores operacionais e de metas de custos, despesas e investimentos relacionadas às operações;

(b) zelar pela conformidade regulatória e ambiental da Companhia;

(c) supervisionar o cumprimento das normas ambientais no transporte de cargas, bem como avaliar formas de reduzir riscos de eventuais sinistros no desempenho financeiro e a imagem da Companhia;

(d) garantir a disponibilidade e adequado estado de funcionamento dos ativos e infraestrutura relacionados às operações da Companhia;

(e) supervisionar a qualidade e eficiência das operações, definindo e acompanhando as metas operacionais das unidades de negócios e envidando seus melhores esforços para atingir e superar as expectativas dos clientes através da viabilidade econômica mútua;

(f) supervisionar os processos operacionais da Companhia, envidando os melhores esforços para disseminar, nas unidades de negócio, a busca constante por oportunidades de melhoria de desempenho e eficiência das operações; e

(g) coordenar, junto com as unidades de negócio, a definição das estratégias, processos e metas operacionais da Companhia e acompanhar e executar a implementação e monitoramento das mesmas.

(h) atuar conjuntamente com os Diretores de Segmentos de Negócios e os responsáveis pelas filiais da Companhia nos assuntos de operações, sendo o principal responsável por garantir os padrões, qualidade, processos e resultados relacionados às operações.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(i) suportar operacionalmente a empresa em atividades de expansão, investimentos, aquisições e alianças corporativas;

(j) gerenciar relacionamentos com parceiros e fornecedores no âmbito operacional;

(k) entender o modelo operacional dos clientes e apoiar na busca pela melhor solução logística para as demandas existentes

Compete ao Diretor Executivo Comercial:

(a) planejar, definir e administrar as estratégias comerciais da Companhia;

(b) estabelecer e gerir estruturas de vendas e políticas de relacionamento comercial;

(c) monitorar o atingimento das metas comerciais de toda a Companhia;

(d) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza comercial;

(e) elaborar relatórios de natureza comercial e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;

(f) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência;

(g) atuar conjuntamente com os Diretores de Segmentos de Negócios e os responsáveis pelas filiais da Companhia nos assuntos comerciais, sendo o principal responsável por garantir os padrões, qualidade, processos e resultados relacionados às atividades comerciais;

(h) entender o modelo operacional dos clientes existentes e potenciais, prospectar novos negócios e apoiar na busca pela melhor solução logística para as demandas existentes;

(i) ser o elo de ligação entre os clientes e a Companhia garantindo a satisfação, viabilidade econômica mútua e formalizando adequadamente a relação comercial;

(j) desenvolver projetos que sustentem o crescimento planejado da empresa priorizando a otimização dos seus resultados;

(l) desenvolver, apresentar e negociar propostas comerciais adequadas à necessidade dos clientes de acordo com os serviços disponíveis nas Unidades de Negócios e aprová-las em conjunto com os outros diretores; e

(m) acompanhar junto às unidades de negócios a execução das propostas comerciais, identificando eventuais desvios, de forma a assegurar o retorno projetado na respectiva contratação.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

(a) representar institucionalmente a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, as bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como as entidades de regulação e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

auto-regulação e fiscalização correspondentes e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; e

(b) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e auto-regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições.

Compete ao Diretor de Recursos Humanos:

(a) administrar em alinhamento com a Presidência os movimentos de desenho organizacional, bem como garantir o organograma aprovado e necessário para o desenvolvimento das atividades da BBM, prestando suporte para área de novos projetos, fusões e aquisições e modelando cenários com projeção de budget, headcount e overheads para implantação de novas estruturas;

(b) coordenar as relações trabalhistas, negociando e fazendo cumprir acordos e convenções coletivos;

(c) desenvolver e gerenciar políticas de remuneração para assegurar equidade interna e competitividade externa, gerir o programa de remuneração variável e de incentivo de longo prazo e coordenar o processo de orçamento de salários da Companhia, bem como a administração de desempenho e desenvolvimento de carreira dos colaboradores através do uso das ferramentas mais adequadas ao negócio e cultura da empresa;

(d) garantir a execução, eficiência e transparência dos processos de admissão, folha de pagamento, rescisão, férias e encargos sociais;

(e) promover a disseminação de cultura e valores da empresa, por meio de ações que garantam um excelente clima organizacional de forma a permitir o engajamento dos funcionários à cultura e diretrizes estabelecidas pela empresa; e

(f) supervisionar e coordenar o acompanhamento e aplicação das normas ISO e SASSMAQ aplicáveis à Companhia.

Compete a cada Diretor de Segmentos de Negócios:

(a) coordenar, fiscalizar e responsabilizar-se perante a Companhia pelo resultado do segmento sob sua responsabilidade, ou seja, pelas vendas, receitas, rentabilidade, custos e despesas e pelas operações e aspectos qualitativos do segmento de negócios sob sua gestão;

(b) observar as diretrizes que venham a ser estabelecidas pelo Diretor de Operações, Diretor Comercial, Diretor Presidente e Diretor Financeiro e pelo Conselho de Administração e envidar seus melhores esforços para o cumprimento do orçamento , inclusive no que tange a aspectos de capital de giro e investimentos, do segmento de negócios sob sua gestão, sendo o principal responsável por tais resultados;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(c) de forma coordenada com o Diretor Comercial e com os responsáveis pelas filiais da Companhia, desenvolver e gerir o relacionamento com clientes dos segmentos de negócios sob sua gestão com o objetivo de maximizar as vendas para tais clientes, bem como a respectiva rentabilidade, e garantir a qualidade dos serviços prestados a tais clientes;

(d) de forma coordenada com o Diretor de Operações e com os responsáveis pelas filiais da Companhia, coordenar e supervisionar a execução das operações de do segmento de negócios sob sua gestão com o objetivo de atingir os níveis de serviço demandados pelos clientes e as metas operacionais e financeiras definidas para seu segmento de negócios;

(e) de forma coordenada com o Diretor de Operações e com os responsáveis pelas filiais da Companhia, desenvolver e gerir o relacionamento com os fornecedores do seu segmento de negócios com o objetivo de maximizar sua disponibilidade e qualidade, e gerenciar os custos, despesas e investimentos relacionados; e

(f) entender o modelo operacional dos clientes e apoiar a busca pela melhor solução logística para as demandas existentes.

Compete ao Diretor de Tecnologia da Informação:

(a) coordenar a implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, fazendo diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de tecnologia da informação que atendam as necessidades de informação da Companhia;

(b) garantir que a Companhia esteja dotada de sistemas e recursos existentes no mercado, através do contínuo acompanhamento dos produtos existentes no mercado, bem como dos novos lançamentos e do aprimoramento dos hardwares e softwares já existentes;

(c) planejar, coordenar, gerir e supervisionar os projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, comunicação de voz e dados, rede elétrica estabilizada, rede local com e sem fio, infraestrutura computacional, serviços de atendimento de informática e demais atividades de tecnologia da informação;

(d) coordenar o desenvolvimento e contínuo aperfeiçoamento dos sistemas de gerenciamento de transporte (TMS), digitalização da demanda e oferta (DDO) e sistema de otimização, pelos diversos prestadores de serviços contratados, inclusive fábricas de software, garantindo o atendimento dos requisitos e de todas as operações da Companhia;

(e) promover ações visando a garantir a disponibilidade, a qualidade e a confiabilidade dos processos, produtos e serviços de tecnologia;

(f) acompanhar e avaliar a elaboração e execução dos planos, programas, projetos e as contratações estratégicas de tecnologia da informação e comunicação, estabelecer e coordenar a execução da política de segurança de tecnologia da informação;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(g) traduzir os desafios estratégicos da Companhia na construção de um portfólio de projetos e iniciativas de inovação e, ao mesmo tempo, auxiliar na formulação da estratégia da Companhia com informações sobre as tendências e mudanças no ambiente externo; e

(h) promover as ações necessárias no sentido de assegurar a integridade e a proteção dos dados e informações da Companhia.

c. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não aplicável, uma vez que, atualmente, o Conselho Fiscal da Companhia não é permanente e será instalado unicamente a pedido dos acionistas.

d. Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando

i. Informar a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

O Conselho de Administração, com objetivo de aprimorar sua eficácia, realiza no mínimo 1 (uma) vez por ano (a) a sua auto-avaliação como orgão, (b) a avaliação do Presidente do Conselho, (c) a avaliação de cada membro de forma individual e (d) a avaliação de seus comitês de assessoramento, buscando identificar oportunidades de melhoria no seu funcionamento e gerar planos de ação.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, dos membros do conselho e de seus comitês é coordenada pelo seu Presidente e conta com a participação de todos os membros do conselho, sendo facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

O Conselho de Administração também realiza anualmente a avaliação individual de cada membro da diretoria.

ii. Informar a metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

A avaliação do Conselho de Administração é realizada através de um processo no qual os membros do conselho avaliam a efetividade do órgão em temas relevantes, tais como: (i) funcionamento das reuniões, (ii) preparação adequada das pautas, (iii) composição do conselho, (iv) participação dos membros do conselho, (v) qualidade das discussões, (vi) relevância dos temas monitorados e discutidos, além de outros itens.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A avaliação individual do Presidente do Conselho e de cada membro do conselho é realizada pelos demais conselheiros.

Os Comitês são avaliados pelos membros do conselho, com apoio da diretoria, principalmente em relação à sua efetividade, ou seja, capacidade de assessorar de forma efetiva o conselho nos temas definidos e composição.

Os diretores são avaliados anualmente através da análise do atingimento das metas quantitativas definidas para cada diretor, além da observância de questões qualitativas. Exceto no caso de sua própria avaliação, que é realizada pelo Conselho, sempre é solicitado ao diretor presidente que apresente sua avaliação dos demais diretores para o conselho, dentro deste processo.

iii. Informar como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Os resultados das avaliações são disponibilizados a todos os membros do conselho e discutidos entre eles.

A partir desta discussão, os membros do conselho definem planos de ação em relação a cada item de atenção e/ou oportunidade de melhoria identificada, incluindo a revisão da composição, inserção de temas na pauta de discussões e deliberações do conselho e revisão da estrutura e composição dos comitês de assessoramento.

iv. Informar se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia contratado serviços de consultoria ou assessoria externos para avaliação de desempenho dos órgãos e/ou comitês.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas quanto a prazos de convocação.

Nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º do Estatuto Social da Companhia, as Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, no caso de primeira convocação, e 8 (oito) dias no caso de segunda convocação, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

b) competências

Além das matérias previstas em lei, compete à Assembleia Geral a deliberação sobre as seguintes matérias, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações:

(a) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição ou remuneração aos acionistas da Companhia;

(b) aquisição, fusão, incorporação, cisão da Companhia ou de qualquer outra sociedade na Companhia, incluindo de suas subsidiárias;

(c) qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia;

(d) determinação do valor global da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria e aprovação da distribuição da remuneração aplicável ao Conselho de Administração e à Diretoria para cada exercício;

(e) qualquer aumento ou redução de capital da Companhia ou emissão de novas ações, a menos que dentro do capital autorizado da Companhia;

(f) a obtenção de registro da Companhia e/ou de qualquer subsidiária perante as autoridades competentes para negociação de suas ações ou outros valores mobiliários em ambiente de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado e a realização de oferta pública inicial de ações da Companhia;

(g) concessão de avais, fianças de qualquer natureza ou qualquer outra forma de prestação de garantia da Companhia para garantir obrigações de terceiros, para fins de clareza, não se submetem a aprovação da Assembleia qualquer forma de garantia da Companhia às suas Controladas, em qualquer valor; e

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

(h) aprovação de emissão de bônus de subscrição ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Alameda Bom Pastor, 2.216, Barro Preto, São José dos Pinhais/PR, bem como no seguinte endereço eletrônico: http://ri.bbmlogistica.com.br/, no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) ("B3").

d) identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira, caso ocorra qualquer conflito de interesses.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais. O acionista poderá ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos, quando aplicável.

f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas da Companhia poderão participar das assembleias gerais mediante nomeação de procurador para representá-los, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade e a respectiva participação acionária. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância ("Boletim"), deverá fazê-lo por uma das seguintes opções:

(i) por instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

(ii) por instruções de preenchimento transmitidas aos seus respectivos agentes de custódia, no caso de acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou mediante encaminhamento do Boletim diretamente à Companhia.

O Boletim, tão logo disponível, nos termos da regulamentação, poderá ser acessado, para impressão e preenchimento prévio no website da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br).

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os documentos abaixo listados para Alameda Bom Pastor, 2216, Barro Preto, São José dos Pinhais/PR , CEP 83015-810, aos cuidados da Área de Relações com Investidores. No que se refere as formalidades necessárias para aceitação do referido Boletim, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos:

(i) via original do Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado, observado que não será exigido o reconhecimento das firmas apostas no Boletim, tampouco a sua consularização;

(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos: a) documento de identidade válido com foto do acionista, no caso de acionista pessoa física; b) cópia dos estatutos sociais ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes bastantes, no caso de pessoa jurídica e documento de identidade com foto do representante legal; c) cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, e documentos societários que comprovem os poderes de representação, no caso de fundos, e documento de identidade com foto do representante legal; d) cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira depositária; e) em se tratando de acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas, extrato contendo a sua respectiva posição acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da Assembleia.

De acordo com o Art. 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o Boletim será recebido até 7 (sete) dias antes da Assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos nos itens (i) e (ii) acima para o endereço eletrônico ri@bbmlogistica.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do Boletim e da cópia dos demais documentos requeridos, em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, para a Alameda Bom Pastor, 2216, Barro Preto, São José dos Pinhais/PR, CEP 83015-810.

Uma vez recebidos os documentos referidos nos itens (i) e (ii) acima, a Companhia avisará ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado no Boletim, acerca de seu

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

Caso o Boletim seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no Boletim, que indicará a necessidade de reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham (desde que haja tempo hábil), descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá enviar nova instrução de voto à Companhia, caso entenda necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Entretanto, caso haja divergências entre o Boletim recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação proveniente do escriturador para um mesmo número de CPF ou CNPJ, a instrução de voto do escriturador prevalecerá, de acordo com as disposições do artigo 21-W, §2º da Instrução CVM nº 481/09.

h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância, observado, porém, que utilizará as prerrogativas da Instrução CVM nº 561/2015 para viabilizar o processo de voto a distância, conforme item g) acima.

i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no Boletim relativo às Assembleias Gerais Ordinárias e nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia, nas quais a adoção do Boletim for aplicável, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Alameda Bom Pastor, 2216, Barro Preto, São José dos Pinhais/PR, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico ri@bbmlogistica.com.br, nos prazos e termos estabelecidos pela regulamentação vigente, em especial, a Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Seguem abaixo informações e procedimentos a serem observados para fins do exercício do direito do voto a distância por meio de prestadores de serviços:

(i) Exercício mediante envio de instruções de preenchimento transmitidas ao escriturador da Companhia

Essa opção destina-se exclusivamente aos acionistas detentores de ações escrituradas pela ITAÚ CORRETORA DE VALORES S/A que não estejam depositadas em depositário central.

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central – como por exemplo, junto à B3 – e que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços poderá transmitir as suas instruções de voto ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia, a ITAÚ CORRETORA DE VALORES S/A, observadas as regras por ele determinadas.

Caso o acionista possua ações custodiadas em mais de uma instituição (a citar, por exemplo, situações em que parte da posição está custodiada nos livros do escriturador e outra parte com um custodiante, ou ações custodiadas em mais de uma instituição custodiante), basta enviar a instrução de voto para apenas uma instituição. O voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do acionista. Em caso de dúvida com relação aos procedimentos acima, favor contatar a ITAÚ CORRETORA DE VALORES S/A:

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim ao agente escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia.

(ii) Exercício mediante envio de instruções de preenchimento transmitidas aos agentes de custódia.

Essa opção destina-se exclusivamente aos acionistas detentores de ações custodiadas no depositário central – como, por exemplo, na Central Depositária da B3. Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados por seus respectivos agentes de custódia.

O acionista titular de ações depositadas na Central Depositária da B3 que optar por exercer seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por eles determinadas, que, por sua vez, encaminharão tais manifestações de voto à Central Depositária da B3.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com seus respectivos agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para o exercício de tal faculdade.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Nos termos do artigo 21-B da Instrução CVM nº 481/09, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de custódia em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia, salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus agentes de custódia.

Vale notar que, conforme determinado pelo art. 21-S da Instrução CVM nº 481/09, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

Esclarecimentos Adicionais

Não há outras informações relevantes além das informações acima destacadas e demais informações constantes da regulamentação vigente necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância nas Assembleias Gerais da Companhia (nas quais a adoção de tais procedimentos for aplicável). A Companhia esclarece que mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas de seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@bbmlogistica.com.br.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

a) Número de reuniões do último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia realizou um total de 32 (trinta e duas) reuniões, sendo 12 (doze) reuniões ordinárias e 20 (vinte) reuniões extraordinárias.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Vide item 15.5(g) deste Formulário de Referência.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesse

De acordo com a Lei nº 6.404/76, o conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia no mercado; ou (ii) tiver interesse conflitante com a sociedade. As regras de identificação e administração de conflitos de interesses observadas pela Companhia são aquelas previstas nos artigos 115 e 156 da Lei 6.404/1976.

O administrador da Companhia é vedado de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, na ata de reunião de Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu interesse. Ademais, o administrador somente pode contratar com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros, sob pena de o negócio contratado ser anulado e de o administrador interessado ser obrigado a transferir para a Companhia as vantagens que tiver auferido.

A Companhia não possui regras específicas definidas para identificação e administração de conflitos de interesse no âmbito do Conselho de Administração seguindo as orientações definidas pela Lei nº 6.404/76.

(d) Informar se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo: (i) Órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e (ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

A Companhia possui uma política de indicação aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2020, a qual pode ser consultada no site da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/).

Referida Política prevê que a indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria ("Órgãos") da Companhia deverá observar, além da própria Política, o Estatuto Social da Companhia, os regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, o Regulamento do Novo Mercado, na Lei nº 6.404, bem como as demais legislações e regulamentações aplicáveis.

Os profissionais indicados para compor os Órgãos deverão ter comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica adequada ao exercício das suas funções na Companhia e a indicação para composição dos Órgãos deverá observar critérios como capacitação profissional e/ou acadêmica relacionada à função, complementaridade de experiências e disponibilidade de tempo adequada para o desempenho da função.

A indicação de membros para composição do Conselho de Administração poderá ser realizada por quaisquer Conselheiros, pelo Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade, bem como por quaisquer acionistas da Companhia.

A indicação de membros do Conselho de Administração deverá observar, ao menos, os seguintes critérios: (i) possuir reputação ilibada; (ii) possuir experiência profissional e/ou acadêmica em temas relacionados às atividades da Companhia e/ou a sua função na Companhia, por exemplo: logística, estratégia, finanças, tecnologia, gestão de negócios, fusões e aquisições, gestão de pessoas e outras; (iii) não ocupar cargo em sociedade ou entidade que possa ser considerada concorrente direta à Companhia; e (iv) ter disponibilidade razoável de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumidas.

O acionista que desejar indicar membros para composição do Conselho de Administração deverá enviar notificação por escrito para o endereço da sede social da Companhia, aos cuidados do Departamento Jurídico, apresentando: (i) nome completo; (ii) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; (iii) currículo do indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, atividades profissionais que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, se for o caso; e (iv) no caso de indicação de candidato ao cargo de conselheiro independente, além das informações elencadas acima, declaração assinada pelo postulante, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, bem como atestando o cumprimento aos requisitos previstos na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

Nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na Lei de Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Marcos Antônio da Silva Lima	23/12/1970	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	Até a próxima AGO	3
775.801.259-00	Contador	19 - Outros Diretores	26/04/2019	Sim	0%
		Diretor de Segmento de Negócios			
João Francisco da Costa Cristo	18/12/1982	Pertence apenas à Diretoria	22/05/2020	Até a próxima AGO	4
047.102.229-24	Engenheiro Florestal		22/05/2020	Sim	0%
		Diretor de Segmento de Negócios			
Jorcei Soares Chiochetta	24/04/1969	Pertence apenas à Diretoria	22/05/2020	Até a próxima AGO	2
467.298.100-25	Administrador		22/05/2020	Sim	0%
		Diretor de Segmento de Negócios			
Alexandre Rafael Merlin	07/07/1977	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	Até a próxima AGO	3
026.377.379-56	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	26/04/2019	Sim	0%
		Diretor Executivo de Gestão de Transportes			
Christian Carneiro Lobo	22/09/1968	Pertence apenas à Diretoria	02/05/2019	Até a próxima AGO	1
776.900.019-04	Diretoria	19 - Outros Diretores	02/05/2019	Sim	0%
Comitê de Ética		Diretor de Recursos Humanos			
André Alarcon De Almeida Prado	03/07/1974	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	Até a próxima AGO	3
005.125.617-70	Engenheiro Civil	10 - Diretor Presidente / Superintendente	26/04/2019	Sim	0%
Comitê de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital					
Marco Antonio de Modesti	05/04/1969	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	Até a próxima AGO	3
724.238.039-15	Administrador	19 - Outros Diretores	26/04/2019	Sim	0%
Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Ética e Comitê de Segurança		Diretor Administrativo Financeiro			
Agapito Pereira dos Anjos Sobrinho	01/09/1968	Pertence apenas à Diretoria	26/04/2019	Até a próxima AGO	3
638.827.799-34	Administrador	19 - Outros Diretores	26/04/2019	Sim	0%
Comitê de Ética		Diretor Comercial			

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
PEDRO PAULO DAS NEVES JÚNIOR	24/05/1970	Pertence apenas à Diretoria	01/04/2020	Até a proxima AGO	0
011.330.097-27	Tecnólogo em processamento de dados	19 - Outros Diretores	01/04/2020	Sim	0%
		Diretor de Tecnologia da Informação			
Alberto Costa Sousa Camões	19/11/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	Até a próxima AGO	3
048.555.488-71	Engenheiro Aeronáutico	20 - Presidente do Conselho de Administração	26/04/2019	Sim	95%
Alan Mondini Takahashi	27/11/1986	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	Até a próxima AGO	3
320.885.758-63	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2019	Sim	100%
Comitê de Estratégia e Fusões e Aquisições					
Marcos Egídio Battistella	07/03/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	Até a próxima AGO	3
317.990.199-34	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2019	Sim	95%
Membro do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade					
Inês Corrêa de Souza	09/08/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2019	Até a próxima AGO	3
299.870.677-00	Administradora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/04/2019	Sim	100%
Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade					
Tiago Curi Isaac	16/06/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/12/2019	Até a próxima AGO	0
303.612.048-33	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/12/2019	Sim	100%
Membro do Comitê de Auditoria					
Antônio Wrobleski Filho	02/01/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/08/2020	Até próxima AGO	1

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
638.123.208-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/08/2020	Sim	0%
Comitê de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital e Comitê de Estratégia, Fusões e Aquisições					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Marcos Antônio da Silva Lima - 775.801.259-00

Com 30 anos de experiência em Logística e Finanças e formação em Ciências Contábeis e especialização em gestão de empresas, atuou como consultor associado na Go4, na área de Fusões e Aquisições e como Gerente de Logística na Perfipar.

Marcos Antônio da Silva Lima não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Francisco da Costa Cristo - 047.102.229-24

Engenheiro Florestal com MBA em Gestão de Projetos, iniciou a carreira na BBM há 15 anos, onde atuou em diversas posições até ser empossado como diretor de segmento de negócio em 2017.

João Francisco da Costa Cristo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Jorcei Soares Chiochetta - 467.298.100-25

O Sr. Jorcei iniciou a carreira na Expresso Mercúrio, onde participou ativamente do processo de aquisição pela TNT, após foi para a Atlas transportes, onde atuou como, gerente de filial, gerente Nacional de operações e gerente Regional Sul, sendo o responsável pela Sinergia da Expresso Jundiai com a Atlas Transportes no processo de aquisição pela Femsa.

Jorcei Soares Chiochetta não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Alexandre Rafael Merlin - 026.377.379-56

Engenheiro pela UFPR e MBA pela FGV.. O executivo, que em 16 anos de experiência passou empresas tradicionais como ALL, Kraft Heinz e JSL.
Alexandre Rafael Merlin não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Christian Carneiro Lobo - 776.900.019-04

Graduado em Administração de Empresas e Direito, pós-graduado em Gestão de Pessoas. Tem experiência em processos de Recursos Humanos passou por empresas como Camargo Corrêa, Comfrio e Aqua Capital, e atua como diretor da área de recursos humanos desde dezembro de 2012 acumulando vinte e cinco anos de experiência na área em grandes empresas e de logística e em um private equity com cinco mil colaboradores.
Christian Carneiro Lobo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

André Alarcon De Almeida Prado - 005.125.617-70

Engenheiro civil, mestre em engenharia de sistemas logísticos e doutor em transportes pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Global Logistics & Supply Chain Management pelo Massachusetts Institute of Technology s (MIT). Conta com mais de 24 anos de experiência em Supply Chain, atualmente tem como responsabilidade a condução de um projeto de construção de uma plataforma logística na América Latina, é membro do conselho consultivo da ABRALOG, além de ter sido o técnico responsável pelos trabalhos desenvolvidos sobre custos e cadeias logísticas no PDLT (Plano Diretor de Logística e Transportes) de SP e no PELC (Plano de Excelência em Logística e Cargas) do RJ.
André Alarcon de Almeida Prado não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio de Modesti - 724.238.039-15

Com formação em Administração de Empresas, possui 23 anos de experiência em Finanças. Antes, atuou como VP de Finanças na Pearson Education Brasil e como Diretor de Planejamento Financeiro e Relacionamento com Investidores na Biosev, empresa do grupo Louis Dreyfus.
Marco Antonio de Modesti não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Agapito Pereira dos Anjos Sobrinho - 638.827.799-34

Administrador de Empresas, com mais de 30 anos de experiência em Logística, Previamente à sua entrada na Companhia em 2018, atuou como Gerente de Logística na Nestlé de 1987 a 2003 e como Diretor Executivo na Stocktec de 2005 a 2015.

Agapito Pereira dos Anjos Sobrinho não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

PEDRO PAULO DAS NEVES JÚNIOR - 011.330.097-27

Pedro Neves, graduado em Processamento de Dados pela Faculdade Osório Campos - RJ, com MBA Executivo em Gestão de Negócios pela Brazilian Business School, Pós graduação em Redes de Computadores pelo CEFET-RJ, iniciou sua carreira em Tecnologia para Indústria Naval do RJ, migrando para São Paulo, onde foi líder de equipes de Consultoria de Governança de Tecnologia e passando a gerenciar equipes de Tecnologia voltadas para atividades de Logística no Grupo Coimex, Marimex e Tegma, onde desempenhou papel de Diretor de Inovação, Tecnologia e Processos, participando da fundação de uma aceleradora de startups, nesta última posição.

Alberto Costa Sousa Camões - 048.555.488-71

O Sr. Alberto iniciou sua carreira profissional como engenheiro de campo da Schlumberger, foi posteriormente consultor de gestão na McKinsey & Co., assessor de M&A no Banco Pactual e investidor de private equity em fundo afiliado ao Texas Pacific Group (TPG). Foi um dos fundadores da Stratus (gestora de fundos de capital privado) e membro do comitê de investimentos da empresa, envolvido no investimento e monitoramento de empresas de portfólio da Stratus. Alberto atuou no conselho de administração de várias dessas empresas, ajudando-as a estabelecer e melhorar a governança corporativa, a realizar aquisições complementares e a acessar os mercados de capitais. Atua atualmente nos conselhos de administração da Maestro Locadora de Frotas S.A., Flex Gestão de Relacionamentos S.A. e Stogas S.A.

Alberto Costa Sousa Camões não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Alan Mondini Takahashi - 320.885.758-63

O Sr. Alan trabalhou na área de desenvolvimento de novos negócios e fusões e aquisições do Grupo Abril, tendo participado de diversos projetos e transações nos setores de educação, logística e mídia. Ainda no Grupo Abril, trabalhou na área financeira da empresa de logística Total Express. Foi também da equipe de investimentos da PGIM Real Estate Investors (braço da PGIM, gestora de investimentos da Prudential Financial, focado em fundos de capital privado para investimentos imobiliários). Atualmente, é da equipe de investimentos da Stratus (gestora de fundos de capital privado) e membro do comitê de investimentos da empresa, onde esteve envolvido no investimento e monitoramento de empresas do portfólio da Stratus, sendo atualmente membro do conselho de administração da Just Fit Participações em Empreendimentos S.A.

Alan Mondini Takahashi não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcos Egídio Battistella - 317.990.199-34

O Sr. Marcos é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Economia – FAE, possui Pós Graduação em Gestão de Logistica pelo ISAE/ FGV. Foi Gerente de Operações e Logistica na Rodo Mar Ltda, e posteriormente sócio da BBM Logistica S/A, onde foi Diretor Operações. Após a entrada do Fundo de Investimentos Stratus na sociedade da BBM, passou a ser membro do Conselho de Administração. Participa, ainda, da Diretoria do Setcepar, Sindicato Patronal das Empresas de Transportes de Cargas, atuando, hoje como Presidente da entidade.

Marcos Egídio Battistella não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

A Sra. Inês graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 1972 e cursou o MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC em 1991. É sócia fundadora na Latitude Gestão e Finanças, empresa que iniciou suas atividades em 2004. Iniciou sua carreira nas áreas de custos, orçamento e planejamento na General Eletric do Brasil S.A. entre 1973 e 1975. Posteriormente, foi Diretora Financeira da Vale, onde exerceu diversos cargos executivos entre 1976 e 1999, tendo atuado também como Membro do Conselho de Administração de diversas empresas do Grupo Vale. Foi Presidente do Banco UBS S.A. e diretora geral do UBS AG no Brasil, tendo sido responsável também pelas áreas de Operações, Finanças Corporativas e Wealth Management do Banco UBS Warburg entre 1999 e 2004. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, da Manserv Investimentos e Participações S.A., da Stogas S.A., da Radix Engenharia e Software S.A., atuando também em diversos comitês.
A Sra. Inês é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do novo mercado.

Tiago Curi Isaac - 303.612.048-33

O Sr. Tiago Foi o head de Empresas e IPOs da B3, onde foi responsável pela aprovação da versão atual do Novo Mercado e pela realização de mais de 100 operações entre IPOs e Follow-ons, ajudando as empresas brasileiras na captação de mais de R$ 250 bilhões em recursos. Antes disso, atuou nas áreas de planejamento financeiro e estratégia da Bunge e foi consultor da Deloitte. Foi conselheiro de administração do fundo Mercaprev, da ABRASCA e da ABVCAP. Coordenou a Câmara Consultiva de Listagem por 3 anos e é Membro do IBGC, onde também é professor. Formado em administração de empresas com especializações nas áreas de estratégia e governança.

Tiago Curi Isaac não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Tiago é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do novo mercado.

Antônio Wrobleski Filho - 638.123.208-00

O Sr. Antônio possui 35 anos de experiência em Operações Logísticas, engenheiro com MBA realizado na NYU. Atuou como Diretor Executivo na DHL Brasil de 1990 até 1996, foi ainda Presidente na Ryder Logística Cone Sul de 1997 até 2018.

Antônio Wrobleski Filho declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada (“Instrução CVM 301”).

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Marcos Antônio da Silva Lima - 775.801.259-00

N/A

João Francisco da Costa Cristo - 047.102.229-24

N/A

Jorcei Soares Chiochetta - 467.298.100-25

N/A

Alexandre Rafael Merlin - 026.377.379-56

N/A

Christian Carneiro Lobo - 776.900.019-04

N/A

André Alarcon De Almeida Prado - 005.125.617-70

N/A

Marco Antonio de Modesti - 724.238.039-15

N/A

Agapito Pereira dos Anjos Sobrinho - 638.827.799-34

N/A

PEDRO PAULO DAS NEVES JÚNIOR - 011.330.097-27

N/A

Alberto Costa Sousa Camões - 048.555.488-71

N/A

Alan Mondini Takahashi - 320.885.758-63

N/A

Marcos Egídio Battistella - 317.990.199-34

N/A

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

N/A

Tiago Curi Isaac - 303.612.048-33

N/A

Antônio Wrobleski Filho - 638.123.208-00

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
João Manoel dos Santos	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	06/06/1961	15/01/2020	1 ano
661.242.557-15		Contador	Coordenador do Comitê de auditoria e especialista em contabilidade	15/01/2020	0	100%
Maurício Sucasas	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1965	15/01/2020	1 ano
049.118.598-73		Engenheiro		15/01/2020	0	50%
Tiago Curi Isaac	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	16/06/1982	18/12/2019	1 ano
303.612.048-33		Administrador	Membro independente	18/12/2019	0	100%
Membro do Conselho de Administração						
Inês Corrêa de Souza	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/08/1950	05/02/2020	1 ano
299.870.677-00	Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade	Administradora		05/02/2020	0	0%
Membro do Conselho de Administração						
Joaquim Rocha	Outros Comitês		Outros	13/02/1963	05/02/2020	1 ano
659.916.487-00	Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade	Engenheiro	Coordenador do Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade	05/02/2020	0	0%
Marcos Egídio Battistella	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/03/1957	05/02/2020	1 ano
317.990.199-34	Comitê de Gente, Gestão e Sustentabilidade	Administrador		05/02/2020	0	0%
Membro do Conselho de Administração						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						

João Manoel dos Santos - 661.242.557-15

O Sr. João Santos atuou como sócio de auditoria da PWC Auditores Independentes por 21 anos e durante esse período exerceu funções como sócio de Risk Management e também como sócio revisor de qualidade, nos termos requeridos pela Resolução CFC 1.201/09. Foi coordenador do Grupo de Trabalho de fundos de investimento do Ibracon e membro da Comissão Consultiva da CVM para os temas regulatórios e contábeis de fundos de investimento, tendo participado ativamente nas discussões e elaboração das principais normas contábeis que atualmente regulam essa atividade. Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com cursos de especialização nas áreas de finanças, contabilidade, auditoria e governança. É conselheiro de administração e fiscal certificado pelo IBGC. É membro associado do Ibracon e do IBGC.
João Santos declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301.

Maurício Sucasas - 049.118.598-73

O Sr. Maurício Sucasas ingressou na IBM em 1988, onde atuou por 30 anos. Assumiu várias posições de liderança na América Latina e em unidades globais ao longo de 6 anos de designação nos Estados Unidos da América. Teve experiência de 5 anos e meio na China de onde liderou a unidade de Ecossistemas para todos os países emergentes. Nesta época, lançou o programa de Startups da Multinacional em inúmeros países da América Latina, África, Oriente Médio, Leste Europeu, Ásia e Oceania. Formatou e formou a aceleradora de negócios do Grupo Gouvea de Souza, especializado em Varejo. Atualmente, lidera uma iniciativa de empreendedorismo e inovação na Uniftec em Caxias do Sul, é investidor anjo em startups e Membro da Comissão de Startups do IBGC.

O Sr. Maurício é formado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com especialização pela FGV e diversos cursos gerenciais no exterior, notadamente em Harvard e MIT.
Maurício Sucasas declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301.

Tiago Curi Isaac - 303.612.048-33

O Sr. Tiago foi o head de Empresas e IPOs da B3, onde foi responsável pela aprovação da versão atual do Regulamento do Novo Mercado e pela realização de mais de 100 operações entre IPOs e Follow-ons, ajudando as empresas brasileiras na captação de mais de R$ 250 bilhões em recursos. Antes disso, atuou nas áreas de planejamento financeiro e estratégia da Bunge e foi consultor da Deloitte. Foi conselheiro de administração do fundo Mercaprev, da ABRASCA e da ABVCAP. Coordenou a Câmara Consultiva de Listagem por 3 anos e é Membro do IBGC, onde também é professor. Formado em administração de empresas com especializações nas áreas de estratégia e governança.
Tiago declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301.

Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00

O Sr. Tiago foi o head de Empresas e IPOs da B3, onde foi responsável pela aprovação da versão atual do Regulamento do Novo Mercado e pela realização de mais de 100 operações entre IPOs e Follow-ons, ajudando as empresas brasileiras na captação de mais de R$ 250 bilhões em recursos. Antes disso, atuou nas áreas de planejamento financeiro e estratégia da Bunge e foi consultor da Deloitte. Foi conselheiro de administração do fundo Mercaprev, da ABRASCA e da ABVCAP. Coordenou a Câmara Consultiva de Listagem por 3 anos e é Membro do IBGC, onde também é professor. Formado em administração de empresas com especializações nas áreas de estratégia e governança.
Inês declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301.

Joaquim Rocha - 659.916.487-00

O Sr. Joaquim Rocha foi Diretor Executivo de Recursos Humanos e Sustentabilidade da Aché Laboratórios entre setembro de 2012 e dezembro de 2019, onde também foi membro do Comitê de Pessoas. Foi, ainda, entre janeiro de 2011 e setembro de 2012, Diretor Executivo de Recursos Humanos e Comunicação da Coca-Cola Norsa. Joaquim atualmente também é integrante e coordenador da Comissão de Pessoas do IBGC.
Joaquim declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301.

Marcos Egídio Battistella - 317.990.199-34

O Sr. Marcos é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Economia – FAE, possui Pós Graduação em Gestão de Logística pelo ISAE/ FGV. Com vasta experiência na área logística, foi Diretor Operações da Companhia. Após a entrada do Fundo de Investimentos Stratus na Companhia, passou a ser membro do Conselho de Administração. Participa, ainda, da Diretoria do Setcepar, Sindicato Patronal das Empresas de Transportes de Cargas, atuando, hoje como Presidente da entidade.
Marcos Egídio Battistella declara que: (a) não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer e (b) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 301.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

João Manoel dos Santos - 661.242.557-15

N/A

Maurício Sucasas - 049.118.598-73

Tiago Curi Isaac - 303.612.048-33
Inês Corrêa de Souza - 299.870.677-00
Joaquim Rocha - 659.916.487-00
Marcos Egídio Battistella - 317.990.199-34

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Elinton João Battistella	075.860.949-34	BBM Logística S.A.	01.107.327/0001-20	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração.				
Pessoa relacionada				
Marcos Egídio Battistella	317.990.199-34	BBM Logística S.A.	01.107.327/0001-20	
Membro efetivo do Conselho de Administração.				
Observação				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor

Alan Mondini Takahashi	320.885.758-63	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Startus Gestão de Carreiras Ltda	09.238.656/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			

Observação

Administrador do Emissor

Alberto Costa Sousa Camões	048.555.488-71	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Startus Gestão de Carreiras Ltda	09.238.656/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Alan Mondini Takahashi	320.885.758-63	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Startus Gestão de Carreiras Ltda	09.238.656/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			

Observação

Administrador do Emissor

Alberto Costa Sousa Camões	048.555.488-71	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Startus Gestão de Carreiras Ltda	09.238.656/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

Alberto Costa Sousa Camões	048.555.488-71	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Startus Gestão de Carreiras Ltda	09.238.656/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			

Observação

Administrador do Emissor

Alan Mondini Takahashi	320.885.758-63	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Startus Gestão de Carreiras Ltda	09.238.656/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			

Observação

Administrador do Emissor

Marcos Egídio Battistella	317.990.199-34	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

BBM Participações Ltda.	05.139.556/0001-87		
Sócio			

Observação

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

O reembolso de eventuais despesas incorridas pelos administradores da Companhia está coberto por apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O), contratada entre a Companhia e a Berkley Seguros, com prêmio de R$ 12.648,92 e limite global de R$15 milhões, tendo vigência até 27 de outubro de 2020.

Cumpre destacar que a apólice referida acima inclui, dentre outras proteções, a cobertura de despesas processuais, custos de defesa, indenizações, dentre outros custos, de processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza cível, penal, trabalhista, tributária, previdenciária ou de qualquer outra natureza, pleiteando reparação pecuniária ou visando responsabilizar os administradores por práticas de atos danosos decorrentes de sua atuação como administrador.

Não obstante, referida apólice exclui da proteção mencionada acima todos os atos praticados com dolo ou má-fé. Desse modo, a Companhia entende que o reembolso aos administradores de custos e despesas decorrentes de processos administrativos e criminais são justos e devidos, uma vez que tais valores decorreram de atos praticados no exercício de suas funções, sem dolo ou culpa grave que demonstre intenção de prejudicar a Companhia ou terceiros.

Com isso, a Companhia acredita que possua maior capacidade de atração e manutenção de seu pessoal chave, garantindo, desta forma, um melhor desenvolvimento de sua estratégia de negócios.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

A fim de garantir ao investidor acesso a informações importante relativas às práticas da Companhia em relação às assembleias gerais, disponibilizamos as informações sobre as assembleias realizadas nos últimos 3 exercícios sociais, conforme abaixo todas instaladas em primeira convocação e com presença da totalidade dos acionistas:

Data	Tipo
17/04/2017	AGE
20/04/2017	AGO
15/05/2017	AGE
19/05/2017	AGE
20/06/2017	AGE
27/06/2017	AGE
10/07/2017	AGE
26/07/2017	AGO
04/08/2017	AGE
31/08/2017	AGE
22/12/2017	AGE
01/03/2018	AGE
17/04/2018	AGO/E
15/06/2018	AGE
19/10/2018	AGE
19/12/2018	AGE
26/04/2019	AGO
26/04/2019	AGE
28/06/2019	AGE
01/07/2019	AGE
04/11/2019	AGE
18/12/2019	AGE

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

A Companhia adota práticas diferenciadas de governança corporativa, como conselho de administração com mandato unificado e código de conduta, as quais encontram-se refletidas nas seções 5, 12 e 18 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, a Companhia é listada atualmente no segmento de listagem da B3 denominado Bovespa Mais e adota diversas práticas diferenciadas de governança em decorrência disso. Não obstante, a Companhia está buscando sua migração para o Novo Mercado e passará a adotar práticas adicionais de governança corporativa a partir da efetivação da migração. Além disso, desde 2019, a Companhia, nos termos do artigo 29-A da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, passou a divulgar seu informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, indicando as práticas de Governança Corporativa sugeridas pelo IBGC –Instituto Brasileiro de Governança Corporativa que são adotadas pela Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2020, a qual pode ser consultada no site da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/).

Conselho de Administração

A remuneração do conselho de administração é composta por 12 parcelas mensais fixas, a título de pró-labore.

Diretoria estatutária

A remuneração dos diretores estatutários é composta por 12 parcelas mensais fixas, a título de pró-labore. A porção variável da remuneração (bônus) é estabelecida independentemente para cada membro, estando condicionada ao cumprimento de determinadas metas de suas áreas e da Companhia, conforme estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo que a proporção da remuneração variável paga a cada diretor é determinada em função do cargo exercido, considerando os riscos e responsabilidades envolvidos.

b. Composição da Remuneração:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Remuneração fixa: É constituída de pró-labore e aplicada para membros do Conselho de Administração e da diretoria estatutária. Este tipo de remuneração visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições de mercado.

Remuneração variável: Consiste em bônus anual, aplicável a membros da diretoria estatutária. Esta remuneração visa atender aos interesses de seus investidores e clientes e demais stakeholders, premiando o alcance das metas da organização, e deverá observar critérios que venham a ser definidos, e periodicamente revisados, pelos administradores da Companhia, mas preferencialmente baseando-se no atingimento de metas individuais e coletivas, de modo a alinhar os interesses da Companhia com o de seus diretores.

Benefícios: Para os membros da diretoria estatutária e do Conselho de Administração, a empresa oferece determinados benefícios, como plano de assistência médica de

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

abrangência nacional, plano de assistência odontológica, vale refeição ou vale alimentação, seguro de vida e, em alguns casos, ajuda de custo com moradia, os quais são negociados individualmente com cada administrador. Referida remuneração tem por objetivo oferecer aos administradores um pacote compatível com as práticas de mercado e de outras empresas de porte similar e/ou atuando no mesmo setor da Companhia.

Remuneração de longo prazo: A remuneração de longo prazo terá o objetivo de reter profissionais e promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, buscando o alinhamento de objetivos entre os executivos e acionistas da Companhia permitindo que as pessoas que estão ou estarão envolvidas no seu crescimento possam ter parte de sua remuneração atrelada ao crescimento sustentável e valorização da Companhia. A Companhia não pagou Remuneração de Longo Prazo para seus administradores até a data deste Formulário de Referência.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios sociais

A proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos três últimos exercícios sociais é apresentada nas tabelas abaixo:

2017	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	97,6%	0,0%	2,4%	100,0%
Diretoria Societária	66,6%	31,9%	1,5%	100,0%

2018	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	99,0%	0,0%	1,0%	100,0%
Diretoria Societária	72,1%	25,6%	2,3%	100,0%

2019	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	98,7%	0,0%	1,3%	100,0%
Diretoria Societária	69,4%	29,3%	1,3%	100,0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos conselheiros e dos diretores estatutários é reajustada anualmente com base na variação do índice IPCA. Os valores dos benefícios são avaliados anualmente pelos

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

diretores e, no caso de entenderem necessário, apresentam sugestão de alteração para o Conselho de Administração.

Com relação à remuneração variável, as metas da diretoria, bem como os valores que podem receber os diretores por cumpri-las integralmente, são ajustadas anualmente pelo Conselho de Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia pratica um modelo de remuneração que reflete a responsabilidade de cada cargo, alinhado às práticas de mercado de forma a atender as necessidades estratégicas da Companhia e atrair, reter e motivar os profissionais, de modo que seus respectivos interesses estejam alinhados aos da Companhia.

v. membros não remunerados pelo Emissor

A Companhia não possui administradores não remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O Conselho de Administração não possui remuneração variável.

Os diretores estatutários possuem remuneração variável ligada ao alcance de metas e métricas definidas pelo Conselho de Administração. Para 2019, as métricas definidas pelo Conselho de Administração para o pagamento da remuneração variável foram a receita bruta, o lucro antes do imposto de renda e o resultado financeiro, nível de serviço dos clientes, geração de caixa operacional, cumprimento do plano estratégico e avaliação comportamental.

As metas e métricas, bem como o peso de cada uma delas para cada um dos diretores, são definidas anualmente pelo Conselho de Administração e, portanto, estão sujeitas a variações em cada um dos exercícios financeiros.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável da diretoria estatutária é vinculada à observância do orçamento anual da empresa e ao alcance de indicadores de desempenho, como receita bruta, lucro antes do imposto de renda, nível de serviço e novos projetos, de modo que a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia beneficiem os diretores, na medida de sua participação para tanto.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração variável dos diretores estatutários da Companhia é atrelada ao alcance de metas anuais definidas pelo Conselho de Administração. Desta forma, é possível alinhar os interesses dos administradores aos da organização, de modo que o crescimento financeiro e operacional da Companhia se reflete em melhores condições para os diretores.

Além disso, para alinhamento dos interesses de curto prazo, a Companhia busca referência de mercado para estabelecimento do pró-labore pagos a diretores estatutários e membros do Conselho de Administração, buscando manter, desta forma, uma estrutura de administração estável e empenhada em defender os melhores interesses da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Os contratos dos diretores da Companhia preveem que, em caso de ocorrência de um evento de liquidez na Companhia, eles farão jus a uma remuneração de Incentivo de Longo Prazo baseada na valorização da Companhia, a qual somente será paga imediatamente após a eventual ocorrência de tal evento de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor pro-rata provisionado era de R$2.549 mil. Em [13] de fevereiro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, com vigência sujeita à ocorrência de oferta púbica inicial de ações da Companhia, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a celebração de aditamentos aos contratos dos diretores para inclusão da realização de oferta pública inicial de ações da Companhia como um evento de liquidez e, ainda, para prever que parte da remuneração de incentivo dos diretores em caso de oferta pública inicial de ações da Companhia será paga em ações de emissão da Companhia.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A remuneração global dos conselheiros e diretores estatutários é definida anualmente em AGO, sendo que, posteriormente, a remuneração individual é determinada pelo Conselho de Administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A definição da remuneração dos conselheiros e diretoria estatutária é feita com base na experiência dos conselheiros e sócios em outras empresas e no seu conhecimento do mercado. Não existe um estudo específico para este fim.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia a remuneração dos seus membros e da diretoria estatutária anualmente, sendo tal alinhamento matéria de RCA. Para tanto, os membros do Conselho de Administração avaliam, com base em suas experiências, se a remuneração está compatível com aquela aplicada no mercado.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,92	9,75		16,67
Nº de membros remunerados	6,92	9,75		16,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	957.000,00	5.241.788,78		6.198.788,78
Benefícios direto e indireto	9.551,71	94.622,63		104.174,34
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	142.737,60		142.737,60
Descrição de outras remunerações fixas		Ajudas de Custo Moradia Não incidência de INSS devido a desoneração da folha.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.966.356,65		2.966.356,65
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.		
Total da remuneração	966.551,71	8.445.505,66		9.412.057,37

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,08	7,67		12,75
Nº de membros remunerados	5,08	7,67		12,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	627.000,00	4.113.520,03		4.740.520,03
Benefícios direto e indireto	8.298,78	78.323,48		86.622,26
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	122.737,60		122.737,60
Descrição de outras remunerações fixas		Ajudas de Custo Moradia. Não incidência de INSS devido a desoneração da folha.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.788.042,23		1.788.042,23
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.		
Total da remuneração	635.298,78	6.102.623,34		6.737.922,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,83	6,83		11,66
Nº de membros remunerados	4,83	6,83		11,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	573.000,00	3.440.594,91		4.013.594,91
Benefícios direto e indireto	5.757,50	111.434,90		117.192,40
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	57.177,44		57.177,44
Descrição de outras remunerações fixas	Não incidência de INSS devido a desoneração da folha.	Ajudas de Custo Moradia Não incidência de INSS devido a desoneração da folha.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.242.214,68		1.242.214,68
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.		
Total da remuneração	578.757,50	4.851.421,93		5.430.179,43

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,00		11,00
Nº de membros remunerados	1,33	3,00		4,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	144.000,00	1.022.273,91		1.166.273,91
Benefícios direto e indireto	3.537,36	24.192,28		27.729,64
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	28.800,00		28.800,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não incidência de INSS devido a desoneração da folha	Aluguel de Veículos Para Locomoção nas diversas atividades empresariais Não incidência de INSS devido a desoneração da folha		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	404.000,00		404.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	100.000,00		100.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Sign In Bonus		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.		
Total da remuneração	147.537,36	1.579.266,19		1.726.803,55

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

ANO: Prevista para o ano de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,0	10,0	0,0	17,0
Número de membros remunerados	7,0	10,0	0,0	17,0
Em relação ao Bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	545.370,46	0,00	545.370,46
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	2.966.356,65	0,00	2.966.356,65

ANO: 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	6,0	9,0	0,0	15,0
Número de membros remunerados	6,0	9,0	0,0	15,0
Em relação ao Bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	526.419,34	0,00	526.419,34
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	2.424.019,70	0,00	2.424.019,70

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

ANO: 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4,8	6,8	0,0	11,7
Número de membros remunerados	4,8	6,8	0,0	11,7
Em relação ao Bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	353.800,00	0,00	353.800,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	1.242.214,67	0,00	1.242.214,67

ANO: 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,0	3,0	0,0	11,0
Número de membros remunerados	1,3	3,0	0,0	4,3
Em relação ao Bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	920.000,00	0,00	920.000,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	0,00	920.000,00	0,00	920.000,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	404.000,00	0,00	404.000,00

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(a) Termos e condições gerais

O Plano de Incentivos Atrelados a Ações da Companhia ("Plano"), conforme aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia em [13] de fevereiro de 2020, estabelece os termos e *condições para a outorga, pela Companhia, de incentivos atrelados a ações de emissão da Companhia ("Ações") ("Incentivos") aos* seus colaboradores, por meio de *Programas de Incentivos Atrelados a Ações ("Programas") a serem implementados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu exclusivo critério.*

Os Programas que venham a ser instituídos no âmbito do Plano pelo Conselho de Administração serão administrados pelo Conselho de Administração e todas as decisões relativas aos Programas deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas nos termos do Estatuto Social da Companhia e terão caráter vinculante para os as pessoas elegíveis e para os beneficiários, conforme definidos no Plano, delas não cabendo qualquer questionamento, exceto se contrárias aos termos e condições estabelecidos no Plano e/ou na legislação aplicável.

O Conselho de Administração estará sujeito aos limites e condições estabelecidos no Plano, no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, e deverá respeitar as diretrizes da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

O Conselho de Administração terá total autonomia na administração e estruturação dos termos e condições dos Programas, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para: (a) eleger, a seu exclusivo critério, os beneficiários, que farão jus aos Incentivos concedidos pelos Programas; (b) tomar as medidas necessárias para a administração dos Programas, inclusive quanto à interpretação e aplicação de suas disposições; (c) decidir quanto às datas de concessão dos Incentivos; (d) decidir quanto aos direitos dos beneficiários em razão dos Programas; (e) determinar as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou à perda de direitos acerca dos Incentivos nos seguintes casos afetando os respectivos beneficiários: (e.i) rescisão contratual, por qualquer motivo; (e.ii) falecimento; (e.iii) invalidez permanente; (e.iv) aposentadoria; e/ou (e.v) dissolução e/ou liquidação da Companhia; (f) deliberar e decidir acerca dos termos e condições dos Programas e aprovar os Programas, bem como seus respectivos Contratos de Adesão, conforme definido abaixo; (g) autorizar a utilização de ações em tesouraria para cumprimento dos termos do Plano e dos Programas; (h) aditar os Programas e os respectivos contratos de adesão; (i) modificar os regulamentos dos Programas e os respectivos contratos de adesão na medida em que os direitos dos beneficiários não sejam prejudicados, excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

realizadas/instituídas em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente; (j) alterar ou extinguir os Programas; (k) analisar e decidir sobre casos excepcionais relacionados aos Programas; (l) estabelecer a possibilidade de converter os Incentivos outorgados aos beneficiários, em dinheiro, bem como os critérios de conversão; e (m) deliberar sobre quaisquer outros termos e condições dos Programas.

(b) Principais objetivos do plano

Os Programas têm como objetivo: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de *certos* administradores e empregados *da Companhia que mantenham vínculo de emprego ou estatuário com a Companhia*, alinhando os seus interesses com os dos acionistas da Companhia; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de suas metas empresariais, bem como a consecução dos seus objetivos sociais, alinhado aos interesses de seus acionistas, por meio do comprometimento de longo prazo dos beneficiários, conforme definido abaixo.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O objetivo do Plano é que os beneficiários permaneçam na Companhia até o momento de exercício. Uma vez exercida a opção, com o beneficiário tornando-se acionista, haverá uma união de interesses intrinsecamente relacionados à condição de acionista.

Além disso, o Plano gera um potencial de ganho ao executivo baseado no desempenho das ações da Companhia no mercado, incentivando assim um melhor desempenho dos beneficiários no dia-a-dia da Companhia e tornando a remuneração total competitiva para atração e retenção de talentos.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano alinha os interesses dos beneficiários ao desempenho das ações da Companhia no longo prazo, além de facilitar a retenção dos beneficiários, que se tornam acionistas da Companhia, alinhando, assim, os interesses dos acionistas, da própria Companhia e dos beneficiários.

Além disso, o Plano complementa a remuneração de médio e longo prazo da Companhia, que era anteriormente composta apenas pela remuneração variável, aumentando, desta forma, o inventivo aos beneficiários na busca por melhores resultados para a Companhia de maneira consistente e constante.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O recebimento de ações por parte dos beneficiários é uma forma de incentivá-los a conduzir com êxito os negócios da Companhia de maneira constante, alinhando, assim, seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas, no curto, médio e longo prazo.

(f) Número máximo de ações abrangidas

As ações concedidas no âmbito do Plano e dos Programas não poderão ultrapassar o limite de 5% do total de ações da Companhia.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

As ações concedidas no âmbito do Plano e dos Programas não poderão ultrapassar o limite de 5% do total de ações da Companhia.

(h) Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição das ações serão definidas nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício das ações serão definidos nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Os prazos para exercício das opções serão definidos nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

(k) Forma de liquidação

A forma de liquidação das opções será definida nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

(l) Restrições à transferência das ações

As restrições à transferência das ações serão definidas nos Programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano apenas será suspenso, alterado ou suspenso por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos da saída dos administradores serão definidos em cada um dos programas aprovados pelo Conselho de Administração. Atualmente, a Companhia não possui nenhum Programa aprovado.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não aprovou nenhum programa no âmbito do plano de remuneração baseado em ações.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

BBM Logística S.A.				
	Ações Ordinárias		Total de Ações	
Conselho de Administração	11.685.287	28,67%	11.685.287	28,67%
Conselho Fiscal	0	0%	0	0%
Diretoria	0	0%	0	0%

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de previdência privada contratado para seus administradores.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	7,67	6,80	3,00	5,10	4,80	8.00
Nº de membros remunerados	7,67	6,80	3,00	5,10	4,80	1,30
Valor da maior remuneração	1.367.846,68	1.116.214,90	623.509,08	180.676,40	150.545,00	39.089,64
Valor da menor remuneração	738.388,10	531.314,00	125.282,90	108.419,80	102.250,50	36.149,24
Valor médio da remuneração	795.863,91	721.401,99	526.442,06	124.976,81	115.751,50	110.653,02

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual da Diretoria pelo número de membros remunerados de referido órgão
31/12/2018	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual da Diretoria pelo número de membros remunerados de referido órgão
31/12/2017	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual da Diretoria pelo número de membros remunerados de referido órgão

Conselho de Administração	
31/12/2019	Para a maior e menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual do Conselho de Administração pelo número de membros remunerados de referido órgão.
31/12/2018	Para a maior e menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual do Conselho de Administração pelo número de membros remunerados de referido órgão.
31/12/2017	Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. Os membros que permaneceram no cargo por 12 meses foram remunerados apenas nos últimos quatro meses de 2017. Para o cálculo da remuneração média, foi feita a divisão do valor total da remuneração anual do Conselho de Administração pelo número de membros remunerados de referido órgão. A. 4 Conselheiros a partir de setembro de 2017 = média de 1,33 no ano B. Remuneração total de setembro a dezembro = R$ 147.537,36 Média (B) / (A) = 110.653,02 Média Mês = 36.884,34

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui este tipo de mecanismo.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

	Percentual em relação ao total		
	2017	**2018**	**2019**
Conselho de Administração	75,5%	54,7%	52,1%
Diretoria Estatutária	23,1%	0,0%	0,0%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

Os membros da administração da Companhia não receberam, nos últimos três exercícios sociais, qualquer remuneração por outra função que não aquela que ocupam na Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Os administradores da Companhia não receberam remuneração de controladores diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, por sua atuação como administradores na Companhia.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

O acréscimo da remuneração total da administração da Companhia entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018, nos montantes de R$1.726.803,55 (reconhecido) e R$5.430.179,42 (reconhecido), respectivamente, se deu por uma questão temporal, já que a Companhia somente passou a remunerar seu Conselho de Administração em setembro de 2017, mesma época em que contratou executivos de mercado para a composição da Diretoria, aumentando a remuneração dos diretores. Em 2018, a remuneração englobou todo o ano e, portanto, é maior que a remuneração de 2017.

Em 2019, houve um novo aumento na remuneração da administração, com a contratação de dois novos diretores e um conselheiro independente.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

	2019	2018	2017
Colaboradores (Fechamento Período)			
Administrativo	874	515	179
Comercial	118	5	2
Operacional	2.959	889	871
Total	**3.951**	**1.409**	**1.052**

Localidades	2019	2018	2017
Empregados			
Região Sudeste	1.591	484	284
Região Sul	2.275	880	764
Região Nordeste/Norte	83	44	4
Região Centro Oeste	2	1	0
Total	**3.951**	**1.409**	**1.052**

b) número de terceirizados (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Localidades Terceirizadas (fechamento do período)	2019	2018	2017
Gestão Terceirizada	261	60	53
Carga Geral	7491	5761	4326
Total	**7752**	**5821**	**810**

c) índice de rotatividade

2019	2018	2017
28,17%	36,21%	23,31%

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

No ano de 2017 com a entrada do Stratus SCP Coinvestimentos - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, a Companhia teve uma expansão, adquiriu a Transeich e teve um significativo aumento de seus projetos, alcançando a marca de 1.052 colaboradores.

Em 2018, o processo de expansão teve continuidade com novos projetos, reestruturações nas equipes e novos direcionamentos para mapear os processos da Companhia.

Como resultado da aquisição da Translovato em dezembro de 2019, a Companhia praticamente triplicou o número de empregados e alcançou a marca de 3.951 colaboradores.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

Descrever

a) política de salários e remuneração variável

Atrelada as exigências de cada cargo, a nossa política de remuneração busca se adequar as competências e responsabilidades dos nossos colaboradores.

Os salários são calculados de acordo com a legislação vigente e com base nas Convenções e Acordos Coletivos Sindicais com os quais mantemos relacionamentos.

A remuneração é composta por salário base, acrescida, para alguns cargos, de comissões baseadas no atingimento de metas mensais pré-estabelecidas.

Em algumas operações a remuneração é totalmente variável, vinculada a quantidade de quilômetros rodados e/ou as viagens realizadas, nestes casos fica garantida a remuneração mínima descrita nas convenções e/ou acordos coletivos sindicais aplicáveis.

Nossos colaboradores contam ainda com o programa de meritocracia, onde são determinadas metas individuais e coletivas, estabelecendo percentuais sobre o salário base para alguns cargos e múltiplos de salários para outros.

b) política de benefícios

Com o objetivo de promover o bem-estar de nossos colaboradores colocamos a disposição de nossos os seguintes benefícios:

- plano de saúde hospitalar com abrangência nacional, estendida a seus dependentes tendo a opção entre acomodação individual ou coletiva;
- plano Odontológico com extensão aos familiares;
- vale farmácia;
- cesta Básicas;
- seguro de Vida baseado em múltiplos salariais;
- vale Alimentação e/ou Vale Refeição;
- vale Transportes e Transporte Fretado.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários, (ii) condições para exercício, (iii) preços de exercício, (iv) prazos de exercício e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Os empregados da Companhia constam do Plano de Incentivos Atrelados às Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia como partes elegíveis aos inventivos ali previstos. Não obstante, os beneficiários serão definidos pelo Conselho de Administração, quando da criação de cada um dos programas. Atualmente, a Companhia não possui nenhum programa aprovado e, portanto, os empregados não-administradores não recebem qualquer tipo de remuneração baseada em ações. Adicionalmente, os Diretores da Companhia não estatutários farão jus, sujeito à efetivação da oferta pública inicial da Companhia, à remuneração de incentivo descrita na seção 13.1 (g) deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

Mantemos uma relação saudável com os sindicatos representativos, pautada no respeito e profissionalismo.

Em agosto de 2018, tivemos uma breve paralisação matinal na unidade de Capão do Leão, causada por movimentos de reivindicação para melhorias nas diárias, porém o próprio sindicato nos apoiou na tratativa e rápido retorno dos colaboradores.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 14 do Formulário de Referência.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:

0	0,000	0	0,000	0	0,000

Juares Luiz Nicolotti

151.048.501-53	BRASILEIRO-SC	Sim	Sim	17/12/2019

2.335.936	5,730	0	0,000	2.335.936	5,730

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

Marcos Egídio Battistella

317.990.199-34	brasileiro-PR	Sim	Sim	17/12/2019

11.685.287	28,670	0	0,000	11.685.287	28,670

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia					
27.984.444/0001-65	brasileira-SP	Sim	Sim	17/12/2019	
26.739.595	65,600	0	0,000	26.739.595	65,600

Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %
TOTAL	0	0.000

TOTAL					
40.760.818	100,000	0	0,000	40.760.818	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia				**27.984.444/0001-65**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
90.000.000	100,000	0	0,000	90.000.000	100,000
TOTAL					
90.000.000	100,000	0	0,000	90.000.000	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

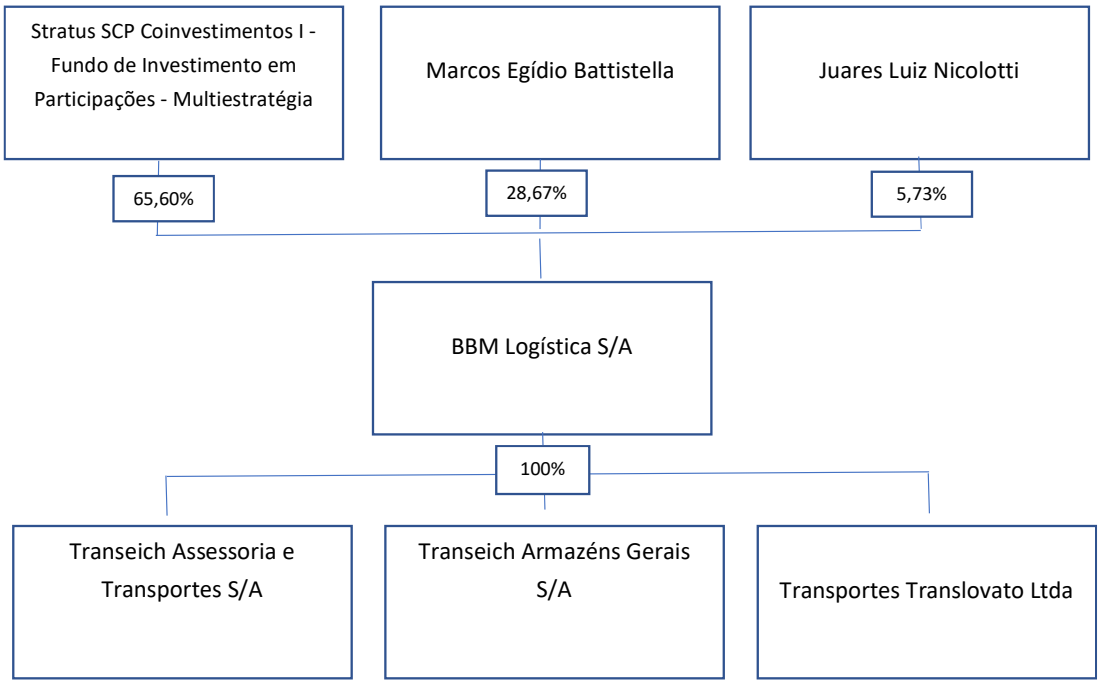
Data da última assembleia / Data da última alteração	18/12/2019
Quantidade acionistas pessoa física	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica	0
Quantidade investidores institucionais	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Acordo de Acionistas da BBM Logística S.A. ("Acordo de Acionistas").

(a) partes

Acionistas

Marcos Egídio Batistella ("Marcos"), Juares Luiz Nicolotti ("Juares" e, em conjunto com Marcos, "Acionistas Pessoas Físicas") e Stratus SCP Coinvestimento I – Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia ("investidor" e, em conjunto com os Acionistas Pessoas Físicas, "Acionistas").

Interveniente Anuente

BBM Logística S.A. ("Companhia" ou "Interveniente Anuente").

(b) data de celebração

31/10/2018, conforme aditado em 12 de fevereiro de 2020, observado, no entanto, que referido aditamento entra em vigor a partir da data de divulgação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações da Companhia.

(c) prazo de vigência

O Acordo de Acionistas entrou em vigor na data de sua assinatura e continuará em vigor pelo prazo de 15 (quinze) anos contados da sua celebração ou enquanto os Acionistas cumulativamente possuírem, em conjunto, 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia e, individualmente, pelo menos 7,5% (sete e meio por cento) do capital social da Companhia.

(d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Sem prejuízo às matérias de competência do Conselho de Administração previstas em lei, competirá ao Conselho de Administração deliberar sobre as matérias previstas no item 12.1 deste Formulário de referência.

As deliberações do Conselho de Administração apontadas acima dependerão de aprovação por maioria simples de votos. Não obstante, os conselheiros eleitos pelos Acionistas, exceto os independentes, deverão obrigatoriamente votar em conjunto nas matérias listadas na Cláusula 6.6 do Acordo de Acionistas.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Adicionalmente, sem prejuízo às matérias de competência da Assembleia Geral previstas em lei, competirá a Assembleia Geral deliberar sobre as matérias previstas no item 12.2 deste Formulário de Referência.

O Acordo de Acionistas prevê, ainda, que os Acionistas deverão obrigatoriamente votar em conjunto em relação às matérias previstas na Cláusula 5.2 do Acordo de Acionistas.

(e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

O Conselho de Administração será composto por até 7 (sete) Conselheiros efetivos e até igual número de suplentes (ficando observado que o conselheiro independente não terá suplente). Os Conselheiros serão indicados pelos Acionistas em Assembleia Geral para mandatos unificados de 1 (um) ano, com a possibilidade de reeleição, sendo (a) 2 (dois) Conselheiros indicados pelo Investidor, (b) 2 (dois) Conselheiros indicados pelos Acionistas Pessoas Físicas e (c) 3 (três) Conselheiros independentes escolhidos por consenso pelo Investidor, de um lado, e os Acionistas Pessoas Físicas, de outro lado ("Conselheiro Independente"), podendo tanto o Investidor, quanto os Acionistas Pessoas Físicas indicar candidatos para o cargo de Conselheiro Independente.

Os Diretores serão eleitos, sendo permitida a cumulação de cargos, pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição.

A Diretoria da Companhia será formada por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, sendo (a) 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Administrativo Financeiro; (c) 1 (um) Diretor Executivo de Operações Logísticas Dedicadas; (d) 1 (um) Diretor Executivo de Gestão de Transporte; (e) 1 (um) Diretor Executivo Comercial; (f) 4 (quatro) Diretor(es) de Segmentos de Negócios; (g) 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, (h) 1 (um) Diretor de Recursos Humanos e (i) 1 (um) Diretor de Tecnologia da Informação.

O Investidor terá o direito de indicar (e destituir) o Diretor Administrativo Financeiro e o Diretor de Relações com Investidores da Companhia, sendo que tal indicação deverá ser ratificada pelo Conselho de Administração e só poderá ser vetada pelos conselheiros indicados pelos Acionistas Pessoas Físicas de forma justificada e com base em questões éticas comprovadas de maneira factual.

(f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Direito de Obrigar a Venda (*Drag Along*). Os Acionistas acordam que, nos termos do Acordo de Acionistas, caso o Investidor receba uma proposta de um terceiro para a venda

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

da totalidade das ações de emissão da Companhia, o Investidor poderá obrigar os demais Acionistas a venderem a totalidade de suas Ações ao terceiro, pelo mesmo preço por Ação e nos mesmos termos e condições previstos na notificação de oferta, se tal terceiro condicionar a compra das ações de titularidade do Investidor à compra da totalidade das Ações da Companhia ("Obrigação de Venda Conjunta").

(g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

Não há cláusulas que restrinjam o direito de voto de membros do Conselho de Administração, exceto pelo Direito do Investidor de indicar (e destituir) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, conforme descrito no item "e" acima e pela necessidade de os Acionistas e os administradores por eles eleitos votarem em conjunto em determinadas matérias, conforme descrito no item "d" acima.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de agosto de 2017, foi aprovado aumento do capital social no valor de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), mediante a emissão de 10.091.717 (dez milhões, noventa e um mil, setecentas e dezessete) ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Stratus SCP Coinvestimento I – Investimento em Participações – Multiestratégia ("Stratus"). Além disso, a Stratus fez uma aquisição secundária de 2.524.929 ações ordinárias da Companhia.

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 15 de junho de 2018, foi aprovado aumento de capital social no valor de R$10,00 (dez reais), mediante a emissão de 5.232.855 (cinco milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal decorrentes do exercício do bônus de subscrição detido pelo acionista Stratus.

Em 25 de julho de 2018, ocorreu a dissolução da BBM Participações Ltda., com a consequente transferência das ações de emissão da Companhia de sua titularidade aos seus acionistas pessoas físicas, os Srs. Marcos Egídio Battistella e Juares Luiz Nicolotti, os quais passaram a deter, respectivamente, 12.473.029 e 2.493.408 ações ordinárias da Companhia.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de novembro de 2018, foi aprovado aumento de capital social no valor de R$15.000.000,00, mediante a emissão de 3.418.119 (três milhões, quatrocentas e dezoito mil, cento e dezenove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal decorrentes do exercício parcial do bônus de subscrição detido pelo acionista Stratus.

Em 26 de junho de 2019, foram emitidas a favor da Stratus novas 1.350.009 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em razão dos ajustes ocorridos após a aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2018, elevando o número total de ações da Stratus a 22.615.629.

Nesta mesma data, em razão de condições firmadas no acordo de acionistas, ocorreram duas transferências a favor da Stratus a título indenizatório, a primeira de 157.472 ações pelo acionista Sr. Juares Luiz Nicolotti e a segunda de 787.742 ações pelo acionista Sr. Marcos Egídio Battistella.

Em 17 de dezembro de 2019 na reunião do Conselho de Administração, foi aprovado aumento de capital no valor de R$ 10.000.000,00, mediante a emissão de 3.178.752 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal decorrentes do exercício do bônus de subscrição adicional, elevando o número de ações da Stratus para 26.736.595.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) Evento	**Entrada do acionista:** Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia.
b) Principais condições do negócio	Compra de ações ordinárias e compra de ações decorrentes de aumento e capital em 2017.
c) Partes envolvidas	Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Redistribuição do capital social
e.1) Quadro societário antes da operação	Juares Luiz Nicolotti – 427.679 ações ordinárias; Marcos Egídio Battistella – 2.095.250 ações ordinárias; e BBM Participações LTDA – 14.966.437 ações ordinárias.
e.2) Quadro societário depois da operação	BBM Participações LTDA – 14.966.437 ações ordinárias; e Stratus SCP Coinvestimentos – 12.614.646 ações ordinárias.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Esta operação não apresentou qualquer impacto que justificasse a aplicação de mecanismos necessários para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

a) Evento	**Aquisição:** Transeich Assessoria S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A.
b) Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade das ações da Transeich Assessoria S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A em 2017.
c) Partes envolvidas	Adquiridas: Transeich Assessoria S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A. Adquirente: Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração na participação acionária da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	A Companhia não possuía controladas.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração do quadro societário da Companhia. A partir do evento, as empresas Transeich Assessoria S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A passaram a ser controladas da Companhia a qual detém 100% das ações.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Esta operação não apresentou qualquer impacto que justificasse a aplicação de mecanismos necessários para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) Evento	**Aquisição:** Transportes Translovato Ltda
b) Principais condições do negócio	Aquisição da totalidade das ações da Transportes Translovato Ltda. em 11 de dezembro de 2019.
c) Partes envolvidas	Adquirida: Transportes Translovato Ltda. Adquirente: Companhia.
d) Efeitos resultantes no quadro acionário	Não houve alteração na participação acionária da Companhia.
e.1) Quadro societário antes da operação	A Companhia possuía apenas as controladas Transeich Assessoria S/A e Transeich Armazéns Gerais S/A.
e.2) Quadro societário depois da operação	Não houve alteração do quadro societário da Companhia. A partir do evento, a empresa Transportes Translovato Ltda., passa a ser controlada da Companhia a qual detém 100% das quotas.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Esta operação não apresentou qualquer impacto que justificasse a aplicação de mecanismos necessários para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

O Stratus SCP Coinvestimentos I -Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, que integra o controle acionário da Companhia, não possui cotista que o controle.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

A Companhia possui uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2020, a qual pode ser consultada no site da Companhia (http://ri.bbmlogistica.com.br/) ("Política de TPR").

A Política de TPR da Companhia prevê que as transações entre partes relacionadas deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia nos termos estabelecidos no Estatuto Social da Companhia.

É possível a rejeição, aprovação ou mesmo a aprovação parcial da celebração do negócio pretendido, neste último caso, podendo ser determinada pelo Conselho de Administração a alteração dos termos e condições do negócio no melhor interesse da Companhia e em conformidade com as diretrizes da Política.

O Conselho de Administração deve analisar as propostas de Transações entre Partes Relacionadas submetidas a sua aprovação, de forma a assegurar que:

a) a transação negociada foi submetida sem privilégios ao processo de seleção que seria aplicado a qualquer outra entidade do mercado que não tivesse envolvimento com qualquer Parte Relacionada.

b) as condições negociadas são iguais ou melhores às condições normais de mercado, para tanto, poderá o Conselho de Administração solicitar documentos que entenda necessário à comprovação dos requisitos aqui definidos.

c) atenda as diretrizes definidas nas práticas e demais políticas da BBM, bem como nas instruções do seu Código de Ética e Conduta.

d) estão fundadas em motivos justificáveis, econômicos e estratégicos, para que a Transação entre as Partes Relacionadas seja realizada.

A Política de TPR prevê ainda que, nas situações em que algum dos conselheiros tenham potencial benefício próprio decorrente da transação entre partes Relacionadas ou encontrem-se em posição de conflito de interesses em relação ao objeto da aprovação, tal conselheiro deverá se declarar impedido em participar da votação de forma justificada. Adicionalmente, o conselheiro deve ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se da tomada de decisão ou da emissão de opinião, conforme o caso.

Apesar da diretriz acima, o conselheiro que se enquadre em qualquer das situações citadas poderá ser convidado, se assim o Presidente do Conselho de Administração entender, a participar de parte das discussões, a fim de fornecer informações que sejam consideradas relevantes no processo de aprovação da Transação, entretanto, em nenhuma hipótese, poderá participar do processo decisivo de aprovação.

Nas hipóteses de divulgação de Fato Relevante, a Companhia divulgará as informações pertinentes nos termos da legislação aplicável, de forma a garantir transparência aos seus acionistas, investidores e ao mercado. A Companhia divulgará ainda as informações

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

relativas às transações com partes relacionadas por meio de seu Formulário de Referência e/ou do Anexo 30-XXXIII da Instrução CVM 480, caso estas se enquadrem nos requisitos para divulgação em tais documentos.

Constitui responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia e terceiros a quem se aplica a Política de TPR garantir o cumprimento da Política de TPR. Indícios de descumprimento ou dúvidas devem ser reportadas à área de *Compliance* ou por meio de um dos canais de comunicação disponíveis (0800 400 3333 ou https://bbm.legaletica.com.br/).

A não observância dos procedimentos da Política de TPR, por parte dos administradores e colaboradores da Companhia, será examinada pelo Comitê de Ética a depender da situação em questão, com a consequente submissão de sanções a serem aplicadas ou um parecer com recomendações ao Conselho de Administração, conforme o caso, o qual poderá sujeitar o infrator a sanções disciplinares adequadas, de acordo com as regras internas da Companhia dispostas na Política de Medidas Disciplinares e no Código de Conduta, sem prejuízo de eventuais medidas cíveis e penais cabíveis, conforme o caso.

Com relação a terceiros, o descumprimento da Política ou à Legislação aplicável ensejará a adoção das providências adequadas a respeito, garantindo a efetividade da Política. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, determinar a imediata rescisão contratual de acordo com os termos do contrato celebrado no âmbito de uma transação entre partes relacionadas ou que gere quaisquer conflitos de interesses, bem como aplicar demais ações legais adequadas.

A Companhia adota como prática a submissão das situações que envolvam partes relacionadas ao Comitê de Ética da Companhia, conforme descrito nos itens 5.4(a) e 12.1 deste Formulário de Referência. Após a análise do Comitê de Ética, estas transações são reportadas para aprovação do Conselho de Administração, o qual possui competência exclusiva para deliberar sob transações com partes relacionadas, nos termos do Estatuto Social da Companhia.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui qualquer transação com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, precisem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Não aplicável, considerando não existirem transações com partes relacionadas a serem divulgadas no item 16.2.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Não aplicável, considerando não existirem transações com partes relacionadas a serem divulgadas no item 16.2.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 16 do Formulário de Referência.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
13/02/2020	800.000.000,00		0	0	0
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
17/12/2019	102.489.376,00		40.760.818	0	40.760.818
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
17/12/2019	102.489.376,00		40.760.818	0	40.760.818
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
17/12/2019	102.489.376,00		40.760.818	0	40.760.818

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
19/05/2017	Assembleia Geral	19/05/2017	9,537,661.00	Subscrição particular	9,537,661	0	9,537,661	0.00000000	1.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço de emissão das ações foi determinado conforme artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	Mediante moeda corrente nacional.									
20/06/2017	Assembleia Geral	20/06/2017	2,229,955.00	Subscrição particular	2,229,955	0	2,229,955	0.00000000	1.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço de emissão das ações foi determinado conforme artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	Mediante moeda corrente nacional.									
31/08/2017	Assembleia Geral	31/08/2017	60,000,000.00	Subscrição particular	10,091,717	0	10,091,717	0.00000000	5.94	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço de emissão das ações foi determinado conforme artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	Mediante moeda corrente nacional.									
15/06/2018	Conselho de Administração	15/06/2018	10.00	Subscrição particular	5,232,855	0	5,232,855	0.00000000	0.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço de emissão das ações foi determinado conforme artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	Mediante moeda corrente nacional.									
29/11/2018	Conselho de Administração	29/11/2018	15,000,000.00	Subscrição particular	3,418,119	0	3,418,119	0.00000000	4.39	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
28/06/2019	Assembléia Geral	28/06/2019	0.00	Subscrição particular	1,350,009	0	1,350,009	0.00000000	0.00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
17/12/2019	Conselho de Administração	17/12/2019	10,000,000.00	Subscrição particular	3,178,572	0	3,178,572	0.00000000	3.14	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não realizou nenhum desdobramento, grupamento ou bonificação de ações.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que não houve redução de capital nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Não aplicável, considerando que não há outras informações relevantes.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O estatuto social da Companhia determina que 25% do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal é assegurado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório, podendo ainda ser imputado ao valor dos dividendos, sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, o valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas a título de remuneração do capital próprio.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias possuem direito a reembolso do capital no caso de nossa liquidação ou em situações que ensejem o direito de retirada previsto na Lei nº 6.404/76.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.12 - Outras informações relevantes.
Outras características relevantes	Não há outras informações relevantes sobre os direitos referentes às ações, que não tenham sido divulgadas ao longo deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

Alienação do controle

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazo previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos prevista no Estatuto Social da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os valores mobiliários emitidos pela Companhia não foram negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado nos três últimos exercícios sociais.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão – série única
Data de emissão	27/05/2019
Data de vencimento	27/05/2023
Quantidade	5.000
Valor total	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	50.030.000,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	Em virtude de restrições do sistema, a “Descrição da Restrição” se encontra disponível no item 18.12 deste Formulário de Referência.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Em virtude de restrições do sistema, as “Hipóteses e cálculo do valor de resgate” se encontram disponíveis no item 18.12 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários de dívida	Em virtude de restrições do sistema, as “Características dos valores mobiliários” se encontram disponíveis no item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, mediante aprovação por titulares de debêntures que representem, no mínimo, metade mais uma das debêntures em circulação, podendo ainda o quórum acima ser mais elevado em determinadas situações específicas previstas na Escritura de Emissão.
Outras características relevantes	Não há

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	2

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

A Companhia está listada no segmento de listagem denominado BOVESPA MAIS da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e está pleiteando a migração para o Novo Mercado. As debêntures da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento Cetip UTVM.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros até o momento.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a companhia não possui títulos emitidos no exterior até o momento.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

Em 2019, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos da Companhia, no valor total de R$50 milhões. As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476. Para mais informações, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em maio de 2019, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, no montante de R$50 milhões, tendo os recursos oriundos desta operação sido utilizados para o pagamento antecipado de cédulas de crédito bancário emitidas pela Companhia junto ao Banco ABC Brasil, no montante de R$19.540.591,36, e o restante para pagamento de eventuais aquisições de sociedades pela Companhia e/ou ao reforço de capital de giro da Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos oriundos da 1ª emissão de debêntures e a proposta de aplicação divulgada nos documentos da referida distribuição.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição de ações de emissão de terceiros.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Segue abaixo complementação das informações do item 18.5:

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão – série única
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observado ainda o disposto no caput do artigo 15 da Instrução CVM 476 em relação à negociação das Debêntures entre investidores qualificados, nos termos definidos no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada "Instrução CVM 539"), bem como as exceções estabelecidas em seus parágrafos 1º e 2º, conforme aplicáveis. O prazo de 90 (noventa) dias de restrição de negociação das Debêntures referido acima não será aplicável às instituições intermediárias para as Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas em razão do exercício da garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, observado o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, desde que sejam observadas as condições previstas na Escritura de Emissão.
Hipótese e cálculo do valor de resgate	*Oferta de Resgate Antecipado:* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 55, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários	*Eventos de Vencimento Antecipado Automático*: (i) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

aos debenturistas nos termos da Escritura de Emissão ou de quaisquer documentos relativos à emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;

(ii) (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, independentemente de deferimento do respectivo pedido, (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia, independente do deferimento do respectivo pedido, (c) pedido de falência da Companhia, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal, ou (d) decretação de falência da Companhia;

(iii) extinção, encerramento das atividades, liquidação ou dissolução da Companhia;

(iv) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, das suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, conforme aplicável;

(v) transformação do tipo societário da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) se a Companhia deixar de ter o registro de companhia aberta perante a CVM;

(vii) resgate ou amortização de ações, pagamentos pela Companhia de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias nos termos da Escritura de Emissão ou caso os Índices Financeiros não estejam sendo observados, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios~~;~~

(viii) contratação, pela Companhia, na qualidade de credora, com partes relacionadas, de empréstimos, mútuos, financiamentos, adiantamentos de recursos, *supplier financing*, *hedge,* ou qualquer outra

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

forma de operação de crédito, operação financeira e/ou operação de mercado de capitais, local ou internacional, inclusive mediante prestação de garantia fidejussória e/ou real e concessão de preferência a outros créditos;

(ix) alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Companhia, exceto: (1) se a alteração ou transferência do controle acionário se der entre coligadas ou afiliadas das sociedades que detêm controle acionário da Companhia na Data de Emissão; ou (2) se a alteração ou transferência do controle acionário for resultado da realização de uma oferta primária de ações;

(x) mora, inadimplemento e/ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Companhia no mercado local ou internacional e/ou com quaisquer instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, que represente montante individual ou agregado superior a R$2 milhões ou o equivalente em outras moedas, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA;

(xi) declaração judicial de invalidade, ineficácia, nulidade ou inexequibilidade, total ou parcial, da Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, bem como de seus eventuais respectivos aditamentos e/ou de quaisquer de suas respectivas disposições;

(xii) questionamento judicial, pela Companhia, de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, ou de seus eventuais respectivos aditamentos;

(xiii) descumprimento, pela Companhia, de qualquer sentença judicial cujos efeitos não tenham sido suspensos pela interposição de recurso cabível no prazo legal ou sentença arbitral não sujeita a recurso, proferida contra a Companhia, que resulte em um Efeito

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Adverso Relevante (conforme definido na Escritura de Emissão);

(xiv) destinação dos recursos captados por meio da Emissão de forma diversa ao previsto na Cláusula 4 da Escritura de Emissão;

(xv) cisão, fusão ou incorporação (somente quando a Companhia for a incorporada), incluindo incorporação de ações (somente quando as ações de emissão da Companhia forem incorporadas) da Companhia, exceto pela incorporação da Companhia por outra empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, desde que: (a) a incorporadora, neste caso, obtenha, antes da incorporação da Companhia, registro de companhia aberta perante a CVM e (b) as atividades da Companhia sejam mantidas após referida incorporação;

(xvi) redução de capital social da Companhia, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos;

(xvii) constituição de hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, sobre os ativos da Companhia em valor superior ao equivalente a 10% do patrimônio líquido da Companhia, conforme demonstrações financeiras do trimestre imediatamente anterior disponível, exceto (a) pela Cessão Fiduciária de Recebíveis ou por qualquer outra cessão fiduciária, mesmo que fora do contexto da Emissão, que recaia sobre qualquer recebível da Companhia, (b) por ônus ou gravames constituídos em decorrência de exigência legal ou determinação de autoridade competente, tais como tributários, comerciais ou outros similares, (c) por ônus ou gravames relacionados a qualquer ativo operacional adquirido ou que venha a ser adquirido pela Companhia e constituído para garantir o financiamento para aquisição de tal ativo operacional específico; ou (d) por ônus ou gravames constituídos no âmbito de processos judiciais;

(xviii) alteração do objeto social disposto no estatuto social da

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Companhia, exceto se tal alteração: (a) não resulte na mudança da atividade principal da Companhia; ou (b) seja necessária para cumprimento de lei ou regulamentação aplicável à Companhia; e

(xix) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação anticorrupção prevista na Escritura de Emissão.

Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático:

(i) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures prevista na Escritura de Emissão ou em quaisquer documentos relativos à Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, não sanado no prazo de cura específico previsto para tal fim ou, na ausência deste, em até 15 dias corridos contados da data do respectivo inadimplemento, sendo certo que tais prazos não são cumulativos;

(ii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia que representem montante individual ou agregado, em um período de 12 meses, igual ou superior a R$2 milhões ou o equivalente em outras moedas, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, exceto se no prazo máximo de 10 Dias Úteis contados da data de recebimento da notificação do protesto, a Companhia comprovar que referido protesto foi sustado ou cancelado;

(iii) caso a Companhia não realize o reforço da Cessão Fiduciária de Recebíveis nos prazos previstos no respectivo Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis;

(iv) não averbação de quaisquer aditamentos ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, nos prazos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis;

(v) destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, de ativos da Companhia em valor individual ou agregado, em um período de 12 meses, igual ou superior a 12% do

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

ativo imobilizado da Companhia, com base nas suas últimas informações financeiras consolidadas auditadas, desde que o(s) ativo(s) não esteja(m) segurado(s);

(vi) desapropriação, confisco, arresto, sequestro, penhora, expropriação, nacionalização ou outra medida de qualquer entidade governamental ou judiciária que resulte na perda, pela Companhia, de propriedade e/ou posse direta ou indireta de ativos da Companhia em valor individual ou agregado, em um período de 12 meses, igual ou superior a R$10 milhões ou o equivalente em outras moedas, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA, não sanado ou revertido dentro de até 30 dias;

(vii) não obtenção ou renovação, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção das autorizações, subvenções, dispensas e/ou protocolos de requerimento de alvarás ou licenças (incluindo ambientais);

(viii) se quaisquer das declarações prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis provarem-se incorretas, falsas, incompletas, insuficientes ou inconsistentes e caso tal incorreção, falsidade ou inconsistência venha a causar Efeito Adverso Relevante;

(ix) questionamento judicial, por qualquer pessoa que não a Companhia, desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis ou de qualquer outro documento da Emissão, ou de quaisquer de suas disposições, sem que a Companhia tenha tomado as medidas necessárias para contestar os efeitos do referido questionamento, no prazo legal contado da data em que a Companhia tomar ciência, por meio de citação regular, do ajuizamento de tal questionamento judicial;

(x) mora, inadimplemento e/ou vencimento antecipado de qualquer obrigação não financeira da Companhia no mercado local ou internacional e/ou com quaisquer instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, que represente montante individual ou

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

agregado superior a R$2 milhões ou o equivalente em outras moedas, reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA;

(xi) inclusão, em acordo societário ou estatuto social da Companhia, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;

(xii) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação socioambiental prevista na Escritura de Emissão;

(xiii) não observância, pela Companhia, durante a vigência da Emissão, dos índices financeiros indicados a seguir, a serem apurados trimestralmente pela Companhia, e verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário: Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,0x; e Patrimônio Líquido / Dívida Bruta Ajustada maior ou igual a 25%.

Juros: As Debêntures farão jus a remuneração correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Primeira Data de Subscrição e Integralização das Debêntures ou da Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures (conforme termo definido abaixo), conforme o caso, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Garantia: Cessão fiduciária de recebíveis decorrentes de contratos de prestação de serviços entre a Companhia e a CMPC.

Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- *à distribuição de dividendos*: vide hipótese de Vencimento Antecipado Automático (vii) acima.
- *à alienação de determinados ativos*: não há.
- à contratação de novas dívidas: Não há.
- à emissão de novos valores mobiliários: Não há.
- à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

controladas: vide Hipótese de Vencimento Automático (xv) acima.

Agente fiduciário: Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui planos de recompra de ações.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários em tesouraria.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes relacionadas ao item 19 do Formulário de Referência.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	**11/02/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	De acordo com a Política de Negociação da Companhia ("Política"), pessoas vinculadas são aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM nº 358/2002, inclusive a Companhia, os Acionistas Controladores (conforme definido na Política), diretos ou indiretos; membros do conselho de administração; diretores; membros do conselho fiscal; membros dos comitês ou de quaisquer órgãos com funções técnicas e consultivas, criados por disposição estatutária; empregados da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição, ou circunstancialmente, tenham acesso a Informações Relevantes (conforme definido na Política); quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nos Acionistas Controladores, nas Sociedades Controladas (conforme definido na Política) e nas Sociedades Coligadas (conforme definido na Política), tenha aderido à Política de Negociação e tenha acesso permanente ou eventual a Informações Relevantes e tenham aderido à Política de Negociação.

Principais características

A Política define as regras a serem observadas pelas Pessoas Vinculadas na negociação de Valores Mobiliários (conforme definido na Política) de emissão da Companhia, conforme impostas pela legislação aplicável. É permitida a negociação com Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas nos períodos em que não sejam aplicáveis as restrições estabelecidas na Política ou ainda de acordo com a regulamentação aplicável, e desde que essas negociações tenham por finalidade investimento de longo prazo, sendo vedada a alienação antes de 90 (noventa) dias a contar da respectiva data de aquisição dos Valores Mobiliários.

Para os fins da Política, entende-se como "informação privilegiada" toda Informação Relevante (conforme definido na Política de divulgação de ato ou fato relevante) ainda não divulgada ao mercado e ao público investidor.

Para maiores informações relacionadas a nossa Política, vide item 20.2 deste Formulário de Referência.

O texto integral da Política poderá ser encontrado: (i) na página da CVM (http://sistemas.cvm.gov.br/?ciadoc), buscando pela companhia "BBM Logística", na categoria "Política de Negociação das Ações da Companhia"; e (ii) na página na rede mundial de computadores da Companhia: https://ri.bbmlogistica.com.br

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

É vedada a negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas nos seguintes períodos:

(a) durante o período em que tiverem conhecimento de Informação Relevante ainda não divulgada ao mercado até o momento em que tal divulgação for efetivada;

(b) durante o período em que houver intenção de promover fusão, incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou reorganização societária envolvendo a Companhia;

(c) em relação aos acionistas controladores diretos ou indiretos, diretores e membros do Conselho de Administração, sempre que estiver em curso aquisição ou alienação de Valores Mobiliários pela própria Companhia, Sociedades Controladas, Sociedades Coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para este fim;

(d) no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações financeiras trimestrais – ITR e das demonstrações financeiras padronizadas (DFP); e

(e) durante os períodos especiais de vedação à negociação, a serem declarados pelo Diretor de Relações com Investidores.

(f) durante o período que estiver em curso uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos termos do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/2003, a qual deverá ser mantida até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição; e

(g) durante os períodos determinados pela regulamentação emitida pela CVM.

Não poderão negociar Valores Mobiliários de emissão da Companhia os Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de ato ou fato relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão (i) pelo prazo de 6 meses após seu afastamento ou (ii) até a divulgação de tal ato ou fato relevante ao mercado.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Em relação a nossa Política (conforme definida e descrita no Item 20.1 deste Formulário de Referência), seguem informações adicionais abaixo.

Outras características relevantes (Item 20.1, "Principais características e locais de consulta")

Além das Pessoas Vinculadas, as normas da Política aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se deem de forma direta e/ou indireta para o benefício próprio delas, mediante a utilização, por exemplo, de: (a) Pessoas Ligadas, conforme definido na Política de Negociação; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; (d) ascendentes; e/ou (e) parentes até o segundo grau. Dessa forma, entende-se por negociações indiretas aquelas nas quais as Pessoas Vinculadas, apesar de não as conduzirem em seu nome, tenham o controle e o poder decisório sobre a realização da negociação.

Não são consideradas negociações indiretas, e não estarão sujeitas à vedação prevista na Política, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas mencionadas no item acima, desde que: (i) os fundos e/ou clubes de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de nenhuma forma ser influenciadas por seus respectivos cotistas.

É responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores acompanhar e executar a Política, devendo informar aos órgãos públicos competentes e às Pessoas Vinculadas o Período de Vedação de Negociação de Valores Mobiliários.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes da Companhia ("Política"), elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19 de outubro de 2018.

A Política tem como propósito estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser compulsoriamente observados e aplicados pelas Pessoas Vinculadas (conforme definidas abaixo) na divulgação de informações.

Para os fins da Política, Pessoas Vinculadas são aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM nº 358/2002, inclusive a Companhia, os Acionistas Controladores (conforme definido na Política), diretos ou indiretos; membros do conselho de administração; diretores; membros do conselho fiscal; membros dos comitês ou de quaisquer órgãos com funções técnicas e consultivas, criados por disposição estatutária; empregados da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição, ou circunstancialmente, tenham acesso a Informações Relevantes (conforme definido na Política); quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nos Acionistas Controladores, nas Sociedades Controladas (conforme definido na Política) e nas Sociedades Coligadas (conforme definido na Política), tenha acesso ou conhecimento de Informações Relevantes; prestadores de serviços e qualquer pessoa que tenha aderido expressamente à Política, ou, ainda, qualquer pessoa que, nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, mesmo não tendo aderido à Política, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus Acionistas Controladores, suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

São considerados Atos ou Fatos Relevantes aqueles definidos como relevantes nos termos da Instrução CVM nº 358/2002, inclusive qualquer decisão de Acionista Controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos Valores Mobiliários (conforme definido na Política); (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários.

Os eventos a serem considerados como Ato ou Fato Relevante devem ter sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas, de modo a evitar a banalização das divulgações de Atos ou Fatos Relevantes em prejuízo da qualidade da análise, pelo mercado e público em geral, das perspectivas da Companhia.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer imediatamente após a deliberação, ocorrência ou conhecimento, de modo claro, preciso e na forma exigida pela regulamentação, à CVM e às Entidades do Mercado (conforme definido na Política).

O Ato ou Fato Relevante deve ser divulgado ao público por meio (i) da página na rede mundial de computadores de, pelo menos, um portal de notícias que disponibilizará ao mercado, com acesso gratuito, a integralidade da informação; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia www.bbmlogistica.com.br, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Entidades do Mercado; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE). Não obstante a divulgação de Ato ou Fato Relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer Ato ou Fato Relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia. A publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia conforme acima poderá, a critério do Diretor de Relações com Investidores, ser feita de forma resumida, desde que indique as páginas na rede mundial de computadores onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores em teor, no mínimo, idêntico àquele remetido à CVM e às Entidades do Mercado.

Sempre que possível, a divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser realizada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Entidades do Mercado. Caso as Entidades do Mercado não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento das Entidades do Mercado localizadas no Brasil.

Excepcionalmente, os Atos ou Fatos Relevantes poderão deixar de ser divulgados, mediante deliberação do Conselho de Administração e a devida comunicação ao Diretor de Relações com Investidores, quando os Acionistas Controladores ou os Administradores entenderem que sua divulgação poderá colocar em risco interesse legítimo da Companhia. Na hipótese mencionada acima, caberá ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e, em caso de constatação de oscilação atípica ou se Ato ou Fato Relevante não divulgado se tornar público, deverá divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante que a Companhia decidiu não divulgar anteriormente.

As Pessoas Vinculadas devem guardar absoluto sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante até sua devida divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que um Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao público tornou-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento, e/ou (ii) decidiram manter sigiloso o Ato ou Fato Relevante, ou, ainda, que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relação com Investidores.

O texto integral da Política poderá ser encontrado: (i) na página da CVM (http://sistemas.cvm.gov.br/?ciadoc), buscando pela companhia "BBM Logística", na categoria "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante"; e (ii) na página na rede mundial de computadores da Companhia https://ri.bbmlogistica.com.br.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar por escrito à CVM e às Entidades do Mercado imediatamente após a sua ciência qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, assim como zelar por sua ampla e imediata disseminação do Ato ou Fato Relevante simultaneamente na CVM e nas Entidades do Mercado, assim como ao público investidor em geral.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores, em caso de dúvida, decidir sobre a caracterização de determinado ato ou fato como relevante, devendo consultar o Conselho de Administração para esse fim. Também compete ao Diretor de Relações com Investidores providenciar, sempre que solicitado pela CVM, a correção, o aditamento ou republicação de Ato ou Fato Relevante.

Em caso de omissão do Diretor de Relações com Investidores em seu dever de comunicar e divulgar imediatamente Ato ou Fato Relevante, caberá aos acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária comunicar imediatamente tal Ato ou Fato Relevante à CVM.

Caberá ao Conselho de Administração a deliberação sobre qualquer reformulação da Política de Divulgação, conforme o disposto no item 9.4 de referida política.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção do Formulário de Referência.